Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

Fátima Regina Ney Matos

O Tecido Empreendedor e o Capital Social Costurando o Desenvolvimento Local: um Estudo em um Aglomerado de Confecção no Agreste Pernambucano

Recife, 2008

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a teses do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em conseqüência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia.

A classificação desta tese se encontra, abaixo, definida por sua autora:

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Título da Tese: **O Tecido Empreendedor e o Capital Social Costurando o Desenvolvimento Local: um Estudo em um Aglomerado de Confecção no Agreste Pernambucano**

Nome da Autora: Fátima Regina Ney Matos

Data da Defesa: 05 de dezembro de 2008

Classificação, conforme especificação acima:

[X] Grau 1

[ ] Grau 2

[ ] Grau 3

Recife, 2008

_____

Fátima Regina Ney Matos

Fátima Regina Ney Matos

O Tecido Empreendedor e o Capital Social Costurando o Desenvolvimento Local: um Estudo em um Aglomerado de Confecção no Agreste Pernambucano

Orientador: Fernando Gomes de Paiva Júnior, Dr

Tese apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Doutora em Administração, área de concentração Gestão Organizacional, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 2008

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD

O Tecido Empreendedor e o Capital Social Costurando o Desenvolvimento Local: um Estudo em um Aglomerado de Confecção no Agreste Pernambucano

Fátima Regina Ney Matos

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 05 de dezembro de 2008.

Banca Examinadora:

Prof. Fernando Gomes de Paiva Júnior, Doutor, UFPE (orientador)

Profa. Débora Eleonora Pereira da Silva, Doutora, UFS (examinadora externa)

Profa. Sonia Maria Rodrigues Calado Dias, Ph.D., FBV (examinadora externa)

Prof. Sérgio Carvalho Benício de Mello, Ph.D. (examinador interno)

Prof. Marcos Gilson Gomes Feitosa, Doutor (examinador interno)

À minha avó, Judith Ney da Silva
Rosas (*in memoriam*), empreendedora
que, com arte e criatividade,
vestiu várias gerações de
recém nascidos cearenses.
Por ter me ensinado a nunca
desistir dos meus sonhos, por mais
inalcançáveis que estivessem.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD da Universidade Federal de Pernambuco, por ter me concedido a oportunidade de cursar o doutorado.

Ao Professor Fernando Paiva, que além de orientador, foi um amigo que me acolheu em um momento de mudança e ao professor Sérgio Benício, por sua capacidade de motivar os alunos a voar mais alto.

Agradeço aos professores Pedro Lincoln e Salomão Alencar, que na disciplina Seminário de Tese, ajudaram muito na elaboração do trabalho final.

À professora Helerina e ao professor Washington, que participaram da qualificação do projeto de tese.

Ao professor Marcos Feitosa e às professoras Débora e Sônia, componentes da banca examinadora que muito contribuíram para o aprimoramento desse estudo.

Aos funcionários do PROPAD, em especial a Irani Vitorino e a Conceição.

Foi gratificante a convivência com os colegas da Turma 3 do doutorado, Adilson, André Callado, André Fell, Angela, Ceiça e Érica.

À Érica, não só pelo auxílio na utilização do *software* Atlas/ti, mas pelos trabalhos compartilhados nas disciplinas que cursamos em comum.

À Ceiça e André Fell, muito obrigada por sua solidariedade quando fui excluída da disciplina Tópicos Avançados.

Ao "core" da Banda P... Ana Márcia, Brigitte Renata, Vinicius, Milka, Daniel, Gabi, Marcelo Lima, amigos muito, muito queridos.

À Gleice, da Faculdade Boa Viagem, pela ajuda na elaboração das figuras.

À minha família, especialmente a minha mãe, que "cuidou" da minha filha para que eu pudesse vir para Recife e à minha irmã Walderez, com quem morei no decorrer no doutorado e de quem recebi todo o apoio.

Isadora, obrigada por sua compreensão.

Evely, obrigada pelo apoio incondicional.

À Brenda, minha tita, a melhor *yorkshire* que alguém pode ter, minha companheira fiel de todas as horas, principalmente nas madrugadas.

Por fim, a Deus, que permitiu que tudo acontecesse e a quem tenho muito mais a agradecer do que a pedir.

Resumo

Este estudo procurou analisar manifestações do capital social e do empreendedorismo na formação de um arranjo produtivo de confecções, bem como a ocorrência do desenvolvimento local. A fundamentação teórica foi alicerçada no capital social, tendo em vista que o mesmo pode ser fonte de absorção de recursos por empreendedores que, quando geograficamente localizados, podem formar arranjos produtivos e possibilitar o desenvolvimento local. A abordagem metodológica foi a pesquisa qualitativa e realizou-se um estudo de caso, delimitado pelo conjunto de micro e pequenas empresas de confecção de jeans localizadas no município de Toritama, no agreste pernambucano. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação e o material textual foi codificado e analisado por categorias, com o auxílio do *software* Atlas/ti. Os resultados mostraram que o fenômeno empreendedor é vigoroso, mas prevalece a lógica competitiva, em detrimento da cooperação, não se observando ocorrência significativa de manifestações do capital social. Não existem políticas públicas direcionadas para a implementação de relações cooperativas e nem para a formação de alianças e parcerias estratégicas fora do núcleo familiar. Pode-se concluir que a presença do capital social não influencia na constituição do arranjo produtivo, sendo sobrepujado pela força do capital empreendedor, que dinamiza a economia e possibilita, além da manutenção do aglomerado, o desenvolvimento local.

Palavras-chave: capital social, empreendedorismo, desenvolvimento local

Abstract

The main purpose of the research was to analyze manifestations of the social capital and the entrepreneurship in the formation of a productive arrangement of clothing manufacturing, well as the occurrence of the local development. The literature review is based on the social capital theory. Social capital can be skillfully handled by geographically concentrated entrepreneurs in a way that productive arrangements can be formed, and thus, local development. The qualitative nature of the study was conducted under an informal case study involving a set of micro and small business – clothing manufacturing companies, located in the city of Toritama, Pernambuco state. The data had been collected by means of half-structurized interviews and comments and the material analyzed with the aid of Atlas/ti software. The results has shown that the entrepreneur phenomenon is vigorous, however, the competitive logic prevails instead of one of cooperation, and not observing significant occurrence of manifestations of the social capital. The city lacks specific public policies that deal with the importance of collective work, formation of alliances and strategics partnerships beyond family nuclei. It can be concluded that the presence of the social capital does not influence on the constitution of the productive arrangement, the entrepreneur capital is stronger than social capital, and enhances local economy making possible, not only the maintenance of the productive arrangement but also the local development.

Key-words: social capital, entrerpreneurship, local development

Lista de Figuras

Figura 1(1): Paradigmas sociológicos 21
Figura 2(1): Estrutura da tese 23
Figura 3(2): Modelo de inovação schumpeteriano 46
Figura 4(2): Dinâmica da aprendizagem 51
Figura 5(2): Momentos marshallianos 63
Figura 6(5): Torre de pedra na entrada de Toritama 104
Figura 7(5): Cortador em atividade com tesoura elétrica 114
Figura 8(5): Facção informal em Toritama 115
Figura 9(5): Homens costurando em Toritama 116
Figura 10(5): Núcleos de produção de base familiar 117
Figura 11(5): Capital social e suas propriedades 121
Figura12(5): Visão parcial do "ambiente" de trabalho 110
Figura 13(5): Empreendedorismo e suas propriedades 129
Figura 14(5): Carroça carregada com manequins 131
Figura 15(5): Parque das feiras e feira livre em Toritama 132
Figura 16(5): Típico comprador da feira de rua 133
Figura 17(5): Ciclo de desenvolvimento e *spin-off* 134
Figura 18(5): Cartão de visita de um empreendedor local 137
Figura 19(5): Faca serrilhada usada para o corte do couro e do jeans 140
Figura 20(5): Toyotas alongadas 140
Figura 21(5): Mapa de Pernambuco como pólo de confecções 147
Figura 22(5): Desenvolvimento local e suas dimensões 149

Lista de Tabelas

Tabela 1(3): Frequências das dimensões de análise 87
Tabela 2(5): Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano 107
Tabela 3(5): Evolução da população de Toritama (1970-2008) 107
Tabela 4(5): Índice de Gini de distribuição de renda 111
Tabela 5(5): Frequências do capital social 121
Tabela 6(5): Frequências do empreendedorismo 129
Tabela 7(5): Frequências do desenvolvimento local 149

Gráfico 1(5): Série população de Toritama estimando anos de 2004, 2005, 2007, 2008 101

Lista de Quadros

Quadro 1(2): Modelo de capital social 33
Quadro 2(2): Níveis de relações 56
Quadro 3(2): Categorias de visão 57
Quadro 4(2): Aspectos comuns das abordagens de aglomerados locais 64
Quadro 5(3): Classificação de empresas segundo o porte 75
Quadro 6(3): Quantidade de firmas de confecção formalizadas em Toritama 76
Quadro 7(3): Mapa de codificação..... 86
Quadro 8(5): Número de estabelecimentos e de empregados do setor formal 109
Quadro 9(5): Renda *per capita* dos municípios similares a Toritama em Pernambuco 111
Quadro 10(5): Características de empreendedorismo observadas em Toritama..... 141
Quadro 11(5): Características de arranjos produtivos observadas em Toritama 145
Quadro 12(5): Dimensões do desenvolvimento local presentes em Toritama 154

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACIT	Associação Comercial e Industrial de Toritama
APL	Arranjo Produtivo Local
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAD/CAM	*Computer Aided Design/ Computer Aided Manufacturing*
CAOP	Centro de Apoio Operacional as Promotorias
CPRH	Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos
CPRM	Companhia de Recursos Minerais
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DETRAN	Departamento de Trânsito
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
FADE/UFPE	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal
IEMI	Instituto de Estudos e Marketing Industrial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MPPE	Ministério Público de Pernambuco
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINDIFISCO/PE	Sindicato dos Funcionários Integrantes do Grupo Operacional de Auditoria do Tesouro Estadual de Pernambuco
SINDIVEST/PE	Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta

Sumário

1 Introdução 13
1.1Objetivos 18
1.1.1Objetivo geral 18
1.1.2Objetivos específicos 18
1.2Justificativa 18
1.3Bases ontológicas e epistemológicas 20
1.4 Estrutura da tese 23

2Fundamentação teórica 27
2.1Capital social 27
2.1.1Confiança 35
2.2 Empreendedorismo..... 40
2.2.1Inovação 45
2.2.2Aprendizagem 49
2.2.3Rede de relações 53
2.2.4Visão 57
2.3Arranjos produtivos locais..... 61
231 Desenvolvimento local 66

3Procedimentos metodológicos 72
3.1Delineamento da pesquisa 74
3.2Critérios de inserção do sujeito 77
3.3Coleta dos dados..... 81
3.4Tratamento dos dados 84
3.5Limitações da pesquisa 88

4A indústria têxtil e da confecção 90
4.1A indústria têxtil e o algodão: origem e trajetória no Brasil 90
4.2 Confecção e moda: elos finais da cadeia têxtil 96

5Análise dos dados..... 102
5.1Locus da pesquisa: Toritama, a "capital do jeans"..... 102
5.2Capital social e empreendedorismo: tecendo o arranjo produtivo local..... 112
5.2.1 Capital social e suas manifestações 120
5.2.2 O tecido empreendedor 128
5.2.3 Costurando a formação do arranjo produtivo local 143
5.2.3.1 Desenvolvimento local em Toritama 148

6Conclusão 155
6.1 Sugestões 160

Referências 163
Apêndices
Anexos

1 Introdução

Quando anunciou a sua presença na Terra, o homem já fazia uso de ferramentas e produzia o fogo, conhecia uma rudimentar tecnologia, utilizava roupas que lhe cobriam e protegiam o corpo e, como participante de um grupo, provavelmente havia desenvolvido a confiança como base primordial para os relacionamentos com outros indivíduos ou grupos. De acordo com Gerbner (1973) foi o desenvolvimento dos recursos de confiança, colaboração e comunhão que possibilitaram as transformações que culminaram com o surgimento do *Homo Sapiens.*

Reunido em grupos, o homem criou as tecnologias da inteligência, a linguagem, a arte, a política e um acervo de conhecimento acumulado que tornam a espécie humana singular. Arendt (2000, p. 31) afirma que "todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos". Por meio de relações sociais, o homem conseguiu sobreviver a um ambiente inóspito e construir as grandes civilizações, as instituições sociais e as organizações e, “com efeito, o homem só é homem porque vive em sociedade” (DURKHEIM, 2002, p. 84).

É natural no homem reunir-se em comunidades. “O homem, muito mais que a abelha ou outro animal gregário, é um animal social” (ARISTÓTELES, 1988, p. 15). É participando da vida em sociedade que ele encontra a possibilidade de ser homem, pois “o homem é por natureza um animal social; por isso, mesmo que os homens não necessitem de assistência mútua, ainda assim eles desejam viver unidos” (ARISTÓTELES, 1988, p. 89). Porém, para que o homem possa se integrar e construir quaisquer empreendimentos existem condições, como o estabelecimento de relações de confiança, solidariedade, reciprocidade e cooperação, propriedades do capital social. Essas condições, muitas e muitas vezes, não foram observadas,

principalmente a partir da Revolução Industrial, com o advento do capitalismo industrial e do estado liberal.

O estado liberal, com a proposta de interferir o mínimo possível na esfera social, acentuou o progresso econômico e interferiu diretamente na valorização individual, favoreceu os mais audaciosos, mais hábeis e menos escrupulosos, sem levar em consideração a natureza associativa do homem, contrariando a máxima rousseauniana de que "não existe senão um contrato no Estado: o da associação; e este, por si só, exclui qualquer outro" (ROUSSEAU, 1998, p.118). A concepção individualista da liberdade favoreceu a omissão do Estado em proteger os menos afortunados, desenvolvendo-se uma gradativa injustiça social.

Com ênfase na valorização do indivíduo e na proteção da liberdade, o estado liberal parece ter garantido uma situação de privilégio para os economicamente fortes e de exclusão social para uma significativa parte da população. A necessidade crescente do capitalismo em encontrar novos mercados e a procura pelos economicamente fortes para aumentar o capital, favoreceram a descoberta e a colonização de novos territórios, o que já caracterizava o início do fenômeno da globalização, que atualmente permeia todos os países.

Globalização que exige intensa integração econômica, formação de blocos e surgimento de redes empresariais globais, mas que, paradoxalmente, faz emergir a preocupação com movimentos endógenos, como o desenvolvimento local e com o (re)nascimento das pequenas empresas como alternativa de geração de emprego e renda. Analisando esse fenômeno, Castells (1998 *apud* BUARQUE, 2006, p. 25) considera que "um dos muitos paradoxos de nosso interesante tempo histórico é o relançamento do local na era do global".

Nesse mundo globalizado, caracterizado pela lógica excludente do capitalismo, muitas vezes as grandes corporações já não respondem aos anseios da sociedade quanto ao nível de desenvolvimento e, assim sendo, as pequenas empresas passam a ser vistas como uma opção

viável econômica e socialmente. A crise da grande empresa, de acordo com Castells (2003), é conseqüência da crise da produção padronizada em massa, que exige uma forma organizacional específica, ou seja, integração vertical e divisão social e técnica institucionalizada de trabalho, o que leva a um processo padronizado e pouco flexível, não adequado às exigências competitivas atuais.

O modelo fordista, cujo início remonta aos primórdios do século XX, caracterizou-se pela produção de massa significando consumo de massa e propôs "um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista" (HARVEY, 1994, p. 121). De acordo com o autor, foi a partir de meados da década de 1960 que este modelo, caracterizado pela rigidez no sistema de produção, tornou-se incapaz de conter as contradições inerentes ao capitalismo e deu origem à especialização flexível.

Analisando a economia norte-americana, Piore e Sabel (1984) apontam duas formas pelas quais a especialização flexível pode desenvolver-se:

> Em primeiro lugar, as grandes empresas de produção em série estão reduzindo seus níveis hierárquicos e concedendo maior autoridade aos supervisores de níveis inferiores, com o objetivo de acelerar a adaptação às trocas de mercado e reduzir o custo de produção. Em segundo lugar, estão se formando núcleos de pequenas empresas semelhantes aos distritos industriais de firmas flexíveis, alguns formados por indústrias tradicionais, da metalurgia à confecção feminina, outros explorando tecnologias tão novas que somente alguns productos chegam a ser comercializados (PIORE; SABEL, 1984, p. 402.

A especialização flexível caracteriza-se como um formato alternativo que enfatiza a produção artesanal em pequenos lotes, executada por trabalhadores especializados e com possibilidades reais de alterar o sistema produtivo. Foi a partir de seu advento que autores como Metcalfe (2005), Lastres, Cassiolato e Arroio (2005), Castells (2003), Cocco, Galvão e Silva (1999), Bagnasco (1999), Becattini (1999), Sengenberger e Pike (1999), Corò (1999) identificaram como opção ao modelo fordista, o (re)nascimento das pequenas empresas. De

acordo com Costa (2001), evidências empíricas demonstram que o sistema de micro e pequenas empresas locais atende aos requisitos do modelo de especialização flexível.

De acordo com Sengenberger (1988), micro e pequenas empresas se agregam para obter economias de escala, o que demonstra racionalidade tanto econômica quanto política.

> A *rationale* econômica é baseada nos ganhos em economias de escala através de empreendimentos comuns, bem como no desenvolvimento e na utilização de recursos pelo conjunto de firmas. Os padrões de eficiência podem ser melhorados mediante a compra associada e o compartilhamento de energia, matérias-primas, ferramentas, equipamentos, espaço físico, assim como em funções empresariais, tais como P&D, *design*, treinamento, financiamento, distribuição, exportação, etc. [...] Associando-se e cooperando umas com as outras, as pequenas empresas podem aumentar consideravelmente o seu peso político e alcançar alguma capacidade de manobra estratégica, que normalmente as grandes empresas possuem SENGENBERGER, 1998, p. 256).

Assim, arranjos produtivos locais ou *clusters*, são novas formas organizacionais que podem tornar as pequenas empresas altamente competitivas através de ganhos em economias de escala e de escopo. De acordo com Porter (1999, p. 211), "um aglomerado é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns ou complementares". Pode-se acrescentar que são formados por um conjunto de pequenas e médias empresas administrativamente independentes, porém, ligadas por redes de empreendedores, considerando-se que a organização social é uma característica crucial dos aglomerados (SENGENBERGER; PIKE, 1999). A criação de empresas é um aspecto do empreendedorismo, tendo em vista que empreendedores são "indivíduos que criam um novo empreendimento" (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2003, p.529).

Neste sentido, o estudo foi realizado em micro e pequenas empresas localizadas em Toritama, município do agreste pernambucano que vem sinalizando para a formação de um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas na indústria da confecção, mais especificamente na produção de jeans.

Algumas cidades do estado de Pernambuco vêm se sobressaindo no cenário nacional, acentuando profundamente o contraste entre os chamados “velhos e novos sertões”.

> Novos sertões é a agricultura irrigada, técnico-intensiva, de alta produtividade. Ela brotou no vale do médio São Francisco, particularmente em seu pólo mais dinâmico, Petrolina-Juazeiro, que exibiu crescimento econômico de 7,8% anuais entre 1970 e 1998. [...] Ou as indústrias de confecções (nem sempre tão modernas) como as de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, que dinamizam o emprego e a renda em algumas cidades de menor porte (ALBUQUERQUE, 2003, p. 199).

Município inserido no modelo dos novos sertões, apresentando vigor econômico raramente visto no Nordeste, estima-se que Toritama seja responsável por 16% da produção nacional de peças jeans, sendo superada apenas pela região do Brás, em São Paulo, conforme dados do Diário de Pernambuco (2004) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2006) .

Assim sendo, foi desafiador pesquisar uma localidade composta por pequenas unidades de produção, desfavorecida em termos de estruturas de comercialização, escala produtiva e acesso ao crédito e emergem, da contextualização, algumas questões norteadoras: Que indícios de existência do capital social podem ser observados? O fenômeno empreendedor apresenta-se de forma coletiva ou atomizada? A existência do arranjo produtivo promove o desenvolvimento local? Estas questões geraram o seguinte problema de pesquisa:

Como o capital social e o empreendedorismo atuam na formação de um Arranjo Produtivo Local?

Para estudar o problema proposto, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

- Analisar manifestações do capital social e do empreendedorismo na constituição de um Arranjo Produtivo Local (APL), bem como a ocorrência de desenvolvimento local em Toritama.

1.1.2 Objetivos específicos

- Identificar demonstrações de capital social no APL em questão.
- Identificar como está se manifestando o fenômeno empreendedor, bem como a ocorrência de inovação, redes de relações, visão e formas de aprendizagem no APL.
- Verificar a ocorrência de desenvolvimento local considerando aspectos econômicos, socioculturais, político-institucionais e ambientais.

1.2 Justificativa

De acordo com Souza Santos (2003), há dois tipos de globalização: o primeiro, praticamente hegemônico, é característico e explicativo dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais das sociedades nacionais, refere-se à globalização neo-liberal. O segundo, contra-hegemônico, surge como uma forma de reação das bases da sociedade para o topo sendo

> constituído por redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que nos diferentes cantos do globo se

> mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da biodiversidade, o desemprego, as violações dos direitos humanos, as pandemias, os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal (SOUZA SANTOS, 2003, p. 16).

Nesse sentido contra-hegemônico, sob o impulso de inúmeros conflitos, o *design* das formas organizacionais vem se transformando e construindo uma alternativa no contexto da globalização neo-liberal, pois, no atual cenário hegemônico, o objetivo último é o crescimento do produto social bruto, funcionando a partir de uma dinâmica própria, sem referência ética e sem considerar as necessidades básicas dos seres humanos (OLIVEIRA, 2001). A globalização neo-liberal "reduz as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contigüidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartido" (SANTOS, 2005, p. 142). Território entendido como "um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 2007, p. 78).

Souza Santos (2003) denomina globalização contra-hegemônica a resistência a todos os tipos de poder; seja sob a forma de democracias participativas, seja por sistemas alternativos de produção. O arranjo produtivo que está se constituindo em Toritama pode ser considerado uma forma de globalização contra-hegemônica, pois o pequeno capital se territorializa e preenche o *lócus* urbano, disperso por centenas de micro e pequenas empresas. A pertinência de temas que envolvem alternativas ao modelo hegemônico, torna esta pesquisa atual e relevante.

Como justificativa prática, este estudo é oportuno no sentido de que o arranjo produtivo analisado poderá ser impactado pelo investimento estruturador que está sendo instalado no litoral pernambucano, em Suape, no município de Cabo de Santo Agostinho, onde estão sendo implantadas indústrias de capital intensivo, inclusive uma grande fábrica têxtil. A entrada desse novo competidor no mercado pode ter conseqüências negativas para a competitividade local.

Como justificativa teórica, o estudo buscou delinear manifestações do capital social e do empreendedorismo em um arranjo produtivo, identificando a presença de dimensões de desenvolvimento local. O fenômeno empreendedor é ainda incipientemente explorado no campo disciplinar da Administração, embora venha despertando o interesse de pesquisadores de diferentes matizes, uma vez que modifica as condições correntes do mercado pela introdução de algo novo e diferente em resposta às necessidades percebidas (PAIVA JR, 2004).

O estudo agregou maiores informações e conhecimentos sobre a concentração de micro e pequenos negócios formando "territórios alternativos", que possibilitem a construção de um espaço mais igualitário econômica e socialmente (HAESBAERT, 2002), bem como sobre empreendedorismo e capital social.

A opção por estudar um município que vem constituindo um possível arranjo produtivo local de micro e pequenas empresas é tema atual em termos de desenvolvimento local e contribuirá para a gênese de conhecimentos adequados à realidade dos estudos organizacionais no Brasil. A partir da análise de formatos organizacionais inovadores, espera-se contribuir para o crescimento do estado da arte da Ciência Administrativa, seja verificando teorias existentes, seja apresentando um alicerce para a criação de novas teorias.

1.3 Bases ontológicas e epistemológicas

É importante que fiquem claras as bases ontológicas e epistemológicas do estudo, principalmente em se tratando de uma pesquisa qualitativa na área de gestão organizacional, campo que, até a década de 1960, caracterizava-se por um acordo tácito de métodos, metodologias, perspectivas de análise e base epistemológica evidenciadas apenas pelo

funcionalismo parsoniano (BURRELL; MORGAN, 1979), com sua ênfase na estabilidade e manutenção do sistema social, em detrimento da transformação e mudança.

Na atualidade, não só as ciências sociais e humanas caracterizam-se pela complexidade e pelas mudanças. As leis e princípios das ciências exatas vêm sendo confrontadas pela incerteza, desordem, complicação, pluralidade.

Tomar-se-á como modelo para tal esclarecimento o esquema dos paradigmas sociológicos proposto por Burrell e Morgan (1979), que pode ser observado abaixo, na figura 1(1), tendo em vista que a ciência da gestão faz parte do campo disciplinar da Ciência Social.

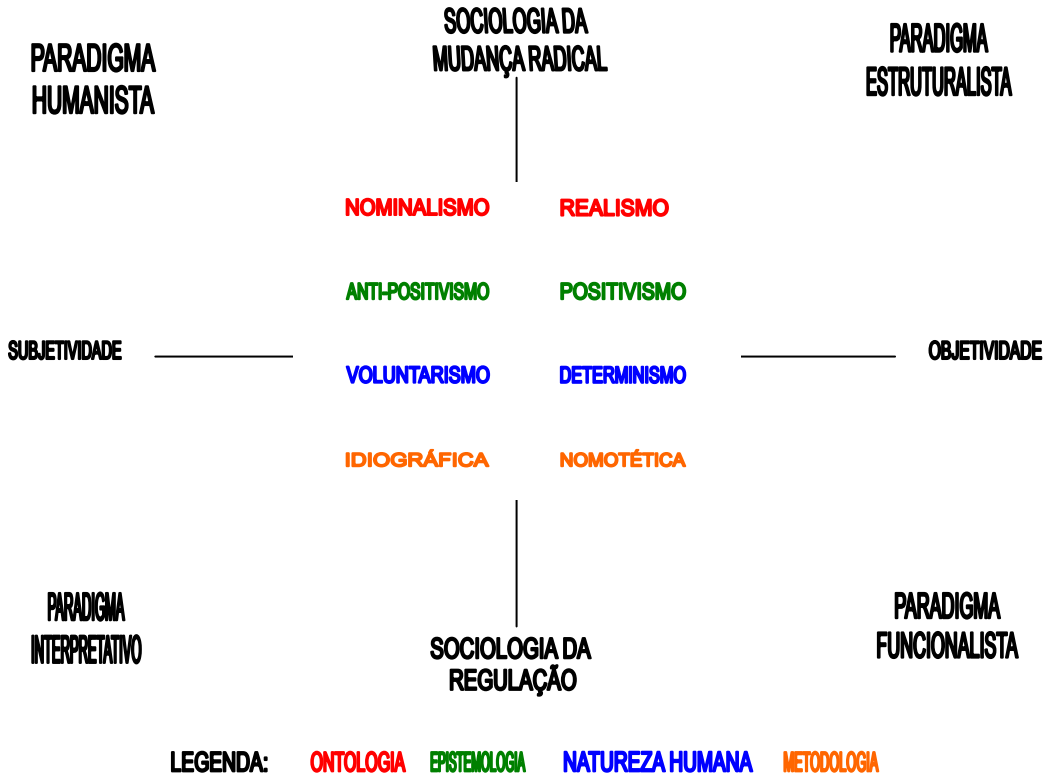


Figura 1 (1): Paradigmas Sociológicos
Fonte: Adaptado de Burrell; Morgan, 1979

Os pressupostos ontológicos referem-se à essência do fenômeno sob investigação e questionam se a realidade a ser investigada é externa ao indivíduo ou é produzida por sua consciência. Os pressupostos de natureza epistemológica dizem respeito às bases do conhecimento, procurando indicar se o mesmo é objetivo, real e possível de ser transmitido de maneira tangível ou se é subjetivo e pessoal. Os pressupostos sobre a natureza humana

referem-se à relação entre as pessoas e o ambiente. Os pressupostos metodológicos são diretamente influenciados pelos conjuntos anteriores, ou seja, ontologias, epistemologias e modelos de natureza humana indicam ao pesquisador a metodologia adequada (BURRELL; MORGAN, 1979).

A abordagem subjetiva aproxima-se dos métodos qualitativos, assemelha-se ao idealismo, sua visão ontológica é nominalista e baseia-se na premissa de que a realidade reside no mundo do espírito ou das idéias, enfatiza a natureza subjetiva do homem, sua epistemologia é anti-positivista, apresenta uma visão voluntarista da natureza humana e metodologicamente enquadra-se nas ciências idiográficas.

Nesta pesquisa é priorizada uma abordagem subjetiva, mais próxima da sociologia da regulação do que da sociologia da mudança radical, tendo em vista que o estudo se aproxima do paradigma interpretativo, no qual o mundo social é visto como um processo social emergente criado pelos indivíduos envolvidos (BURRELL; MORGAN, 1979). São analisadas categorias como flexibilidade, fluidez, agilidade e ênfase no relacional, pois as organizações e as pessoas povoam um universo que não está fechado e nem acomodado, dentro do qual há indeterminação e construção sem, no entanto, abandonar o componente estrutural.

A visão de mundo ou ontologia aproxima-se do nominalismo, pois o pesquisador deve ser "capaz de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de se adaptar a ela" (FREIRE, 1998, p. 85). A escolha epistemológica aproxima-se do anti-positivismo, o que é coerente com o nominalismo e com a metodologia das ciências idiográficas.

Bruyne *et al.* (1977) apontam que o conjunto da "tradição teórica" das ciências idiográficas tem ligações estreitas com o campo doxológico e que a prática científica somente pode ter início após a ruptura com a linguagem comum. Assim sendo, uma das grandes dificuldades de um trabalho como o ora posto é o "obstáculo epistemológico", tendo em vista

que é um estudo que envolve muito do “senso comum” e o abandono dos conhecimentos do senso comum é um sacrifício (BACHELARD, 1996). Procurou-se, no decorrer da pesquisa e da análise do caso, superar esse obstáculo pela “vigilância epistemológica” que, de acordo com Bachelard (1996), consiste em identificar opiniões previamente construídas, combater o instinto conservativo e o narcisismo intelectual e procurar sempre manter o esforço de racionalidade.

1.4 Estrutura da tese

Esta tese está dividida em seis partes, conforme pode ser observado na figura 2(1):

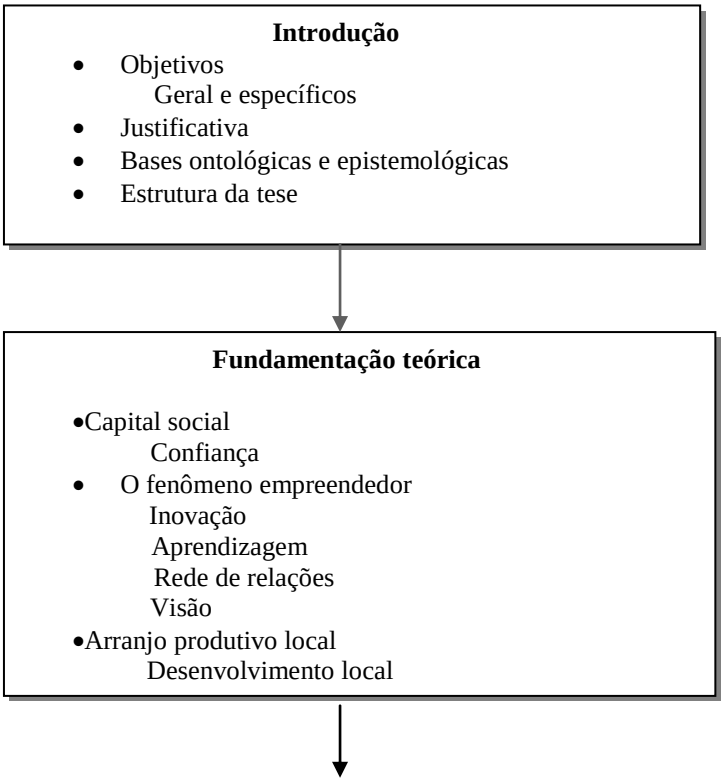


Figura 2(1): Estrutura da tese (continua)
Fonte: dados da pesquisa

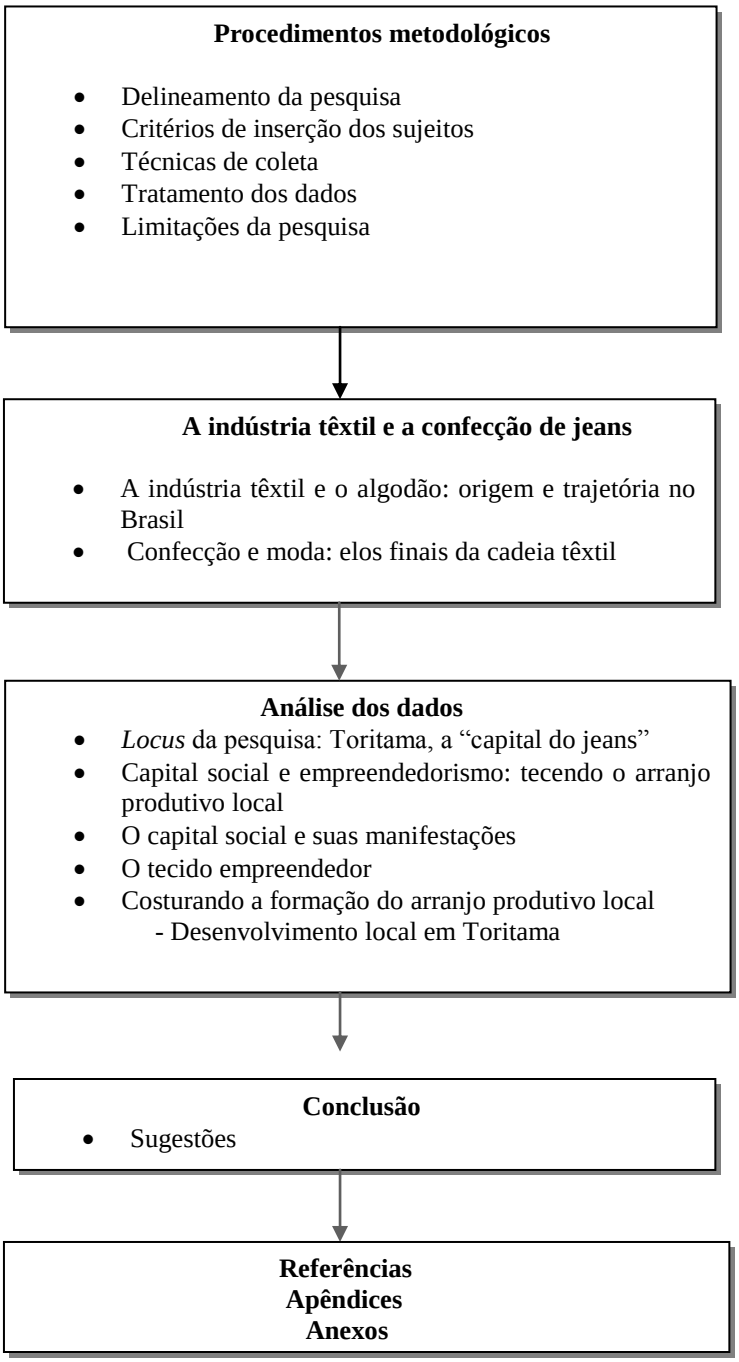


Figura 2 (1): Estrutura da Tese (continuação)
Fonte: dados da pesquisa

Na introdução está contextualizado o tema e apresentadas questões norteadoras e o problema de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa e as bases ontológicas e epistemológicas da pesquisa.

A segunda parte do trabalho é composta pela fundamentação teórica. Inicialmente é abordado o capital social, tendo em vista que o mesmo pode ser fonte de absorção de recursos pelos empreendedores. O segundo tópico trata do empreendedorismo e tem como marco referencial o estudo de Filion (1991). O empreendedorismo, quando geograficamente localizado, pode formar arranjos produtivos locais e, a ocorrência desses fatores – capital social e empreendedorismo – em um arranjo produtivo local – pode contribuir para o desenvolvimento local.

Nos procedimentos metodológicos são apresentados o delineamento do estudo, o critério de inserção dos sujeitos, a coleta e o tratamento dos dados, bem como as limitações do estudo.

No capítulo seguinte, é apresentado um breve histórico da indústria têxtil e do algodão e sua trajetória no Brasil, seguido de um tópico sobre confecção e moda, elos finais da cadeia têxtil.

A seguir, encontra-se a análise dos dados, tendo início com a "descrição densa" (GEERTZ, 1989) do *locus* da pesquisa e prosseguindo com a análise do capital social e do empreendedorismo no processo de formação do arranjo produtivo local. No relatório da análise buscou-se o menor afastamento possível do ambiente natural (MERRIAM, 1998), o que enfatiza o cunho etnográfico da pesquisa e a opção por apresentar a análise em forma de texto narrativo, interpretando e relacionando os dados empíricos com os objetivos e com o arcabouço teórico do estudo.

Na conclusão são relacionados os resultados do estudo de acordo com os objetivos, de modo a responder as indagações norteadoras e ao problema de pesquisa, seguidos pelas sugestões tanto para os empreendedores locais, quanto para futuras investigações.

As referências bibliográficas que embasaram o trabalho estão relacionadas após a conclusão, bem como os anexos, contendo o material textual transcrito das entrevistas e a lista de codificações obtida por meio da utilização do *software* Atlas/ti na versão 5.2.

2 Fundamentação teórica

Neste capítulo é apresentado o arcabouço teórico que dá suporte ao estudo, cuja proposta consiste em analisar manifestações do capital social e do empreendedorismo, bem como suas interações, na formação de um Arranjo Produtivo Local (APL) e na promoção do desenvolvimento local.

Assim sendo, são apresentadas as contribuições acadêmicas relevantes divididas nas seguintes seções: capital social, empreendedorismo e arranjo produtivo local. Quando geograficamente localizadas, micros e pequenas empresas podem formar arranjos produtivos inovadores, tornando-se mais competitivas e possibilitando a ocorrência de desenvolvimento local.

2.1 Capital social

O capital tem origem histórica sob a forma de dinheiro, sendo o dinheiro a primeira forma em que aparece (MARX, 1982, p. 166). Ou seja, a palavra capital está associada à palavra riqueza e compõe a matriz econômica e ideológica de toda uma época da humanidade, a era do capitalismo (ARAÜJO, 2003). Ironicamente, foi Marx, o pai do socialismo científico, que consolidou a palavra “capital”, signo representativo do capitalismo, sistema econômico que teve início com a Revolução Industrial e perdura até os dias atuais, sem previsão de término, tendo em vista seu caráter mutável e adaptativo (SCHUMPETER, 1961).

É importante esclarecer que as palavras “dinheiro” e “capital” não são sinônimas. O dinheiro “é um cristal gerado necessariamente pelo processo de troca” (MARX, 1982, p. 87) e, para que se transforme em capital,

> tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender (MARX, 1982, p. 189).

E por estar livre e disponível o trabalhador, o dono do dinheiro, através da mais-valia, cria o capital, pois na forma de dinheiro o capital não produz nenhum lucro (RICARDO, 1979).

Atualmente, a palavra capital vem sendo adjetivada e transmuta-se em capital natural, capital financeiro, capital humano, capital social, entre outras. A expressão capital social é assim expressada porque origina riquezas, não através de relações comerciais ou econômicas, mas através da tessitura social, dos relacionamentos que acumulam conhecimentos. Capital social "expressa basicamente a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos" (ARAÜJO, 2003, p. 10). Ainda de acordo com a autora, instituições, relações e normas sociais que dão qualidade às relações interpessoais em uma dada sociedade são consideradas pelo Banco Mundial como capital social.

Pode-se afirmar que o conceito de capital social está ainda em construção. Sabe-se que é essencialmente relacional e que tem aplicabilidade aos níveis individual, social e institucional, apresentando-se como uma categoria analítica em diferentes campos disciplinares (Economia, Ciência Política, Sociologia, Psicologia, Administração).

A expressão capital social vem adquirindo importância crescente tanto no meio acadêmico como em diferentes esferas governamentais, visto que sua criação e implementação podem possibilitar uma maneira de intervir na realidade e modificar condições existentes. Há consenso de que foi o sociólogo James Coleman o responsável por trazer a expressão capital social a lume nos debates acadêmicos, mas foi o trabalho do cientista político Robert Putnam o que teve maior impacto na difusão do tema (MONASTÉRIO, 2006).

Conceito recente, disseminado a partir da década de 1990, capital social "expressa o reconhecimento e a valorização dos recursos embutidos em estruturas e redes sociais, até então não contabilizados por outras formas de capital" (ALBAGLI; MACIEL, 2003, p. 423). Solow (2000) considera que a expressão capital social não é uma analogia satisfatória em relação a outras formas de capital e Arrow (2000) entende que a definição é apenas um "conceito sensibilizador", embora ambos reconheçam que o debate sobre o assunto ajuda a evidenciar a importância da dinâmica social na análise econômica.

Estruturas e redes sociais não são usualmente objetos de estudos econômicos, apesar de Polanyi (2000) ter apresentado, ainda em meados da década de 40, a idéia de que a atividade econômica está imersa, inserida, embutida (*embedded*) na teia social e na cultura da sociedade. Granovetter (1992) corrobora a importância dos aspectos sociais sobre a atividade econômica, enfatizando a influência das relações sociais na vida econômica, mais até do que os dispositivos institucionais ou a existência de uma moral generalizada. No mesmo sentido, Fukuyama (1995) afirma que a cultura permeia a economia e que os valores morais possibilitam a criatividade, a redução dos custos de transação e a ação coletiva.

Baron, Field e Schuller (2000) identificam três vertentes em relação ao conceito de capital social: a primeira relacionada às ciências sociais, responsáveis pela difusão do termo e tendo como principais representantes Bourdieu, Putnam e Coleman; a segunda, remontando à sociologia clássica representada por Durkheim e Weber e a terceira, sem autores definidos e vinculada a campos disciplinares que envolvem elementos-chave, como confiança, cooperação, reciprocidade e solidariedade, é adotada neste estudo. .

A expressão capital social foi usada pela primeira vez por Bourdieu, no início da década de 1980, "para referir-se as vantagens e oportunidades de se pertencer a certas comunidades" e popularizada por Putnam (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 5). Bourdieu

(1998) usou o termo ‘capital’ como uma metáfora, pois a palavra expressa a acumulação de recursos e a estrutura social é formada por campos de luta pelos recursos de poder.

Em seu, já considerado clássico, *Making Democracy Work: civic traditions in modern Italy*, Putnam (1993) se refere à Emília Romagna e à Lombardia como regiões onde se desenvolveu uma comunidade cívica e um conseqüente progresso econômico e social e a Púglia e a Basilicata como regiões onde há menor grau de civismo e a política se caracteriza por relações verticais de autoridade e dependência, tal como em um sistema clientelista. Nesse sentido, o autor aponta para o surgimento de círculos virtuosos e círculos viciosos.

Os círculos virtuosos caracterizam-se por altos níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo e podem ser relacionados às funções benignas do capital social, enquanto as funções perversas podem ser relacionadas com os círculos viciosos, que se caracterizam pela “total inexistência dessas características, [...] apresentando deserção, desconfiança, omissão, exploração, isolamento, desordem e estagnação” (PUTNAM, 1993, p. 186-187).

Em concordância com Putnam (1993), Forero (2002, p. 83) identifica duas funções para o capital social: as “benignas” e as “perversas”. Em seu aspecto benigno, o capital social tem efeito positivo no bem-estar: aumenta a eficiência, melhora o desempenho econômico, torna o governo mais eficaz e reduz a pobreza. Já as funções “perversas” reduzem o bem-estar de várias maneiras: aprofundando a desigualdade, facilitando a ação dos grupos de interesses, impedindo a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, restringindo a liberdade individual e a iniciativa, premiando o fracasso e facilitando a operação de máfias, guerrilhas e organizações de delinqüentes, gerando acumulação sub-ótimas dos recursos (FORERO, 2002, p. 83).

As funções benignas ou círculos virtuosos do capital social têm sido objeto de análise e diversos estudos têm procurado estabelecer correlações positivas entre a sua existência e

êxito democrático (BORBA; SILVA, 2006), crescimento econômico (HIGGINS, 2006, NARAYAN; PRITCHETT, 1999, KNACK; KEEFER, 1996), equidade e saúde pública (KAWACHI; KENNEDY; LOCHNER, 1997), rendimento educativo (LANG; HORNBURG, 1998, BOTHWELL, GINDROZ; LANG, 1998, TEACHMAN; PAASCH; CARVER, 1997) e eficiência nas esferas jurídica, burocrática e tributária (LA PORTA; LÓPEZ DE SILANES, SHLEIFER; VISHNY, 1997).

Em relação às funções perversas ou círculos viciosos do capital social, pode-se citar o estudo de Edelman *et al* (2002), *The darker side of social capital* e de Rubio (1997), sobre a delinquência juvenil na Colômbia. Autores como Araújo (2003), Forero (2002) e Kliksberg (2001) também fazem referência à existência destas funções.

Para Putnam (1993), o capital social é definido como traços da vida social – redes, normas e confiança – que facilitam a ação e a cooperação na busca de objetivos comuns. Para o autor, a confiança exerce o papel de lubrificante da vida social e de geradora de resultados econômicos. Sociedades com alto grau de confiança tornam-se e mantêm-se prósperas, pois se transformam em comunidades cívicas. Em uma comunidade cívica o contrato moral, mais do que o contrato formal, é que mantém a cooperação e a sanção para quem o transgride pode ser a exclusão da rede de sociabilidade e de cooperação. Como um componente básico do capital social, a confiança pode derivar de duas fontes: regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

A reciprocidade, simbolizada pelas trocas, sempre caracterizou as sociedades humanas, desde as mais arcaicas e primitivas. Em seu *Ensaio sobre a Dádiva*, Mauss (2001, p, 55), identifica que as trocas "não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de mais nada, amabilidades, festins, ritos, serviços [...]", constituem o *potlatch*, ou seja, a obrigação de dar, receber e retribuir.

O capital social comporta-se como um moderno *potlatch*, no qual a reciprocidade, caracterizada pelo dar, receber e retribuir é basilar, onde os valores e crenças são compartilhados e a confiança funciona como uma 'cola'. Em estudos mais recentes, Putnam (2001), vem enfatizando o papel da reciprocidade como a pedra de toque do capital social.

A partir de seu estudo no contexto educacional, Coleman (1994) definiu o capital social como "o conjunto de recursos que são inerentes às relações familiares e à organização social da comunidade e que são úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de uma criança ou de um jovem" (p. 300). Também trabalhando no contexto da educação, antes de Coleman, Hanifan usou a expressão capital social para se referir aos elementos que influenciam fortemente na vida cotidiana, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família (MILANI, 2004).

O capital social é totalmente relacional e funcional, conforme aponta Coleman:

> Como capital físico e capital humano, capital social não é totalmente negociável (*fungible*), mas o é em relação a atividades específicas. Uma dada forma de capital social que é valiosa, facilitando ações, pode não ter valor ou mesmo ser prejudicial para outras ações. Diferentemente de outras formas de capital, o capital social herda a estrutura de relações entre as pessoas (COLEMAN, 1994, p. 303-304).

O capital social não é uma entidade isolada e sim uma variedade de entidades que tem duas características em comum: consistem em algum aspecto da estrutura social e facilitam aos indivíduos, que pertencem à estrutura, realizar certas ações (COLEMAN, 1994, p. 305).

A forma de acumulação e de difusão do capital social acontece através de redes, que se formam ao nível dos indivíduos, das organizações e da sociedade. As redes podem ser formais e informais e em ambas é possível identificar o tráfego do capital social, embora nas redes informais o mesmo apresente-se com maior vigor e poder de disseminação, possivelmente porque nesse tipo de rede se desenvolvem relações baseadas na confiança.

De acordo com Uphoff (2000, p. 215) todas as formas de capital apresentam vários tipos de vantagens e produzem um fluxo de benefícios. Para o autor, o capital social é a soma

(acumulação) de vários ativos – sociais, psicológicos, culturais, cognitivos e institucionais - relacionados a um "comportamento cooperativo para benefício mútuo”.

Fundamentando-se nas análises de Coleman (1994), que apontam que a ação social ocorre por meio de interações e que estas geram uma espécie de estrutura que pressupõe cooperação e coordenação em contextos institucionalizados, Uphoff (2000) propôs um modelo em que elege duas categorias interdependentes e complementares - categoria estrutural e categoria cognitiva, conforme se observa no quadro 1(2).

A categoria estrutural é formada pelas relações sociais, que possibilitam o compartilhamento e a difusão de informações e a realização de ações coletivas. A categoria cognitiva se refere a normas, crenças, valores, ou seja, a aspectos culturais que levam à construção de confiança, solidariedade, cooperação, reciprocidade. No modelo é possível observar que existem elementos comuns, que são expectativas que conduzem ao comportamento cooperativo e produzem benefícios mútuos.

Categorias	**Estrutural**	**Cognitiva**
Fontes e Manifestações	•Papéis e regras •Redes e outros relacionamentos interpessoais •Procedimentos e procedentes	• Normas de reciprocidade • Crenças e valores • Atitudes • Identidade
Fatores Dinâmicos	•Ligações horizontais •Ligações verticais	• Confiança • Solidariedade • Cooperação • Reciprocidade
Elementos Comuns	•Expectativas que conduzem ao comportamento cooperativo e que produzem benefícios mútuos	

Quadro 1 (2): Modelo de Capital Social
Fonte: Uphoff, 2000

A categoria estrutural analisa papéis, regras e formação de redes, que facilitam um comportamento cooperativo para benefício mútuo. A categoria cognitiva, que envolve processos mentais, enfatiza valores, normas, crenças, cultura e ideologia, que constituem elementos necessários à formação de redes. A existência dos fatores dinâmicos cognitivos - confiança, solidariedade, cooperação e reciprocidade – são condições necessárias e

imprescindíveis para o desenvolvimento do capital social, bem como para o empreendedorismo como fenômeno genericamente coletivo (JOHANNISSON, 1998).

Coleman (1994) postula que o capital social se desenvolve mais facilmente em redes densas, pois nestas é fomentada a comunicação e a confiança mútua. Em oposição, Burt (1992) desenvolveu a "teoria dos vazios estruturais", que pressupõe uma desconexão ou um relacionamento frágil, que paradoxalmente, possibilita melhores oportunidades de intermediação dos fluxos de informação (BURT, 1992). O autor baseia-se na teoria dos laços fracos de Granovetter (1992), que sugere que em grupos coesos a informação tende a ser relativamente redundante, enquanto que em relações casuais ou de laços fracos, existe uma probabilidade maior de circularem informações diferentes. Nesse sentido, Burt (1992) argumenta que a existência de vazios estruturais possibilita maiores benefícios de capital social, pois é nestes que circulam informações novas. Bourdieu (2000) sintetiza as duas visões e propõe a seguinte definição:

> O capital social é o conjunto dos recursos mobilizáveis (capital financeiro, mas também informação), através de uma rede de relações mais ou menos extensa e mais ou menos flexível, que proporciona uma vantagem competitiva ao garantir rendimentos mais altos às trocas (BOURDIEU, 2000, p. 239.

Sennet (1999) afirma que as experiências mais significativas de confiança são aquelas derivadas dos relacionamentos informais entre os indivíduos e que, durante a execução de tarefas nas organizações, principalmente as mais desafiadoras, é que as pessoas aprendem a confiar umas nas outras. O autor aponta, porém, que o laço social da confiança é enraizado de forma lenta e que a emergência por soluções de curto prazo limita o processo de maturação de relações baseadas na confiança.

A legitimação do laço social constitui o núcleo duro das teorias do capital social e deve dar conta de dois tipos de questão: as estruturais (capacidade e modalidades associativas, redes) e as relativas à legitimação das atitudes, crenças, valores e normas (confiança, respeito

e reconhecimento mútuo, tolerância, compaixão, solidariedade) encarnados nas práticas e rotinas que orientam a ação cooperativa (REIGADAS, 2004, p. 67).

Coleman (1994) subdivide o capital social em três formas: a) normas e sanções que estimulam o bem-comum; b) canais de trocas de informações e idéias e c) confiança. Em respeito a esta divisão, considerou-se somente a confiança para a construção do próximo tópico.

2.1.1 Confiança

Diversas e antagônicas são as concepções acerca da natureza humana, sendo a confiança critério de classificação do homem como um ser naturalmente bom e altruísta ou naturalmente mau e egoísta.

O confucionismo é otimista quanto à natureza humana. Para Confúcio (2000) os seres humanos possuem a capacidade de cultivar a virtude e entrar em harmonia com o Decreto do Céu (*tíen ming*), embora os seus seguidores Mêncio e Hsun-Tzu divergissem quanto às potencialidades humanas. Para Mêncio a natureza humana seria potencialmente boa enquanto que, para Hsun-Tzu, o homem era originalmente mau.

Na Antiguidade clássica, o aspecto social passa a ser considerado e, de acordo com Aristóteles (2001), existem duas espécies de excelência: a intelectual e a moral. A excelência intelectual está diretamente relacionada à instrução, requerendo experiência e tempo, ao passo que a excelência moral, relacionada à confiança, é conquistada pelo hábito. “Nenhuma das várias formas de excelência moral se constitui em nós por natureza, pois nada que existe por natureza pode ser alterado pelo hábito” (*id*. p. 35).

A excelência, seja intelectual, seja moral, não é inerente ao homem; ambas são construções sociais, dependem da instrução ou do hábito, precisam ser aprendidas e praticadas

para que possam se tornar efetivas, pois

> os homens se tornam construtores construindo, e se tornam citaristas tocando cítara; da mesma forma tornamo-nos justos praticando atos justos, moderados agindo moderadamente, e corajosos agindo corajosamente. [...] Logo, acontece o mesmo com as várias formas de excelência moral; na prática de atos em que temos de engajar-nos dentre nossas relações com outras pessoas, tornamo-nos justos ou injustos; na prática de atos em situações perigosas, e adquirindo o hábito de sentir receio ou confiança, tornamo-nos corajosos ou covardes (ARISTÓTELES, 2001, p. 35).

O pensamento de Aristóteles predominou da antiguidade clássica por todo o período medieval e "passaram-se dois mil anos antes que o mundo produzisse qualquer pensador que se lhe pudesse comparar" (RUSSELL, 1977, p. 46). Foi apenas a partir do século XV que o tema da confiança voltou a desafiar outros grandes pensadores.

Maquiavel (2000, p.29) considerava o homem como um ser não confiável e ensinava que "os homens só fazem o bem quando é necessário; quando cada um tem a liberdade de agir com abandono e licença, a confusão e a desordem não tardam a se manifestar por toda parte". Assim sendo, aconselhava que "um príncipe prudente não pode nem deve guardar a palavra dada quando isso se lhe torne prejudicial e quando as causas que o determinaram cessem de existir" (MAQUIAVEL, 1979, p. 73). Para Maquiavel, o poder seria a base da paz social e a confiança apenas um aspecto que deveria ser simulado, pois "os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos são os que podem sentir. [...] e o vulgo é levado pelas aparências" (*id*, 1979, p. 75).

Em concordância com Maquiavel, Hobbes (1979) afirmava que, na natureza do homem, se encontram três causas principais de discórdia: a competição, a desconfiança e a glória. "Os homens não tiram prazer algum da companhia uns dos outros (e sim, pelo contrário, um enorme desprazer), quando não existe um poder capaz de manter a todos em respeito" (*id*, 1979, p. 75).

Fundamentando-se nas excelências aristotélicas, Hobbes (1979) identificava dois movimentos peculiares aos seres: movimento vital e movimento animal. Referia-se também

aos prazeres, aos desprazeres e às paixões humanas, dentre as quais salientava a confiança como um tipo de alegria:

> A *alegria* proveniente da imaginação do próprio poder e capacidade é aquela exultação do espírito a que se chama *glorificação*. A qual, estando baseada na experiência de suas próprias ações anteriores, é o mesmo que a *confiança*. Mas quando se baseia na lisonja dos outros, ou é apenas suposta pelo próprio, para deleitar-se com suas conseqüências, chama-se *vanglória*. Nome muito apropriado, porque uma *confiança* bem fundada leva à eficiência, ao passo que a suposição do poder não leva ao mesmo resultado, e é, portanto, justamente chamada *vã* (HOBBES, 1979, p. 36 – itálicos do autor).

As idéias de Maquiavel e Hobbes têm forte contraponto em Rousseau e Hume. Rousseau (1996) reconhecia que o homem nasce livre, é, por natureza, piedoso e ama o seu próximo. A piedade, no estado da natureza, "faz as vezes de lei, de costume e de virtude, com a vantagem de que ninguém é tentado a desobedecer à sua doce voz; é ela que impede todo selvagem robusto de arrebatar a uma criança fraca ou a um velho enfermo sua subsistência adquirida com sacrifício [...]" (ROUSSEAU, 2005, p. 54).

Hume (1978) apresentava uma tese das virtudes morais do homem, considerando que a potencial generosidade humana é limitada pela natureza. Contrariamente a Hobbes, Hume (1978, p. 491) rejeita a idéia de que "haja uma paixão intrínseca à natureza humana que leve as pessoas a se destruírem gratuitamente".

O conceito de confiança é, pois, difícil de ser elaborado, tendo em vista que está sobrecarregado de interpretações de diferentes campos disciplinares, existindo "uma total interdependência entre o pessoal e o social nas relações de confiança" (PEYREFYTTE, 1999, p. 449).

De acordo com Luhmann (2005), a confiança é fato básico da vida social, que emerge gradualmente nas expectativas de continuidade que se formam como princípios firmes com os quais se pode conduzir a vida cotidiana. A confiança é a expectativa generalizada de que o outro manejará sua liberdade para a ação mantendo sua personalidade – ou seja, mantendo a personalidade que tem mostrado e que é fato visível.

A confiança é “a crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico)” (GIDDENS, 1991, p. 41).

Nas ciências econômicas, a confiança é vista como recurso que não apenas é escasso, como o são todos os outros recursos, mas que, como o amor, o altruísmo e a solidariedade, é impossível produzir à vontade (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Diferentemente de outros recursos valiosos, que devem ser usados com parcimônia para evitar o esgotamento, a confiança se esgota apenas se não for usada (HIRSCHMAN, 1984).

A identificação de que a economia do homem, como regra, está submersa em relações sociais foi feita inicialmente por Polanyi (2000). A manutenção de laços sociais é imprescindível para o estabelecimento de relações econômicas, caracterizadas também por reciprocidade e redistribuição, pois todas as obrigações sociais são recíprocas.

Granovetter (1992) afirma que a atividade econômica se encontra imersa no tecido social. As relações sociais concretas, mais do que os dispositivos institucionais ou a existência de uma moral generalizada, são atributos fundamentais para a construção da confiança na vida econômica. Para o autor, a teia social reforça o papel das relações pessoais e das *networks*, devendo a confiança substituir a desconfiança que caracterizaria os processos econômicos na sociedade. A imersão social possibilita a geração da confiança, desencorajando comportamentos oportunistas.

Em obra seminal acerca da cooperação, Axelrod (1990) procurou analisar as condições sob as quais a cooperação emergiria, sem uma autoridade central, em um mundo caracterizado pelo egoísmo. A base para a cooperação seria a confiança. Uma atitude cooperativa depende da capacidade de estabelecer vínculos de confiança. A confiança é insumo essencial às

relações que envolvem indivíduos e organizações (COHEN, 1999) e relaciona-se às expectativas criadas entre pessoas de um grupo social (FUKUYAMA, 1995).

A confiança relaciona-se com as expectativas que um indivíduo tem em relação ao comportamento do outro: o primeiro espera que sua segurança seja preservada pelas atitudes do segundo, existindo sempre a reciprocidade (BABA, 1999). A situação de confiança está, assim, intimamente relacionada ao risco, pois, não havendo reciprocidade, um dos indivíduos fica vulnerável (DAS; TENG, 1998). De acordo com Morin (2000, p. 84), "o homem, confrontado de todos os lados às incertezas, é levado em nova aventura. É preciso aprender a enfrentar a incerteza, já que vivemos em uma época de mudanças em que os valores são ambivalentes, em que tudo está interligado". Neste cenário, surgem e encorpam-se elementos como a cooperação, o comprometimento, a confiança.

A confiança é, também, recurso indispensável à formação de alianças estratégicas, embora Child (1999) reconheça que o conceito ainda está fragilmente teorizado e empiricamente subdesenvolvido. Kramer (2003) e Sievers (2003) concordam com Child (1999) em relação à fragilidade teórica vinculada à temática, quanto à necessidade de evidências empíricas.

Em um cenário como o atual, caracterizado pela competição, pela mudança e pela turbulência, Kramer (2003) enfatiza a necessidade de uma confiança prudente ou paranóia prudente, ou seja, a desconfiança e a suspeita nem sempre são negativas, pois monitoram os movimentos dos outros atores, examinando e analisando cada ação com o intuito de minimizar riscos. Por sua vez, Sievers (2003) identifica, nas organizações contemporâneas, uma dinâmica psicótica, justificada pela contradição entre o discurso e a prática. No discurso, enfatiza-se a confiança, a credibilidade, a fidelidade, a segurança e a cooperação; atitudes não praticadas e, crescentemente, ignoradas no ambiente social e organizacional.

Deve-se cuidar para que a ênfase na confiança não a transforme em panacéia para

qualquer problema e, por isso, Sievers (2003) alerta para que a mesma não seja uma substituta ou uma equivalente para a perda crescente do sentido do trabalho.

A confiança é um mecanismo de redução da complexidade social (LUHMANN, 2005) e como é praticamente impossível controlar o risco, devido à subjetividade que permeia os relacionamentos humanos, o desafio está concentrado em procurar construir laços de confiança pelos quais os atores cooperem entre si de maneira que todos possam ganhar. É somente procurando construir relações em que a cooperação substitua a competição que pode se desenvolver o capital social, cujo alicerce principal é a confiança, base para o empreendedorismo, já que o mesmo tem como uma de suas características a formação de uma rede de relações.

2.2 Empreendedorismo

Como prática empírica, o empreendedorismo é tão antigo quanto o homem, embora, como conhecimento científico, seja um campo de estudo recente. A obra de Cantillon é o primeiro tratado sistemático, em economia, que introduziu o termo '*entrepreneur'* – empreendedor, definido como o agente que compra meios de produção a certos preços, para poder combiná-los em um produto que irá vender a preços incertos (SCHUMPETER, 1968). Richard Cantillon, no século XVIII, propôs em sua obra 'Ensaio sobre a natureza do comércio em geral' uma ordem social e econômica baseada em três classes principais: proprietários fundiários, trabalhadores agrícolas e arrendatários capitalistas, mas reconheceu a importância dos trabalhadores manufatureiros, do artesão urbano independente, do comerciante e do artesão na construção civil (COUTINHO, 2005).

O empreendedor, no sentido atual do termo, surgiu na Inglaterra, com o advento da Revolução Industrial (SCHÖLLHAMMER; KURILOFF, 1979). A utilização seminal do termo empreendedorismo é também atribuída a Jean Baptiste Say, que o teria utilizado por volta do ano 1800, para designar a transferência de recursos de áreas de baixa produtividade para outras com melhor produtividade e rendimento (VERBEU; WENNEKERS; THURIK, 2001).

Penrose (1962, p. 38) considera o espírito empreendedor como predisposição psicológica que leva os indivíduos a se arriscar com a esperança de obter determinado benefício e, em particular, a direcionar esforços e recursos para atividades especulativas. O espírito empreendedor percebe oportunidades onde outros percebem impossibilidades.

Não existe ainda um conceito definitivo que englobe todos os aspectos do fenômeno empreendedor ou possibilite a construção de uma teoria no tema (VERSTRAETE, 2001). A definição de empreendedorismo geralmente envolve aspectos de criação de empresa, inovação, risco, aprendizagem e redes. Nesse sentido, os empreendedores são "indivíduos que agem independentemente ou como parte de uma organização, que criam um novo empreendimento ou desenvolvem uma inovação e assumem riscos ao introduzí-lo no mercado" (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2003, p. 529).

Autores como Shane e Venkataraman (2000) e Filion (2004) relacionam o fenômeno empreendedor com fazer algo novo e algo diferente com o objetivo de gerar riqueza e agregar valor para a sociedade. Para Schumpeter (1988), o empreendedorismo é a atividade de efetuar inovações e, os indivíduos que o exercem, são os empreendedores.

O fenômeno empreendedor apresenta matizes diferentes, o que torna praticamente impossível desenvolver uma abordagem unificadora sobre o assunto e definir de maneira simples e objetiva o empreendedor. De acordo com Mello *et al.* (2006) a dificuldade para se

conceituar empreendedorismo advém da sua aplicabilidade em diferentes níveis – indivíduo, grupo e organizações – o que gera um problema de polissemia conceitual.

Baumol (1993) considera como características dos empreendedores o uso da imaginação, a ousadia, a engenhosidade, a liderança, a persistência e a determinação. O empreendedor é "alguém que se especializa em tomar decisões ponderadas sobre a alocação de recursos escassos" (CASSON, 1982, p. 151); é o indivíduo que "cria um novo negócio em face do risco e da incerteza com a finalidade de lucro e crescimento pela identificação de oportunidades e pela reunião dos recursos necessários para capitalizá-lo" (SCARBOROUGH; ZIMMERER, 2000, p. 4).

Empreendedores são indivíduos que conseguem mobilizar recursos, geralmente escassos no meio institucional, através da utilização de estratégias socioeconômicas, de cooptação de recursos estratégicos (influência, amizade, confiança, favores), cooptação de 'bens públicos' (legitimidade, acesso à mídia, endossos, informação), cooptação de bens subutilizados (empréstimos e obtenção definitiva de materiais, equipamentos, instalações). Starr e MacMillan (1991, p. 169) denominam esse processo de "construção de ativos sociais", enfatizando a dimensão social da ação econômica do empreendedor.

Drucker (1986, p. 15) considera o empreendedor um "tomador de decisões", enquanto McClelland (1961, p. 68) o identifica como um indivíduo "fortemente motivado pela necessidade de realização, que não gosta de rotinas e nem de trabalho repetitivo".

De acordo com a tipologia proposta por Kets de Vries (1995), o empreendedor pode ser artesão ou oportunista. As características do empreendedor-artesão são baixo nível de escolaridade, resistência ao convívio social e modo de gestão rígido, ou seja, sua empresa apresenta características organizacionais rígidas. O empreendedor-oportunista tem melhor nível de escolaridade, uma vez que é mais suscetível ao convívio social e sua empresa é mais

flexível, seja em relação ao portfólio de produtos e serviços, seja na forma de relacionamento com parceiros.

Kao (1989, p. 3-4) entende que empreendedorismo e criatividade são qualidades humanas atemporais e intimamente relacionadas ao passo que o comportamento empreendedor envolve a habilidade de identificar oportunidades. Para Martinelli (1994), o empreendedor é um ator social que desempenha papéis fundamentais em instituições da economia de mercado, o que o leva a ocupar posições importantes na sociedade capitalista.

Schumpeter (1961) considera que o capitalismo, por natureza, é uma forma ou método de transformação econômica, um processo evolutivo sem qualquer caráter estacionário. Com base nessa idéia, desenvolve o conceito de "destruição criadora", também considerada uma característica do fenômeno empreendedor, em seu aspecto de perturbação e desorganização da ordem estabelecida, que destrói produtos e processos existentes propondo novos (SCHUMPETER, 1988). Este desequilíbrio dinâmico move a economia, promovendo a mudança e a criação de novos empreendimentos por meio da prática empreendedora. O empreendedor, além de ser agente da "destruição criadora" é, ao mesmo tempo, responsável pela construção de novos conhecimentos e de novas práticas. Metcalfe (2005, p. 404) aponta que "a principal característica do empreendedor schumpeteriano, tanto na ciência quanto na vida econômica, é desfazer as correlações do conhecimento privado, semear a dúvida onde antes havia um conhecimento em comum", ou seja, promover o processo de "destruição criadora".

O capitalismo moderno traz, em sua dinâmica, uma junção crescente entre conhecimento e oportunidades de investimento, aliada à estrutura instituída da economia de mercado que, considerados em conjunto, estimulam e possibilitam simultaneamente a atividade empreendedora (METCALFE, 2005).

A sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que favorece o desenvolvimento do "princípio de mercado", caracterizado por iniciativa privada, liberdade, concorrência, competitividade, lucro, possibilita o surgimento do "princípio de comunidade", que busca participação, autonomia, solidariedade e formação de redes sociais (SOUZA SANTOS, 1995). Na implementação de ações orientadas pelo "princípio de comunidade", está surgindo um novo tipo de ator, que age no cenário público não estatal, criando organizações que visam à resolução de problemas sociais: o empreendedor social.

Dees (1998) considera que empreendedores sociais são agentes de mudança no setor social que buscam melhorias sustentáveis; procuram gerar e manter valor social; se engajam em um processo de inovação, adaptação e aprendizado contínuo; têm uma visão de como alcançar metas; conseguem atrair recursos através de parcerias e colaboradores; demonstram elevado senso de transparência e priorizam os resultados sociais, embora considerem também os aspectos financeiros e de gestão.

Indivíduos que aplicam *networking* pessoal para mobilizar recursos internos e externos, com o objetivo de promover a construção do capital social, são considerados por Johannisson (1998) como empreendedores comunitários. De acordo com o autor, o empreendedor comunitário, procura mobilizar forças coletivas que possibilitem uma ponte entre as esferas econômicas e sociais e apresenta um acentuado comprometimento com o local. O autor propõe nove categorias empíricas para ilustrar o empreendedorismo como fenômeno coletivo:

- **firmas e empreendedores originados de redes de relações**: *networking* pessoal é enfatizado no ato de empreender;

- **empresas familiares**: continuidade do negócio administrado por e para famílias;

- **parcerias**: empreendimento, na maioria das vezes, surge do diálogo entre membros das redes de relações;

- **cooperativas**: empreendimento apresenta uma estrutura formal, com propriedade e controle conjuntos, com valores e necessidades compartilhados;

- **franquias**: possibilita ganhos ao franqueado e ao franqueador, pode ser considerada um 'atalho' para entrar no mercado, para o franqueador e também na carreira do franqueado;

- **organizações virtuais**: distribuição espacial de firmas colaboradoras e de funcionários;

- ***extrapreneurship***: empregador encoraja o empregado a fazer um acordo de negócios, criando um *spin-off*[1];

- **empreendedorismo de *shopfloor***: ocorre quando indivíduos, grupos ou equipes auto-organizadas ultrapassam as fronteiras da empresa e lidam diretamente com *stakeholders* (clientes e fornecedores);

- **empreendedores na criação de novos estilos de vida**: empreendedorismo ocorre ligado à criação de novos modos e estilos de vida.

Estas categorias são importantes para a análise do fenômeno empreendedor, no sentido de fazer um contraponto com a tipologia de Filion (1991), cujas propriedades necessárias à atividade empreendedora, inovação, aprendizagem, rede de relações e visão, são apresentadas nos próximos tópicos.

2.2.1 Inovação

Empreendedorismo é a atividade de efetuar inovações. Schumpeter (1988) considera que a função inovadora e de promover mudanças, combinando recursos de maneira diferenciada e original, promove o desenvolvimento e o crescimento econômico, objetivos do

[1] O termo *spin-off* designa uma nova empresa, fundada por indivíduo egresso de um instituto de pesquisa, universidade, incubadora ou outra empresa (ROBERTS, 1991).

sistema capitalista. Inovações fazem parte do processo de destruição criadora, que pode ser entendido como mutação industrial que revoluciona a estrutura econômica de forma endógena, destruindo a ordem vigente e criando uma nova ordem (SCHUMPETER, 1988). O processo de inovação na atividade empreendedora pode ser observado na figura 3(2).

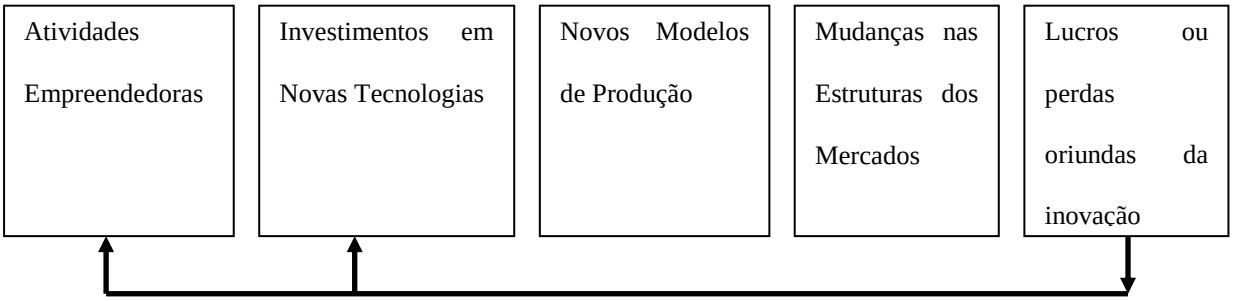


Figura 3 (2) - Modelo de inovação schumpeteriano
Fonte: Freeman, 1995

A palavra inovação pode ter uma série de significados. Derivada do latim *innovatione*, novo, o termo é definido pelos dicionários como a "introdução de algo novo", ou "uma nova idéia, um novo método" (FERREIRA, 1999, p.1115). Entretanto, é de fácil questionamento o significado do que vem a ser 'novo', uma vez que é qualidade contingencial, haja vista que o que é novo hoje, não mais o será amanhã, ou ainda, o que é novo em um país pode não ser em outro.

Inovação é a tentativa de criação de um espaço novo para valorizar o capital, espaço que necessita permanecer como monopólio da firma inovadora por algum tempo (elevada apropriabilidade) para garantir lucratividade. Isso pode ocorrer por meio de um novo produto, processo, mercado, forma de organização (POSSAS 2002).

Morton *apud* Almeida (1986) destaca que a inovação não é uma ação simples, mas um processo global, composto de partes interconectadas. Não é somente a descoberta de um fenômeno novo, nem o desenvolvimento de um novo produto ou procedimento de fabricação, nem a criação de um novo mercado. É, sobretudo, a conjunção estreita de um conjunto integrado de ações dirigidas para um objetivo comum. Às vezes, empreendedores não

introduzem qualquer fenômeno novo ou inovação importante de mercado, porém, inovam ao reduzir custos, ao melhorar a qualidade ou oferecer serviços mais rápidos (FILION, 1999a).

As ondas de desenvolvimento pelas quais a humanidade vem passando, foram grandemente baseadas na introdução de inovações radicais. As mudanças tecnológicas foram, assim, responsáveis por transformações estruturais da economia e da sociedade, alterando padrões de consumo e produção, geração e distribuição de renda (ARBIX; MENDONÇA, 2005).

Tecnologia também é resultado e inovação pode ser conseqüência; pode surgir, apenas, para competir com outra e, no entanto, substituí-la, fazendo funcionar um verdadeiro ciclo tecnológico que se retroalimenta constantemente e do qual fazem parte invenção (concepção), inovação (concretização) e utilização.

Nesse sentido, inovação tecnológica

> pode significar tanto (a) o processo de se obter novos instrumentos em um dado ambiente social, ou (b) os próprios instrumentos [...] em resumo, a inovação tecnológica envolve o desenvolvimento de situações novas e a introdução de instrumentos construídos à base de conhecimento, artefatos e meios pelos quais as pessoas crescem e interagem com seu meio ambiente (TORNATZKI; FLEISCHER, 1990, p. 18).

Observa-se, portanto, que as inovações tecnológicas transformam um novo conhecimento em uma nova realidade, tanto no setor produtivo quanto no setor de serviços de modo geral. Essas inovações podem ser incrementais (pequenas adaptações nas rotinas operacionais) ou radicais (requer o desenvolvimento de rotinas completamente novas).

Ainda segundo Tornatzki e Fleischer (1990, p. 45), existem inovações tecnológicas que são produtos e as que são processos. Em geral, inovações no produto são aquelas que são terminais para seus usuários e para seus criadores. Tecnologias de processo são aquelas adaptadas para serem instrumentos para outro fim. Por outro lado, além da aplicação dessa distinção ser, não raro, meramente situacional, as tecnologias de processo podem ser utilizadas para produzir ou implementar melhorias em outras tecnologias de produção. Essas

tecnologias, por sua vez, são permeadas por inovações de base técnica e organizacional, em um processo contínuo, modificando e sendo modificadas por elas. Assim, os melhoramentos técnicos verificados na indústria surgiram da necessidade de aumento da produção em decorrência da maior solicitação do mercado consumidor.

Schmitz e Carvalho (1988) retratam a tendência do uso da tecnologia, no interior do ambiente fabril, como mais um recurso para minimizar o tempo na execução de toda e qualquer atividade, bem como, para ampliar, através de meios eletrônicos, o controle exercido sobre o processo produtivo e os agentes da produção. Pagés *et al.* (1987) consideram que o processo de modernização tecnológica contribuirá para que o controle venha associado à busca do capital pela maximização do seu domínio sobre o trabalho e a produção.

Salermo (1986) elaborou a seguinte classificação das possíveis inovações organizacionais em curso nas indústrias:

- mudanças nas relações entre as empresas (ocorrem por meio de acordos cooperativos, compartilhamentos de projetos e de capacidade produtiva, aumento de subcontratação);
- mudanças na organização geral da empresa (decorrem da redução das estruturas divisionais e funcionais clássicas, ou seja, as mudanças se dão através do abrandamento dos níveis hierárquicos, da redivisão das áreas de competência, da quebra de divisões funcionais e integração de áreas);
- mudanças na organização da produção (buscam a redução do tempo de atravessamento, aumento do giro de capital e redução de estoques);
- mudanças na organização do trabalho (tendência ao abandono das noções de tarefa e de posto de trabalho, instituídas na organização clássica, em favor de várias formas de polivalência).

A inovação é um processo cumulativo e coletivo e mantém vínculos estreitos com a concentração espacial, tendo como

> elementos centrais o aprendizado e a interação entre diferentes e numerosos agentes, que se beneficiam inegavelmente da proximidade geográfica, já que requer não apenas troca constante e direta de conhecimento entre agentes distintos e complementares, como também é função de códigos, práticas valores, sanções sociais, relações de confiança entre sujeitos que premiam a geração e difusão de novos conhecimentos práticos e conceituais (FERNANDES; LIMA, 2006, p. 17).

Deve-se salientar que a construção de sistemas de inovação envolve empresas, instituições de ensino e pesquisa, além de interação entre empreendedores, nos âmbitos nacional, regional e local, que ocorre através de aprendizagem (FREEMAN, 1995).

2.2.2 Aprendizagem

Tornou-se comum dizer que o século que ora se inicia é o século do conhecimento. "Existe um certo número de conhecimentos que devemos todos possuir. Não se é obrigado a jogar-se no grande conflito industrial, não se é obrigado a ser artista, mas agora todo mundo é obrigado a não permanecer ignorante" (DURKHEIM,1999, p. 24).

De acordo com Marshall (1985), o conhecimento é o motor mais poderoso da produção, "um recurso econômico básico" que deverá permear todas as organizações, possibilitando, ao longo do Século XXI, a formação de uma "sociedade do conhecimento" (DRUCKER, 1994).

Lundvall (1992) aponta quatro tipos de conhecimento empregados nos processos de aprendizagem: conhecimento sobre os fatos (*know-what*); conhecimento científico (*know-why*); conhecimento proveniente das competências práticas acumuladas (*know-how*) e conhecimento relacionado "a capacidade social de quem sabe fazer o que" (*know-who*). Este

último tipo de conhecimento engloba a construção de relações sociais, nas quais especialistas permitem o acesso e o uso de seus conhecimentos de maneira eficiente. Assim, o processo de aprendizagem é potencializado pela dimensão social e interorganizativa das trocas entre estes diferentes tipos de conhecimento (CORÒ, 1999).

O processo de aprendizagem, de acordo com a perspectiva sócio-cognitiva proposta por Akgün, Lynn e Byrne (2003), é desenvolvido e manifestado por uma rede de interações de indivíduos. Nessa perspectiva, o processamento de informações, as habilidades cognitivas e as emoções, que permeiam as relações sociais, são condições essenciais para o processo de aprendizagem, ou seja, a aprendizagem é resultante de processos sociais e cognitivos, envolvendo a estrutura, a cultura e as interações sociais. O aprendizado desenvolve habilidades tanto na esfera organizacional quanto individual, possuindo forte determinação social (LUNDVALL, 1992).

Crossan, Lane e White (1999) consideram que aprendizagem envolve a assimilação de uma nova aprendizagem (*exploration*) e a utilização do conteúdo já aprendido (*explotation*), ocorrendo nos níveis do indivíduo, do grupo e da organização, estando esses níveis conectados por processos sociais e psicológicos - intuição, interpretação, integração e institucionalização - e relacionados a processos de alimentação e *feedback*, transversalmente, em todos os níveis, enfatizando que a cognição afeta a ação e é afetada por esta, conforme mostrado na figura 4(2). Da intuição, que ocorre no nível do indivíduo, até a institucionalização, que ocorre no nível institucional, a dinâmica da aprendizagem é permeada pelo capital social, tendo em vista que esta acontece em um contexto interacional.

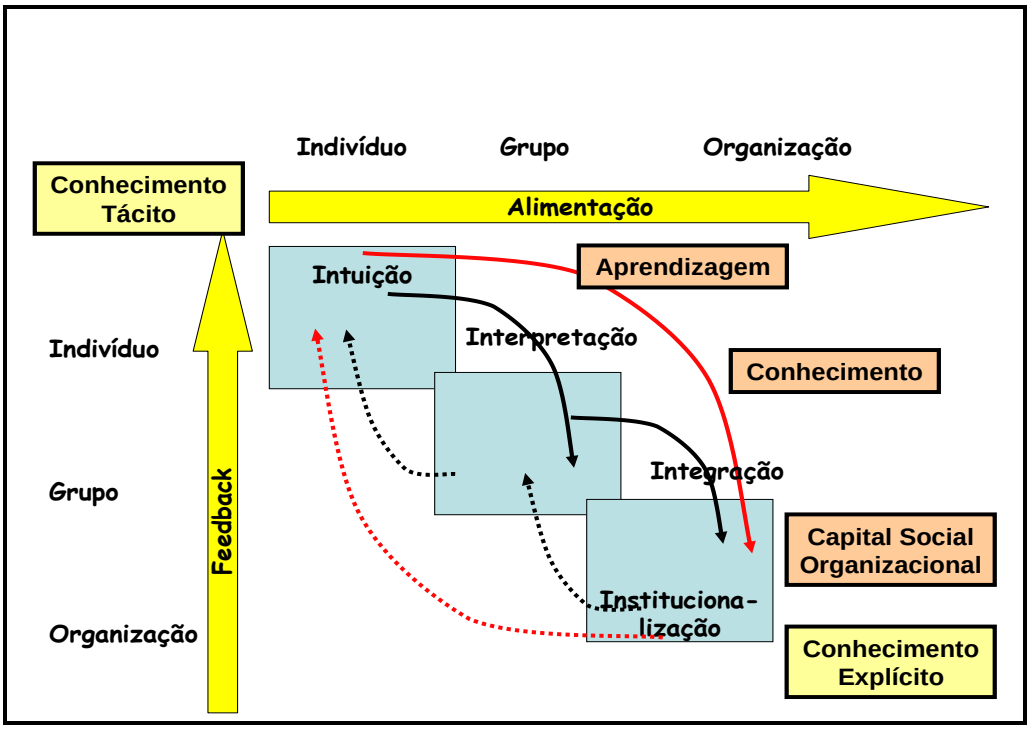


Figura 4(2) – Dinâmica da aprendizagem
Fonte: Adaptado de Crossan; Lane; White, 1999

É válido acrescentar que autores como McGill e Slocum (1993) afirmam que, na aprendizagem, deve haver também um processo de 'desaprendizagem', ou seja, alguns tipos de comportamento devem ser desaprendidos. Mudar o sistema de pensamento de um indivíduo, ou de uma organização, requer esquecer o passado. De acordo com Hamel e Prahalad (1995, p. 71), "o que impede as empresas de criar um futuro é uma base instalada de idéias – as convenções inquestionáveis, a visão míope das oportunidades e ameaças e os precedentes não desafiados que constituem a estrutura gerencial existente", ou seja, são os 'modelos mentais' introjetados. Os modelos mentais são definidos por Senge (1990, p. 201) como "imagens internas profundamente arraigadas sobre o funcionamento do mundo, imagens que nos limitam a formas bem conhecidas de pensar e agir". Para Nonaka e Takeuchi (1997), indivíduos, grupos e organizações se recriam destruindo o sistema de conhecimento existente e encontrando novas formas de pensar e fazer as coisas, o que remete ao processo "schumpeteriano" de destruição criadora.

É improvável que o ser humano desaprenda conteúdos que já foram aprendidos. O que se deve considerar é que antigos hábitos, valores, crenças, procedimentos e rotinas, mais do que desaprendidos, deixam de ser utilizados e, gradativamente, sejam esquecidos. Pode ocorrer também o que Freud (1943) denomina 'esquecimento intencional', o que significa a não utilização de um repertório específico de comportamentos, atitudes e ações.

É importante enfatizar que, com o desenvolvimento da nova ordem social, a competitividade organizacional passa a depender mais e mais de ativos intangíveis como informações e conhecimento, relacionados ao homem e à capacidade de aprender. É através da capacidade humana de aprender que as organizações podem desenvolver uma cultura de "aprender a aprender" (MORGAN, 1996, p. 84), tornando-se mais flexíveis, dinâmicas, adaptáveis e com visão holística.

Para Filion (1991), os empreendedores aprendem através da experiência passada e atual, tendo postura proativa, pois devem "identificar coisas novas que deverão aprender, tendo em vista as coisas novas que desejam realizar" (FILION, 1991, p. 64). O empreendedor procura sempre aprender, não apenas a partir de experiências bem sucedidas, mas também, e, principalmente, por meio de falhas e insucessos (PAIVA JR., 2004). Em relação a aprender mediante experiências negativas ou erros ocorridos na trajetória profissional, Lucena (2001) observou que os empreendedores desenvolvem a conscientização das próprias limitações e fraquezas e a identificação de novas habilidades que precisam ser aprendidas. Vale salientar, também, a importância da aprendizagem informal, que às vezes parece ser mais importante que o ensino formal (FILION, 1999a). Por vezes, a aprendizagem de empreendedores ocorre muito mais através do "ver" do que do "ler", mais através da intuição do que da escolarização.

A aprendizagem vem sendo crescentemente apontada como fonte de competitividade, nas esferas individual, grupal, organizacional e interorganizacional (BELL; PAVITT, 1993; TEIXEIRA; GUERRA, 2001). A aprendizagem de empreendedores, em um contexto em que

processos produtivos sofrem alterações e transformações propiciadas por inovações nas tecnologias de informação e comunicação, é instrumento para a construção de novas competências que levam a vantagens competitivas. De acordo com Lundvall *et al*. (2001), a rápida e contínua mudança técnica provoca a formação e destruição do estoque de conhecimento especializado, exigindo a capacidade de aprendizado contínua.

Processo fundamental para a construção de novas competências e obtenção de vantagens competitivas, pela repetição, experimentação, busca de novas fontes de informação e outros mecanismos, o aprendizado capacita e estimula atividades produtivas e inovativas. O empreendedor não compete reproduzindo o que seus rivais fazem, mas sendo diferente e obtendo ganhos com essa diferença.

Uma das mais significativas maneiras de aprendizagem de empreendedores ocorre pela via da rede de relações. Os empreendedores precisam desenvolver redes de relacionamento e de cooperação com indivíduos que consideram estratégicos, pois as redes possibilitam a ocorrência de diálogos lapidares (breves, concisos) e eficientes. Sem as redes, essas interações breves, mas significativas, não seriam possíveis (KOTTER, 2000).

2.2.3 Rede de relações

O fenômeno empreendedor é prática antiga com terminologia recente e, de acordo com Schöllhammer e Kuriloff (1979, p. 8), “historicamente, cada época tem tido seus empreendedores”. Dialogando sobre profissões, Sócrates dizia: “não será o lavrador em pessoa, ao que parece, que fará o arado para si, se quer que seja perfeito, nem a enxada, nem os demais utensílios de lavoura. Nem por sua vez, o pedreiro; também este precisa de muita coisa. E do mesmo modo o tecelão e o sapateiro” (PLATÃO, 2004, p. 57). Aristóteles (1988) não aceita como adequado o conjunto de profissões enunciado por Sócrates, e diz que “os

elementos mais necessários à composição de uma cidade são quatro: um tecelão, um agricultor, um sapateiro e um construtor" (ARISTÓTELES, 1988, p. 128). Esses profissionais, que aprenderam um ofício, aperfeiçoaram técnicas através de inovações, correram riscos e construíram redes de relações podem ser considerados empreendedores.

Etimologicamente a palavra rede é derivada do latim *rete*, que significa entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido. Uma rede "é o conjunto de pessoas com as quais o ato de manter relações de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade. [...] essas redes, tradicionais ou modernas, são alianças generalizadas criadas na aposta na dádiva e na confiança" (CAILLÉ, 2002, p. 65).

De acordo com Moura (1997), dois elementos essenciais formam as redes – as linhas e os nodos - não existindo, entre ambos, diferenças hierárquicas, apenas diferenciação de função (ligação e sustentação, respectivamente):

> A nossa época será marcada pelo 'fenómeno rede'. Como todos os fenômenos morfológicos profundos, de carácter universal, o fenómeno rede pertence não só a ciência, mas também à vida social. Cada um de nós se situa em redes, correspondendo cada rede a um tipo de comunicação, de freqüência, de associação simbólica (ROSENSTIEHL, 1988, p. 229).

O tecido social é composto por redes. Atuando em conjunto, os homens formam redes formais e informais. A palavra rede é usada metaforicamente, pois é suficientemente clara para levar à idéia de pessoas que se comunicam, tendo pontos que podem ser considerados de ligação para determinados assuntos.

Segundo Castells (2003, p.108), uma rede "pode ser implementada materialmente em todos os tipos de processos e organizações. [...] A lógica das redes é necessária para estruturar o não-estruturado, porém, preservando a flexibilidade, pois o não-estruturado é a força motriz da inovação na atividade humana". O não-estruturado baseia-se fundamentalmente na confiança como fonte de redução da incerteza. Através das redes voltadas ao bem comum, de caráter coletivo, constrói-se o capital social.

As redes, de acordo com Elias (1994), formam uma ponte entre indivíduos e sociedade, ação e estrutura. O autor propõe a noção de redes de funções como uma perspectiva que procura ultrapassar a dualidade indivíduo *versus* sociedade, realçando a interdependência entre estes elementos:

> "[...] cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a nada mais, que chamamos sociedade" (ELIAS, 1994, p. 23).

De acordo com Granovetter (1992) as redes são formadas por laços que podem ser fortes, fracos ou ausentes. O que caracteriza a intensidade do laço é a combinação entre tempo, intensidade emocional, confiança mútua e serviços recíprocos (GRANOVETTER, 1992).

Em relação à circulação de informações nas redes, Burt (1992), fundamentando-se em Granovetter, aponta que nos laços fortes, a informação tende à redundância, enquanto nos laços fracos, é maior a probabilidade de que circulem informações novas e diferentes. Segundo Castells (2003, p. 222), "as informações circulam pelas redes: redes entre empresas, redes dentro de empresas, redes pessoais e redes de computadores". As redes são formadas a partir dos papéis, atribuições e relações entre seus atores e suas vantagens concentram-se na propagação de informações, na aquisição de recursos e na possibilidade de alcançar vantagens (BURT, 1992).

A formação de uma rede de empreendedores e/ou de empresas é uma nova arquitetura que pode ter nascido e vem se desenvolvendo através da chamada visão empreendedora. De acordo com Filion (1999a, p. 12), para os empreendedores, o processo de criar e definir uma arquitetura de negócios está baseado no espaço que pretendem ocupar; eles identificam um nicho e visualizam a estrutura e os recursos necessários para ocupá-lo.

De acordo com Metcalfe (2005), é impossível ensinar e legislar sobre criatividade, embora seja possível "estimular a comunicação franca das idéias e a formação de redes distribuídas de colaboradores no processo de inovação" (p. 415), ou seja, pode-se reforçar o papel das redes de relações e procurar desenvolver a consciência da importância de sua criação para os empreendedores.

As redes desempenham importante papel na atuação de um empreendedor, pois, quando engajado em um projeto de criação, ele vai mobilizar redes de relações para detectar e avaliar oportunidades, procurando adequá-las às suas necessidades (CHABAUD; NGIJOL, 2005).

Filion (1991, p. 69) considera que "as relações e as visões dão origem às ações; as ações requerem, frequentemente, o estabelecimento de novas relações, que por sua vez, influenciam o surgimento de novas visões". O autor aponta que as redes de relações podem ser o principal elemento de suporte para a evolução de uma visão de negócios e identifica três níveis de relações mantidas pelos empreendedores, conforme pode ser observado a seguir, no quadro 2(2):

PRIMÁRIO	Familiares
	Ligações em torno de mais de uma atividade
SECUNDÁRIO	Conhecidos
	Ligação em torno de uma atividade bem determinada
	Rede de ligações
TERCIÁRIO	Cursos
	Livros, viagens, feiras e exposições industriais

Quadro 2 (2): Níveis de relações
Fonte: Filion, 1991, p. 68

De acordo com o autor, o nível primário é responsável pela visão inicial ou emergente e os níveis seguintes levam à visão central, que indica ao empreendedor o que deve ser feito,

levando-o a evoluir da concepção para a realização de um projeto (FILION, 2004), ou seja, a visão é um tipo de auto-orientação que caracteriza o fenômeno empreendedor.

2.2.4 Visão

De acordo com Filion (1991, p. 64), o empreendedor é "alguém que concebe, desenvolve e realiza visões", alguém que planejadamente passa por uma seqüência de empregos com o objetivo de acumular experiência e conhecimento em um processo dinâmico de aprendizagem. Metaforicamente, a visão é como "uma luz no fim de um labirinto". O empreendedor desenvolve, pois, um senso de direção, identifica percursos alternativos e desenvolve flexibilidade e facilidade de adaptação (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000).

A visão empreendedora atua como uma diretriz, fornecendo indicadores para o empreendedor organizar e desenvolver suas atividades. Depois de imaginada, "a visão é desenvolvida, corrigida e ajustada, não em termos de seu conteúdo básico, mas em termos das muitas atividades diferentes necessárias para que se prossiga na concretização da visão. A visão não é estática, ela é um processo em constante evolução" (FILION, 1999a, p. 12).

A visão é dividida por Filion (1993) em três categorias, conforme quadro 3(2), abaixo:

Visão emergente ou inicial	Idéias para produtos ou serviços futuros	
Visão central	Resultante de uma ou mais visões emergentes	**Parte externa:** a faixa de mercado a ser ocupada por um produto ou serviço **Parte interna:** tipo de organização necessária para realizar a parte externa
Visão complementar	Atividades gerenciais necessárias para dar suporte à visão central	

Quadro 3(2): Categorias de visão
Fonte: Adaptado de Filion, 1993, 1999a

A visão central geralmente ocorre após a emergência de várias visões emergentes ou iniciais, influenciadas pelo nível primário de relações. È por meio da visão central que empreendedores projetam e criam novos negócios. Assim, a visão é entendida por Filion (1999a, p. 10) como "uma imagem projetada de uma situação de futuro desejada – um sonho realista e alcançável".

> A visão é uma projeção: uma imagem, projetada no futuro, do lugar que o empreendedor deseja que seu produto venha a ocupar no mercado. É, também, uma imagem do tipo da empresa necessária para alcançar esse objetivo. Em suma, visão refere-se a onde o empreendedor deseja conduzir seu empreendimento (FILION, 1993, p. 52).

Após localizar um nicho, o empreendedor precisa "ter uma visão de alguma coisa ou algum lugar a ser ocupado no mercado e saber qual é o tipo de organização necessária para tornar isso realidade" (FILION, 2000, p. 4). De acordo com Paiva Jr (2004, p. 270), "ser empreendedor é acreditar na visão maior, ser obstinado na ação e discernir acerca das demandas do ambiente".

Segundo Metcalfe (2005, p. 402), "o que há de singular em cada empreendedor é que ele discerne uma visão diferente do mundo, uma visão que é a base da ação econômica diferenciada". Eles crêem em algo em que ninguém mais crê, com força suficiente para agir com base nessa crença e alocar recursos econômicos num projeto, de forma imaginativa e diferenciada, definindo sua própria estrutura de trabalho. Para Filion (2000), a atividade empreendedora está intimamente ligada à maneira de interpretar o que está acontecendo em um setor particular do meio.

A visão é sustentada, de acordo com Filion (1991), por quatro elementos que se influenciam reciprocamente:

- rede de relações: parece ser o elemento mais influente na evolução da visão empreendedora. As relações primárias (familiares) moldam a visão inicial ou

emergente e as relações secundárias e terciárias influenciam o desenvolvimento das visões subseqüentes (complementar e central). Por sua vez, quanto mais articulada a visão, mais importante será o seu papel na escolha dos critérios para o estabelecimento de novas relações, numa interrelação recíproca.

- *weltanschauung*: maneira pela qual o indivíduo vê o mundo real, identificando o que é significativo. Valores, atitudes, humor e intenções subjacentes à percepção estão relacionados à esse elemento. A *weltanschauung* não é estática e definitiva, evolui continuamente, sendo influenciada pelo contexto e que o empreendedor age ou pretende agir.
- energia: está relacionada ao tempo reservado para as atividades profissionais e a intensidade com que estas são realizadas. Quanto mais tempo e energia forem dispendidos no desenvolvimento da visão, tanto mais benefícios o empreendedor receberá, porque, as diretrizes desenvolvidas, vão gerar motivação e energia naqueles que estão próximos e são influenciados pela liderança empreendedora.
- liderança: resultante das relações, da *weltanschauung* e da energia. Sua importância para o desenvolvimento da visão decorre do seu impacto sobre o nível da visão e da extensão daquilo que o empreendedor pretende realizar. A lideração para surgir numa evolução gradual, que requer a aquisição de uma habilidade particular num setor particular de atividade. A habilidade para desenvolver a visão parece conferir liderança e esta, para o empreendedor, provavelmente depende do desenvolvimento da visão.

A importância da liderança é enfatizada por Filion (1999a), quando indica que as pessoas próximas ao empreendedor é que possibilitarão a realização e o desenvolvimento da visão. A visão, juntamente com as atividades necessárias para torná-la realidade, são critérios

implícitos para a escolha dos colaboradores, que influenciam diretamente no sucesso do empreendimento.

Na função empreendedora, de acordo com Metcalfe (2005), o que há de singular é a liderança nos negócios, pois a mesma abrange, "necessariamente, a capacidade de reunir os recursos produtivos necessários, o contato com os consumidores potenciais e a organização da empresa" (METCALFE, 2005, p. 400).

Mintzberg; Ahlstrand e Lampel (2000) entendem a visão como um sentido do que precisa ser feito, uma idéia guia, criada ou pelo menos disseminada pelo líder. De acorso dom Filion (2004) a ação empreendedora é visionária assim, geralmente, empreendedores comportam-se como líderes visionários.

> Líderes visionários são relativamente proativos, [...] criam imagens e suscitam expectativas, alterando humores e definindo desejos específicos e objetivos. Influenciam o que as pessoas acreditam ser possível, desejável, necessário. Líderes visionários esforçam-se para aprimorar escolhas e abordagens novas para problemas antigos (ROWE, 2002, p. 11).

A visão não deve ser entendida como processo místico e irracional. Empreendedores têm consciência do ambiente em que estão inseridos; é racional e, conscientemente, que são capazes de perceber oportunidades de negócios e acumular conhecimento, aprendendo com suas experiências (FILION, 1999a). O autor sustenta que empreendedores têm "sonhos realistas", ou visões e estão sempre comprometidos com a realização destas. A visão é uma condição vital para empreendedores.

De uma maneira holística e sinérgica, através da inovação, aprendizagem, rede de relações e visão, os empreendedores criam novos formatos organizacionais e novos experimentos econômicos, tais como os arranjos produtivos locais.

2.3 Arranjos produtivos locais - APLs

Na Idade Média, o intercâmbio de mercadorias "provavelmente se efetuou no mercado semanal mantido junto de um mosteiro ou castelo, ou numa cidade próxima. [...] Ali se trocavam quaisquer excedentes" (HUBERMAN, 1972, p. 26). Além dos mercados semanais, existiam feiras anuais. Nas feiras, ao contrário dos mercados, negociavam-se mercadorias por atacado, que provinham de todos os pontos do mundo conhecido. De acordo com o autor, a feira era o centro distribuidor no qual os grandes mercadores, que se diferenciavam dos pequenos revendedores errantes e artesãos locais, compravam e vendiam mercadorias estrangeiras procedentes do Oriente e Ocidente, Norte e Sul.

> Antigamente (as feiras) eram quase iguais: algumas bancas, um toldo contra a chuva, um lugar numerado para cada vendedor, fixado de antemão, devidamente registrado e que é necessário pagar conforme as exigências das autoridades ou dos proprietários; uma multidão de compradores e uma profusão de biscateiros, proletariado difuso e ativo: debulhadoras de ervilha que têm fama de mexeriqueiras inveteradas, esfoladores de rãs (que chegam a Genebra e a Paris em carretos inteiros, de mula), carregadores, varredores, carroceiros, vendedores e vendedoras ambulantes, fiscais severos que transmitem de pais para filhos seu mísero ofício, mercadores varejistas e, reconhecíveis pelas roupas, camponeses e camponesas, burguesas em busca de algo para comprar, criadas que são hábeis em passar a perna (dizem os ricos) nos patrões quanto ao preço ("ferrar a mula", dizia-se então), padeiros que vão à feira vender grandes pães, açougueiros com suas várias bancas atravancando ruas e praças, atacadistas (mercadores de peixe, de queijo ou de manteiga por atacado), coletores de taxas... e depois, expostas por toda a parte, as mercadorias, barras de manteiga, montes de legumes, pilhas de queijos, de frutas, de peixes ainda pingando, de caça, carnes que o açougueiro corta na hora, livros que não foram vendidos e cujas folhas impressas servem para embrulhar as mercadorias (BRAUDEL, 2005, p.15).

Pode-se perceber a importância das feiras para o fenômeno empreendedor, bem como de diversos outros ofícios e profissões, que eram realizadas em pequenas oficinas.

O precursor dos estudos em arranjos produtivos locais foi o economista Alfred Marshall, que identificou a importância dos distritos industriais. Um distrito industrial, ou indústria localizada, é uma indústria concentrada em certas localidades (MARSHALL, 1985). O autor identifica algumas causas que levam à localização de indústrias, considerando mais

importantes as condições físicas, tais como a natureza do clima e do solo, a existência de minas e pedreiras e um fácil acesso por terra ou por mar.

A partir do conceito marshalliano, Sengenberger e Pike (1999, p. 102) identificaram os seguintes princípios organizativos básicos, em um distrito industrial: organização social e econômica baseada em pequenas empresas; formação de redes de empresas; mesmo setor industrial; delimitação geográfica; difusão de idéias e inovações técnicas; coesão social e consciência coletiva; facilidade e velocidade das transações entre empresas; disposição das empresas para a co-operação e dinamismo empresarial. Os princípios organizativos e as características do processo de produção são mais importantes na formação de um distrito industrial do que o produto comercializável (BECATTINI, 1999).

O fenômeno da aglomeração de atividades econômicas e os termos *cluster*, arranjos produtivos locais, *milieu inovateur*, sistema industrial localizado, ecossistema localizado vem ganhando corpo nos campos da Economia, Administração e Sociologia. Não há uma definição para *cluster* ou arranjo produtivo local que seja aceita de modo geral, embora o termo venha sendo usado indiscriminadamente para uma variedade considerável de arranjos de firmas ou negócios geograficamente próximos (FERNANDES; LIMA, 2006).

De acordo com Paiva (2002), são comuns estudos econômicos sobre desenvolvimento regional sistematizar os "momentos marshallianos" em estágios gradativos de desenvolvimento, ou seja, em um primeiro momento surge a aglomeração, que se desenvolve e passa a ser um arranjo produtivo local que, ao continuar o processo de desenvolvimento, transforma-se em sistema produtivo local.

O primeiro momento é a aglomeração, que vem a ser uma especialização de determinado "sítio" (pode ser uma rua de um bairro, um bairro de uma cidade, uma cidade de uma região, ou uma região de um estado) em uma atividade industrial. De início, este "sítio" se torna um fator de atração para compradores e fornecedores, gerando um círculo virtuoso

que passa a atrair para o entorno os produtores das principais matérias-primas e insumos, mais firmas compradoras, trabalhadores especializados, escolas técnicas, firmas de assistência técnica e firmas especializadas em vendas, inclusive para o mercado externo. Nesse estágio, a aglomeração transforma-se em um arranjo produtivo local que, ao coordenar racionalmente o seu desenvolvimento, transforma-se em um sistema produtivo local. O processo dos "momentos mashallianos" pode ser observado abaixo, na figura 5(2):

Figura 5(2): Momentos marshallianos
Fonte: Adaptado de Paiva, 2002

Lemos (1996) sintetiza pontos comuns nas diferentes abordagens de arranjos produtivos locais (APLs) enfocados na literatura, como pode ser observado a seguir, no quadro 4(2).

Localização	▪ Proximidade ou concentração geográfica
Atores	▪ Grupos de pequenas empresas ▪ Pequenas empresas nucleadas por grande empresa ▪ Associações, instituições de suporte, serviços, ensino e pesquisa, fomento, financeiras, etc.
Características	▪ Intensa divisão de trabalho entre firmas ▪ Flexibilidade de produção e de organização ▪ Especialização ▪ Mão-de-obra qualificada ▪ Competição entre firmas baseada na inovação ▪ Estreita colaboração entre as firmas e demais agentes ▪ Fluxo intenso de informações ▪ Identidade cultural entre os agentes ▪ Relações de confiança entre os agentes ▪ Complementaridades e sinergias

Quadro 4 (2) – Aspectos comuns das abordagens de aglomerados locais
Fonte: Lemos, 1996

Amorim (1998) salienta que a força e o dinamismo de um *cluster* ou arranjo produtivo local são mais vigorosos quando determinadas características se manifestam explicitamente e de forma simultânea, para que se auto-reforcem e possam incrementar a competitividade. As principais características estão relacionadas abaixo, conforme a autora:

- existência de uma aglomeração de empresas, na maioria de pequeno e médio porte;

- a atividade principal é compartilhada por um expressivo número de firmas, sendo que cada uma delas, ou, o que é mais comum, um conjunto delas, se dedica a tarefas específicas do negócio;

- as firmas relacionam-se de maneira intensa e contínua e, esse processo de freqüentes interações, combina, de forma simultânea, aspectos de competição e de cooperação;

- os proprietários das firmas desfrutam e procuram estimular relações de confiança entre seus pares;

- ao redor das firmas integrantes existe, freqüentemente, uma rede de instituições públicas e privadas que tem papel como parte estimuladora e catalisadora do processo de entrosamento e atuação conjunta das firmas.

Fernandes e Lima (2006) também identificam condições necessárias e condições suficientes para a criação e desenvolvimento de um *cluster* ou arranjo produtivo local. São

duas as condições necessárias que devem estar sempre presentes: divisibilidade de processo e transportabilidade de produto. As condições suficientes são quatro e dizem respeito simultaneamente a cada firma individualmente e ao conjunto da aglomeração: cadeia longa de valor; diversidade e complementaridade de competências; adaptação flexível à volatilidade do mercado e inovação em rede.

Redes de empresas que interligam diferentes tipos de firmas em agrupamentos ou nós industriais vêm sendo estudadas por Gereffi (1998) como forma econômica predominante no complexo têxtil e de vestuário e como chave para a competitividade do setor.

Segundo o Dicionário de Economia do Século XXI, o termo *cluster* significa bloco, agrupamento ou aglomerado e é utilizado em vários contextos. Um *cluster* é definido como

> uma concentração geograficamente delimitada de negócios independentes que se comunicam, dialogam e transacionam para partilhar coletivamente tanto oportunidades quanto ameaças, gerando conhecimentos, concorrência inovadora, chances de cooperação, adequada infra-estrutura, além de freqüentemente atrair os serviços especializados correspondentes e outros negócios correlacionados (SANDRONI, 2005, p. 151).

De acordo com Porter (1999, p. 209-210), aglomerados são concentrações geográficas de empresas inter-relacionadas, fornecedores especializados, prestadores de serviços, empresas de setores correlatos e outras instituições específicas (universidades, órgãos de normatização e associações comerciais) que competem, mas também, cooperam entre si. A competição combinada com a cooperação, uma idéia com muitas implicações, é a forma normal de relação em tais articulações, decorrendo do aumento do valor das pressões nas redes, tais como as demandas para que os fornecedores cumpram padrões de qualidade e o governo institucionalize “melhores práticas”.

Aglomerado, *cluster* ou arranjo produtivo local é, então,

> um conjunto numeroso de empresas, em geral pequenas e médias, operando em regime de intensa cooperação, onde cada uma das firmas executa um estágio do processos de produção. Essas empresas participam de um mesmo negócio – como produção de calçados ou confecções – embora cada uma das firmas seja uma entidade autônoma (AMORIM, 1998, p.24).

Lastres, Cassiolato e Maciel (2003, p. 27) definem arranjos produtivos locais como "aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes". De acordo com Amorim (1998), os distritos industriais, *clusters* de pequenas empresas ou arranjos produtivos locais vêm mostrando resultados surpreendentes e favoráveis, com manifestações de capital social e empreendedorismo, levando ao incremento da capacidade inovativa endógena e propiciando a alavancagem para o desenvolvimento local.

2.3.1 Desenvolvimento local

A corrente científico-econômica iniciada por Smith, em 1775, e continuada por Ricardo é denominada Escola Clássica, embora a perspectiva de geração de riqueza tenha promovido uma ruptura com as idéias mercantilistas e da escola fisiocrática (HUGON, 1979).

Em sua investigação acerca da natureza e causas da riqueza das nações, Smith (2003) afirmava que, a abundância ou a escassez da provisão anual de uma nação dependerá, "em primeiro lugar, da habilidade, da destreza e do critério com os quais em geral se executa o trabalho da nação; e, em segundo lugar, da proporção entre o número dos que estão empregados em trabalho útil e o número dos que não estão" (SMITH, 2003, p. 1).

A partir daí, o foco da riqueza deixa de ser a terra (escola fisiocrata) e o acúmulo de metais preciosos (mercantilismo), passando a ênfase para o trabalho e a forma como o mesmo é executado (divisão do trabalho). Smith (2003) desenvolveu, com base no princípio da divisão do trabalho, a Teoria dos Custos Absolutos, propondo que cada país deveria se especializar naquilo que poderia produzir a custo menor do que outros países.

Aprofundando a análise de Smith, Ricardo, no início do século XIX, procurou mostrar que um país deveria se especializar na produção de bens que lhe trouxessem maiores lucros,

mesmo que fosse mais eficiente em todos os setores de produção em relação a outro país, sendo este o princípio fundamental da Teoria dos Custos Comparativos:

> Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e sua mão-de-obra à atividade que lhe seja mais benéfica. Esta busca da vantagem individual é admiravelmente associada ao bem universal do conjunto. [...] Este é o princípio que determina que o vinho deve ser feito na França e em Portugal, que os cereais sejam cultivados na América e na Polônia, e que as ferragens e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra (RICARDO, 1979, p. 324).

Em síntese, Ricardo (1979) propunha que as economias deveriam se tornar especializadas naquilo que, comparativamente a outros, faziam melhor, servindo esse raciocínio de base para a proposta de desenvolvimento local.

Outhwaite e Bottomore (1996, p. 197) definem a expressão 'desenvolvimento e subdesenvolvimento' como "a conquista do progresso econômico e social (desenvolvimento) através da transformação do estado de subdesenvolvimento (baixa produção, estagnação, pobreza)", sendo o desenvolvimento relacionado ao crescimento econômico mais que ao progresso social.

É importante enfatizar que essa "desconsideração" pelos aspectos sociais vem a manter as regras do capitalismo, quais sejam as relações de propriedade e de apropriação, o que corrobora para a reprodução de uma situação de desigualdade social, principalmente, da pobreza. A pobreza é característica do subdesenvolvimento e, para Indira Gandhi, estadista indiana que conviveu com a situação da governar um país de proporções continentais com 250 milhões de indigentes, a miséria é a pior forma de poluição (SACHS, 2004).

Furtado (1965, p. 111) considera que "do ponto de vista econômico, desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento da quantidade de bens e serviços, por unidade de tempo, à disposição de determinada coletividade".

O crescimento econômico, apesar de condição necessária, não é suficiente para reduzir a pobreza e a desigualdade social, sendo fundamentais a qualidade e estrutura do crescimento,

pelos impactos que causam sobre o nível de emprego, meio ambiente, qualidade de vida e distribuição da renda (KLIKSBERG, 1997).

Na corrente contra-hegemônica do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, encontra-se o pensamento de Schumacher (1979, p.149), para quem "o desenvolvimento não se inicia com bens materiais; começa com pessoas e sua educação, organização e disciplina. Sem esses três elementos, todos os recursos permanecem latentes, inexplorados, potenciais". De acordo com o autor, o desenvolvimento necessariamente zelará pelas pessoas, que são a fonte primária e suprema de toda e qualquer riqueza.

Mais recentemente, Sen (2000, p. 51) faz distinção entre duas atitudes gerais em relação ao processo de desenvolvimento: "uma visão considera o desenvolvimento um processo 'feroz', com muito 'sangue, suor e lágrimas' – um mundo no qual sabedoria requer riqueza. [...] a outra vê o desenvolvimento essencialmente como um processo 'amigável'".

O desenvolvimento local é tema recorrente em um país de proporções continentais como o Brasil, caracterizado por desigualdades regionais históricas, seja em nível nacional, estadual ou municipal.

A primeira interpretação teórica acerca das desigualdades regionais no Brasil, e possivelmente na América latina, foi feita pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, formado em 1958 por Furtado (DINIZ; LEMOS, 2005).

No final da década de 1950, baseando-se no modelo da *Cassa per il Mezzogiorno*, órgão dotado de significativos recursos para fomentar o desenvolvimento da região Sul da Itália, técnicos do governo federal liderados por Furtado idealizaram a criação de um órgão semelhante para promover o desenvolvimento da região Nordeste, que viria a ser a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (HIRSCHMAN,1986)

A globalização, que acentuou a necessidade do multiculturalismo, caracteriza-se por um aspecto contencioso, pois "não exige o fim das referências locais, mas as reinscreve num

terreno em que estas não mais podem se definir pelo isolamento (BURITY, 2001, p.3). É um paradoxo da globalização, o (re)surgimento da preocupação com o desenvolvimento local e movimentos localizados e endógenos de mudança (BUARQUE, 2006). Nessa resistência, destaca-se o fenômeno empreendedor como indutor do desenvolvimento local, com suas práticas de construção de redes de relacionamento, aprendizagem, liderança, pró-atividade, visão de futuro e disposição para enfrentar ambientes de risco e incerteza.

Desenvolvimento local é conceituado como:

> Um *processo endógeno* de mudança, que leva ao *dinamismo econômico* e à *melhoria da qualidade de vida* da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as *potencialidades* locais e contribuir para *elevar as oportunidades sociais* e a *viabilidade e competitividade da economia local*; ao mesmo tempo, deve assegurar *a conservação dos recursos naturais locais*, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (BUARQUE, 2006, p. 25 – itálicos do autor).

Assim, desenvolvimento local é resultado de múltiplas ações convergentes e complementares que quebram a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e promovem mudanças econômicas e sociais no território.

Vásquez Barquero (1995) argumenta que, dentre as formas flexíveis de acumulação, a formação de sistemas locais de empresas tem um caráter diferencial. De acordo com Sengenberger e Pike (1999), é importante analisar mais de perto arranjos produtivos locais, porque eles podem mostrar algo sobre perspectivas e ingredientes para o desenvolvimento local, pois apontam em uma direção diferente de padrões que enfatizam somente a aplicação de recursos financeiros e tecnologia sofisticada para o avanço econômico e social.

Em relação ao desenvolvimento local, o capital social pode ser fonte de benefícios econômicos, como redução de custos, através do compartilhamento de informações e conhecimentos, redução de riscos devido a processos de tomada de decisão coletivos, redução de comportamentos oportunistas.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2000, p. 37) indicam que o desenvolvimento local pressupõe um novo paradigma, orientado por resultados em quatro dimensões:

- **Econômica**: resultados econômicos, com adequados níveis de eficiência através da capacidade de usar e articular fatores produtivos endógenos para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas locais e integrando redes de pequenas empresas.
- **Sociocultural**: maior eqüidade social, que se contrapõe ao acelerado processo de '*apartheid* social', através da maior participação do cidadão e da cidadã nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores e a cultura do território.
- **Político-institucional**: novas institucionalidades que, através da expressão política e maior representação dos segmentos sociais, permitam a construção de políticas territoriais negociadas entre os agentes governamentais, do mercado e da sociedade civil, gerando um entorno inovador favorável às transformações da economia local e o resgate da cidadania.
- **Ambiental**: compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade em qualquer opção transformadora.

Na dimensão ambiental, o princípio da sustentabilidade é resultante da "interação e sinergia entre a *qualidade de vida* da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos -, a *eficiência econômica* – com agregação de valor na cadeia produtiva – e a *gestão pública eficiente*" (BUARQUE, 2006, p. 27 – itálicos do autor).

O desenvolvimento sustentável, pilar da sustentabilidade, é definido pelo Relatório Brundtland (1987), como a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de alcançarem suas próprias necessidades.

Este conceito, de acordo com Foladori (2005), é necessariamente interdisciplinar e já nasceu incorporando à sustentabilidade ambiental, uma sustentabilidade econômica e social. A sustentabilidade é a expressão de uma sociedade mais justa e pressupõe o equilíbrio entre saúde, ambiente e desenvolvimento, dentro de um processo democrático, com ampla participação social e de exercício de cidadania (DUVAL, 1998).

Leff (2001) aponta para a necessidade de desconstruir o atual paradigma econômico, pois o desenvolvimento sustentável deve ser fundamentado nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana.

De acordo com Sachs (2001), a perspectiva da sustentabilidade impõe a necessidade de criar novos modos de produção e estilos de vida, nas condições e potencialidades ecológicas de regiões e territórios específicos, na diversidade sócio-cultural e étnica e na gestão participativa dos recursos. A importância do território, como um novo meio geográfico para a sustentabilidade, é enfatizada por Santos e Silveira (2001), que o consideram como uma unidade dinâmica fundamental que deve atuar em uma perspectiva integrada ambiental, social e econômica.

Em um período como o atual, no qual o capitalismo procura adequar suas estruturas de domínio para a manutenção da economia de mercado surgem, em contraste, novos formatos organizacionais apontando que “as relações sociais podem trazer uma nova luz para uma abordagem de desenvolvimento” (LÉVESQUE, 2007, p. 52). Nesse contexto, que enfatiza o relacional, é que o capital social se forma e se desenvolve em arranjos produtivos locais, compostos por redes de micros, pequenas e médias empresas, criadas por atividade empreendedora. Esse novo cenário relacional pode ser indício do que vaticina Polanyi (2000, p. 11): “o que nossa época precisa é a reafirmação, pelas suas próprias necessidades, dos valores essenciais da vida humana”, valores como confiança, cooperação, colaboração e comunhão, que permitem ao homem se organizar e construir o desenvolvimento local.

3 Procedimentos metodológicos

Na maioria das vezes, é difícil elaborar procedimentos metodológicos, embora os mesmos sejam condição *sine qua non* para o trabalho científico. Nesta pesquisa, procurou-se observar o que Minayo e Sanches (1993, p. 239) ensinam: “um bom método será aquele que, permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria”.

Como o escopo desta pesquisa foi analisar manifestações do capital social e do empreendedorismo na formação de um arranjo produtivo, bem como verificar o desenvolvimento local no município de Toritama, considerou-se a pesquisa qualitativa como “um bom método”. Os elementos de análise - capital social, empreendedorismo e desenvolvimento local – são permeados pela interdisciplinaridade. Por isso, do ponto de vista da pesquisadora, qualquer tentativa de reducionismo poderia minimizar a riqueza das informações e limitar o significado das interpretações.

A preocupação fundamental da pesquisa qualitativa é com “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 22), o que corrobora a opinião da pesquisadora em relação à escolha da abordagem.

A pesquisa qualitativa ainda é pouco reconhecida no campo organizacional (MORGAN; SMIRCICH, 1980, MERRIAM, 1998, DENZIN; LINCOLN, 2000, PATTON, 2002), pois envolve pormenores descritivos relativos a pessoas, locais e conversas, procurando investigar fenômenos em contextos naturais, privilegiando a compreensão de comportamentos a partir da perspectiva de sujeitos (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

O estudo em questão está inserido no campo das Ciências Sociais. “Construir ciências sociais não é pretender produtos acabados, verdades definitivas, mas cultivar um processo de criatividade marcado pelo diálogo consciente com a realidade social” (DEMO, 1995, p. 14), o que não reflete qualquer “anarquismo metodológico” e nem o abandono de séculos de prática científica (HAGUETTE, 2001). Uma pesquisa qualitativa é sempre tateante, os critérios são elaborados no seu andamento, de maneira cada vez mais precisa, e não cessam quanto ao aperfeiçoamento, confrontando de modo crítico os métodos utilizados e os resultados alcançados (BRUYNE *et al.*, 1977).

O ser humano vive em ambientes permeados pelo senso comum, sendo praticamente impossível aplicar o que a ciência moderna sugere: isolar o senso comum, colocando-o em recipiente hermeticamente fechado. Propondo uma superação do etnocentrismo científico, Souza Santos (1989) sugere uma reabilitação do que chama ‘*lumpendiscursos’*, pois a “tarefa de geometrização que muitas vezes pareceu realizada - seja após o sucesso do cartesianismo, seja após o sucesso da mecânica newtoniana, seja com a óptica de Fresnel - acaba sempre por revelar-se insuficiente” (BACHELARD, 1996, p. 7).

Na tentativa de evitar o “anarquismo metodológico” e o isolamento hermético do senso comum, este estudo foi conduzido dentro de uma abordagem subjetiva, próxima da sociologia da regulação e do paradigma interpretativo, sendo que o produto resultante de um estudo desse tipo assemelha-se a uma *bricolage* complexa, a um conjunto de imagens e de representações mutáveis e interligadas (DENZIN; LINCOLN, 2006), conforme poderá ser observado a partir do quinto capítulo do trabalho.

3.1 Delineamento da pesquisa

Delinear uma pesquisa implica traçar linhas gerais que indicam o caminho a ser seguido pelo pesquisador; mediadas pela "estratégia, iniciativa, invenção, arte" (MORIN, 1996, p. 335), principalmente em se tratando de pesquisa qualitativa. Vergara e Peci (2003) apontam que a aplicação de métodos, que se afastam da orientação positivista, requer a construção e a reconstrução de outros referenciais.

Merriam (1998) classifica a pesquisa qualitativa em cinco tipos: estudo qualitativo básico ou genérico, estudo etnográfico, fenomenologia, *grounded theory* e estudo de caso. Nesta pesquisa optou-se pela realização de um estudo de caso. Casos podem ser constituídos por indivíduos, grupos, programas, organizações, culturas, regiões, Estados, incidentes críticos, fases na vida de uma pessoa, ou seja, qualquer evento que possa ser definido como um sistema delimitado, específico, único (PATTON, 2002).

O caso em estudo foi constituído pelo conjunto de micro e pequenas empresas, formais e informais, de confecção de jeans, ou fabricos, haja vista que esse tipo de empresa é predominante em Toritama. O *status* jurídico foi informado pelos entrevistados. Em pesquisa realizada em 2003, no pólo de confecções do Agreste, a estimativa era de que havia, na cidade, 2196 empresas ou fabricos, 176 formalizadas e 2020 na informalidade, sendo 90% classificadas como micro e pequenas empresas (FADE/UFPE/SEBRAE, 2003). O critério de seleção para inserção das empresas baseou-se no porte, de acordo com a classificação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, conforme quadro 5 (3), a seguir:

Porte	Microempresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa
Indústria	Até 19 empregados	De 20 a 99 empregados	De 100 a 499 empregados	Acima de 500 empregados
Comércio e Serviço	Até 9 empregados	De 10 a 49 empregados	De 50 a 99 empregados	Acima de 100 empregados

Quadro 5 (3): Classificação de empresas segundo o porte
Fonte: Sebrae, 2007

É importante esclarecer que apenas as confecções e facções de jeans foram incluídas no estudo, sem a participação das lavanderias. Apesar de imprescindível na cadeia produtiva, pois para confeccionar jeans é necessária uma lavanderia para beneficiar o tecido – lavagem, amaciagem, tingimento e descoloração – esse tipo de empreendimento não foi incluído na delimitação do caso.

Inicialmente as lavanderias estavam incluídas no estudo, mas nos primeiros contatos com o campo, foi percebido que essa atividade apresenta algumas peculiaridades que poderiam enviesar os resultados. Por exercer uma atividade altamente poluente – queima de lenha, ausência de filtros nas chaminés, despejo de refluentes (água impregnada de tinta) no rio Capibaribe e córregos adjacentes – o pólo de lavanderias despertou atenção de órgãos públicos e, em 2004, pressionadas pela Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos – CPRH e pelo Ministério Público Estadual, mediante Termo de Ajustamento de Conduta – TAC (documento onde partes se comprometem a concretizar um projeto em prazo determinado), foram obrigadas a apresentar e implantar quatro projetos ambientais anti-poluentes, referentes ao controle de poluição atmosférica, poluição hídrica, gerenciamento de resíduos sólidos e saneamento básico, em prazo determinado, ou seriam lacradas (Entrevistado 4, linhas 8-9). Para facilitar as negociações, em termos de prazos, com estes órgãos, os proprietários das lavanderias fundaram a Associação Comercial e Industrial de Toritama – ACIT, tanto que 60% das empresas associadas são lavanderias (Entrevistado 3, linha 85). As lavanderias já foram objeto de alguns estudos, como o projeto Histórias de

Sucesso (LINS; LIMA, 2006) e o trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (ALMEIDA JR, 2005). Assim sendo, a experiência associativa dos proprietários de lavanderias poderia enviesar os resultados e optou-se, então, por não incluí-los no estudo.

Não existem dados oficiais sobre a quantidade de micro e pequenas empresas existentes em Toritama e as estimativas, mostradas no quadro 6(3) abaixo, não são condizentes com a realidade. Apesar das diferenças de períodos e da metodologia utilizada pelas diferentes fontes para o levantamento dos dados, o quadro 6(3) é elucidativo da falta de informação por parte dos órgãos públicos.

Fonte	**Quantidade de Firmas de Confecção Formalizadas**	
IBGE (2000)	226	
FADE/UFPE/Sebrae (2003)	176	
SINDIVEST / PE (2003)	88	
Secretaria da Fazenda de Toritama (2004)	317	164 com CPF (ambulantes)
		153 com CGC (micro empresas)
MTE / RAIS (2005)	376	

Quadro 6 (3): Quantidade de firmas de confecção formalizadas em Toritama
Fonte: pesquisa direta, 2007

Estima-se que existam em Toritama, relacionadas à cadeia produtiva da confecção de jeans, no mínimo 2600 firmas, entre formais e informais. São estas micros e pequenas empresas, formais e informais, que constituem o caso desse estudo. A importância dos fabricos na economia do município é de tal monta que "praticamente em cada casa da cidade tem pelo menos uma pessoa trabalhando em atividade relacionada com a confecção de jeans" (Entrevistado 3, linhas 8-9).

Becker (1997) considera que o estudo de caso tem, na maioria das vezes, um duplo propósito: tenta chegar a uma compreensão abrangente e também tenta desenvolver

declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e das estruturas sociais. O estudo de caso apresenta um caráter particularizante e tem um poder de generalização limitado (BRUYNE *et al.*, 1997, p. 227), assim sendo, os resultados obtidos em Toritama não devem ser generalizados para outros contextos semelhantes, principalmente porque está ocorrendo nesse município um fenômeno atípico, em relação a cidades geográfica e demograficamente semelhantes. Assim, o que está se pretendendo não é generalizar, é analisar manifestações do capital social e do fenômeno empreendedor em um arranjo produtivo situado no semi-árido que, contra todas as expectativas, tem a maior renda per capita entre os municípios pernambucanos do mesmo porte, está entre os 15 municípios nordestinos com menor dependência de transferências governamentais, fabrica dois milhões de peças jeans ao mês e tem 97% da população exercendo alguma atividade laboral relacionada à confecção de jeans (SEBRAE, 2006).

Por fim, em territórios diferentes, arranjos produtivos locais apresentam nuances próprias, o que contribui para a variabilidade nas formas de organização dessas configurações (MCNAUGHTON, 2000), não sendo desejável a generalização de dados obtidos em um arranjo específico.

3.2 Critérios de inserção dos sujeitos

De acordo com Valles (1997, p. 210), “uma das decisões metodológicas inevitáveis e, por vezes, incômoda no trabalho de investigação qualitativa e da entrevista é a decisão sobre quem, quantos e quantas vezes entrevistar”, ou seja, como construir o *corpus* da pesquisa. Desenvolvido pela Linguística, *corpus* significa “uma coleção finita de materiais, determinada

de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar" (BARTHES 1967 *apud* BAUER; AARTS, 2002, p. 44 – parênteses do autor).

Em pesquisas qualitativas, do tipo estudo de caso, cujo objetivo não é a generalização dos resultados e sim o "aprofundamento, a abrangência e a diversidade no processo de compreensão, seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação" (MINAYO, 2007, p. 197), não é desejável o critério estatístico de amostragem probabilística. A não utilização de critérios numéricos ou quantificação não significa falta de rigor e, nesse sentido, a construção do *corpus* é "funcionalmente equivalente à amostra representativa e ao tamanho da amostra, mas com o objetivo de maximizar a variedade de representações desconhecidas" (GASKELL; BAUER, 2002, p. 485).

Como "não existe um método para selecionar os entrevistados das investigações qualitativas" (GASKELL, 2002, p, 70), deve-se, além de uma boa dose de 'imaginação social científica', buscar critérios que assegurem a confiabilidade. Para garantir tal confiabilidade e a relevância na construção do *corpus*, Minayo (2007) sugere a observação de alguns princípios:

- exaustividade, todos os aspectos do estudo devem ser contemplados;

- representatividade, o *corpus* deve conter as características essenciais do universo pretendido;

- homogeneidade, quanto aos atributos dos interlocutores e

- pertinência, que se refere à inserção de elementos adequados para dar resposta aos objetivos do trabalho.

Observando esses princípios, os sujeitos escolhidos para participar dessa pesquisa foram proprietários de micro e pequenas empresas (fabricos) que confeccionam, seja realizando todo o processo ou apenas partes, jeans (calças, jaquetas, bermudas, shorts, saias);

representantes de associações locais de empresários (ACIT e Parque das Feiras); representante de órgãos de fomento (SEBRAE) e representante do Estado (Ministério Público).

Os sujeitos foram escolhidos intencionalmente e por acessibilidade, segundo critérios de relevância focados nos objetivos do estudo, quais foram, analisar manifestações do capital social e do empreendedorismo em um arranjo produtivo local - APL e da ocorrência de desenvolvimento local em Toritama.

É importante mencionar que houve uma dificuldade inicial para o acesso aos sujeitos, devido a um incidente ocorrido no dia 15 de setembro de 2003, denominado pelo Sindicato dos Funcionários Integrantes do Grupo Operacional de Auditoria do Tesouro Estadual de Pernambuco – Sindifisco, de Operação Toritama.

Resultante de um movimento reivindicatório iniciado em fevereiro de 2003, a operação foi deflagrada pelo Sindifisco de Pernambuco, com o objetivo de "denunciar a omissão do Estado no que se refere à cobrança de impostos e reafirmar a importância de uma fiscalização efetiva e investigativa no combate à sonegação fiscal" (LIMA; LEMOS; PATRIOTA NETO, 2004), pois já se conhecia o alto grau de informalidade existente em Toritama. Após algumas reuniões, foi definido o dia 15 de setembro para a realização da operação, da qual participaram 46 auditores fiscais estaduais. A fiscalização começou no Parque das Feiras e, após aproximadamente uma hora de trabalho, teve início um grande tumulto. Por meio do sistema de som, foi avisado aos lojistas que não recebessem os auditores, pois a ação fiscal que estava acontecendo não havia sido autorizada pela Secretaria da Fazenda. Com nível de tensão crescente, foram queimados pneus na BR 104, estrada de acesso ao Parque das Feiras e, para preservar a integridade física dos auditores, a coordenação do movimento decidiu por suspender a ação.

Após esse evento, pessoas desconhecidas que comecem a fazer perguntas são vistas como suspeitas e o primeiro contato com o campo foi realizado por indicação de uma colega

de universidade, nativa de Caruaru e com contatos pessoais em Toritama. Assim sendo, a primeira visita ao campo foi acompanhada por uma pesquisadora com conhecimento do campo e contatos locais.

A inserção dos sujeitos começou por acessibilidade e continuou com a estratégia "bola-de-neve", na qual um sujeito aponta outros que possuam características de interesse da pesquisa (BOGDAN; BIKLEN, 1994). A continuidade de acesso aos proprietários de fabricos foi possível por meio das redes sociais naturais e os demais participantes foram inseridos por indicação de amigos, parentes, contatos pessoais e conhecidos (SIERRA, 1988). Assim, o primeiro dia em campo (16/01/2007) possibilitou o início de uma rede de relações e, a partir do contato com o primeiro proprietário, foi construído o *corpus* da pesquisa, observando a problemática estudada e os objetivos do estudo, bem como a revisão de literatura.

Os princípios da representatividade e da homogeneidade (MINAYO, 2007) foram contemplados, tendo em vista que 97% da população da cidade exercem alguma atividade relacionada à confecção do jeans e que o perfil sócio-econômico do proprietário das micro e pequenas empresas é muito semelhante.

Para observar os princípios de exaustividade e de pertinência, foram entrevistados também representantes da ACIT e do Parque das Feiras, um consultor do Sebrae que atua junto ao pólo de confecções do Agreste em Caruaru, e o promotor público de Toritama no período de 2001-2004. Ao todo, foram realizadas 16 entrevistas.

A construção do *corpus* foi, então, um processo iterativo, com pessoas sendo adicionadas á análise e, a quantidade de sujeitos participantes, foi determinada pelo princípio da redundância ou saturação, ou seja, à medida que foram sendo vivenciados casos similares, a pesquisadora adquiriu confiança empírica de que não mais encontraria dados que pudessem contribuir para a elucidação do problema (GLASER; STRAUSS, 1967). As informações

acumuladas por meio da saturação promovem a fidedignidade, que ocorre quando as opiniões dos entrevistados tornam-se comuns, sem o acréscimo de informações novas.

A saturação foi atingida na décima entrevista, mas como não existe fórmula que assegure a saturação e essa depende exclusivamente do discernimento do pesquisador, achou-se por bem continuar as entrevistas até uma margem em que a pesquisadora se sentisse segura de que a quantidade de sujeitos é menos importante do que a qualidade das informações.

Para efeito da pesquisa, os dados obtidos nas seis últimas entrevistas não foram considerados, tendo em vista que o ponto de saturação foi alcançado na décima entrevista. Em respeito ao anonimato dos sujeitos, as falas dos mesmos serão seguidas pela palavra 'Entrevistado', seguida por numeral que varia entre 1 e 10, de acordo com a ordem em que foi realizada a entrevista e pela numeração das linhas. O material textual das entrevistas encontra-se disponível no anexo 1.

3.3 Coleta dos dados

Na pesquisa qualitativa, principalmente em se tratando de estudo de caso, são três os meios tradicionais para a coleta de dados: entrevista, observação e análise de documentos (PATTON, 2002, DENZIN; LINCOLN, 2006). Assim, para a coleta dos dados, foram utilizadas a entrevista semi estruturada, a observação sistemática e a análise de documentos, ou seja, foram colhidos dados primários e secundários.

A entrevista semi estruturada é uma entrevista em profundidade que "visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo" (RICHARDSON, 1999, p. 208). Nesse tipo de entrevista, o sujeito é convidado a falar livremente sobre determinados assuntos e o

entrevistador interfere apenas para mudar o assunto e quando é necessária uma maior profundidade no tema.

De acordo com Matos e Vieira (2001), esse modo de entrevista fornece uma grande quantidade de dados, pois o entrevistado fala livremente, embora a conversa tenha uma finalidade e siga um roteiro invisível que "serve de orientação e de baliza para o pesquisador e não de cerceamento da fala dos entrevistados" (MINAYO, 2007, p. 264). Durante todas as entrevistas, o conteúdo mais amplo foi alicerçado nos objetivos da pesquisa e nas questões norteadoras, o que evitou a fuga da temática. O protocolo de entrevista (Apêndice 1) consistiu de uma solicitação para o entrevistado "contar" sobre Toritama, sobre o que está acontecendo em termos da indústria da confecção do jeans, o relacionamento entre os empresários, as inovações, as formas de aprendizagem dos empresários e dos empregados e a existência de políticas públicas, pois as pessoas se sentem mais confortáveis narrando um processo, a partir da expressão "conte o que acontece" (SPINK, 2003).

A entrevista semi estruturada foi escolhida como principal técnica de coleta porque propicia o desenvolvimento de um clima de informalidade no qual o sujeito fica à vontade e não se constrange em dar nenhum tipo de resposta, pois vai falar sobre o que ele considera importante, na sua linguagem usual, sem necessidade de procurar palavras certas para responder perguntas específicas.

Um dos cuidados que se tomou, no contato com os sujeitos, foi que a presença do pesquisador poderia alterar o comportamento dos mesmos. Procurou-se sempre evitar o que Cooper e Schindler (2003) denominam 'resposta reativa', ou seja, a alteração do comportamento dos entrevistados em resposta à presença do pesquisador. Os entrevistados foram informados que o anonimato seria preservado, de forma que se sentissem à vontade para falar sem restrições.

As entrevistas foram iniciadas de maneira informal e apenas após ter sido estabelecido um *rapport* (clima de cordialidade e confiança entre pesquisador e sujeito) satisfatório. De acordo com Minayo (2007), a inter-relação durante as entrevistas, que contempla o contexto do dia-a-dia, as experiências e a linguagem do senso comum, é imprescindível para o sucesso da pesquisa qualitativa. Vale salientar que mesmo sem roteiro rigidamente definido, os sujeitos tinham consciência do contexto de entrevista.

As entrevistas foram realizadas em Toritama, nos próprios fabricos, no decorrer de sete visitas ocorridas no período compreendido entre os meses de janeiro de 2007 a janeiro de 2008. As visitas ao município tiveram duração aproximada de cinco horas, iniciando-se por volta de 9:30 horas e encerrando-se por volta de 15:30 horas, respeitando-se o intervalo para almoço. A cada visita, eram realizadas, em média, duas entrevistas, mas não houve rigidez em relação a esse número; algumas vezes foi feita apenas uma entrevista. As entrevistas foram gravadas em fitas magnéticas, com a concordância dos entrevistados; apenas uma entrevista não foi gravada, por solicitação do respondente. Os dados considerados relevantes dessa entrevista foram anotados no caderno de campo imediatamente após o término da mesma. Algumas vezes, proprietários que já haviam sido entrevistados, participavam novamente das entrevistas, tal o clima de cordialidade que foi criado.

Em virtude da maioria dos fabricos situar-se em galpões abertos para a rua, ocorria espontaneamente a formação de grupos de proprietários, empregados, profissionais autônomos e ambulantes, embora a estratégia da pesquisa previsse que as entrevistas fossem individuais. Observava-se nesses grupos muita convergência, uma visão de mundo comum entre os participantes. Algumas vezes um ou outro empregado participava e não se observava diferença de *status;* outras vezes, o proprietário solicitava a presença de um funcionário para corroborar as suas afirmações.

A observação é de “importância capital nas ciências. É dela que depende o valor de todos os outros processos. Sem a observação, o estudo da realidade seria reduzido à simples conjectura e adivinhação” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 31). A observação direta foi utilizada, como fonte de coleta, porque possibilitou ver o que não era percebido rotineiramente, além de fatos que as pessoas não informariam voluntariamente, possibilitando ir além da percepção dos outros, desenvolvendo uma visão mais compreensiva (PATTON, 2002). Além das sete visitas destinadas as entrevistas, foram realizadas mais três visitas especificamente para a observação, no parque das feiras, na feira de rua, em lojas e em caminhadas pelas ruas da cidade. Os dados observados foram registrados em um caderno de campo, seguindo um protocolo previamente elaborado (Apêndice 2).

A análise documental foi feita utilizando-se materiais de divulgação da Associação Comercial e Industrial de Toritama - ACIT, Parque das Feiras e dados sobre o Agreste Setentrional.

3.4 Tratamento dos dados

Em pesquisas qualitativas, a análise dos dados geralmente tem início junto com a coleta, com o intuito de validar as informações obtidas (MERRIAM, 1998; PATTON, 2002). Bogdan e Biklen (1994, p. 206) indicam que “alguma análise tem de ser realizada durante a recolha dos dados. Sem isso, a recolha de dados não tem orientação; se assim não o fizer, os dados que recolher podem não ser suficientemente completos para realizar posteriormente a análise”. Alvesson e Sköldberg (2000) apontam para a importância da interpretação dos dados simultaneamente à coleta, alertando para o cuidado que o pesquisador deve ter, considerando que a reflexão está imersa no campo político, ideológico e cultural. A investigação qualitativa, com sua natureza fluida e emergente, não permite distinção nítida entre coleta e análise dos

dados (PATTON, 2002). Em campo, torna-se quase que automática a inter-relação entre coleta e análise; à medida que os dados vão sendo coletados emergem as categorias analíticas nos quais os mesmos se inserem.

Para aprofundar a interpretação dos dados foi igualmente utilizada a técnica de análise categorial, que toma em consideração:

> A totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a freqüência da presença (ou ausência) de itens de sentido. [...] É o método das *categorias*, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação construtivos da mensagem (BARDIN, 2002, p. 36-37 – itálicos da autora).

A análise categorial ou categorização foi feita por meio de análise temática, uma técnica de análise de conteúdo que "consiste em descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação, cuja *presença* ou *freqüência* signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado" (MINAYO, 2007, p. 316 – itálicos da autora).

Mostyn (1985 *apud* COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 240) refere-se a esta técnica como "a ferramenta de diagnóstico de pesquisadores qualitativos, que a empregam quando se vêem diante de uma massa de material que deve fazer sentido" e que causam uma "sensação de caos inicial" (MINAYO, 2007, p. 316)..

O primeiro passo para a análise propriamente dita foi a ordenação dos dados, que englobou a transcrição das fitas, o material do caderno de campo resultante da observação e os documentos. Foram transcritas *verbatim* 10 fitas, que originaram 34 páginas (Anexo 1). A transcrição foi feita pela própria pesquisadora e, apesar de ser um trabalho árduo, apresentou a vantagem de que, no decorrer das transcrições, foi relembrado o contexto da entrevista, o que possibilitou ao pesquisador reconstruir o cenário em que a mesma foi realizada.

Após a transcrição, foi feito um mapa de codificação com as definições dos tópicos de análise, conforme quadro 7 (3):

Cod.	Tópico/Dimensão	Definição
10	**Capital Social**	Traços da vida social que facilitam a ação e a cooperação na busca de objetivos comuns.
101	Confiança	Crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, com base em um conjunto de resultados ou eventos.
102	Cooperação	Processo social em que dois ou mais indivíduos ou grupos atuam em conjunto para a consecução de um objetivo.
103	Reciprocidade	Processo social que implica em troca ou permuta, dar e receber em troca, mutuar.
104	Solidariedade	Relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento se sinta moralmente obrigado a apoiar o outro.
00	Ausência de capital social	Manifestações de individualismo, não-cooperação, falta de solidariedade, não associativismo.
11	**Empreendedorismo**	**Fenômeno que abrange aspectos como criação de empresas, inovação, risco, aprendizagem, rede de relações e visão.**
111	Inovação	Estabelecer diferenciais em relação ao produto e/ou ao processo.
112	Disposição para o risco	Tomar decisões em situação de incerteza.
113	Aprendizagem	Adquirir novas habilidades por meio do processamento de informações.
114	Rede de relações	Processo social caracterizado pelo relacionamento entre empresários, clientes, fornecedores a favor da atividade profissional.
115	Visão	Visualizar cenários a médio e longo prazo.
116	*Spin-off*	Criação de nova empresa fundada por indivíduo egresso de outra empresa.
12	**Desenvolvimento Local**	Fenômeno resultante de múltiplas ações que quebram a inércia do subdesenvolvimento e promovem mudanças econômicas e sociais no território.
121	Dimensão ambiental	Compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade.
122	Dimensão econômica	Resultados econômicos, com adequados níveis de eficiência através da capacidade de usar e articular fatores produtivos para gerar oportunidades de trabalho e renda.
123	Dimensão político-institucional	Novas institucionalidades que permitam a construção de políticas negociadas com agentes públicos.
124	Dimensão sócio-cultural	Maior equidade social através da participação do cidadão na construção de infra-estrutura social, redução de distâncias sociais.

Quadro 7(3): Mapa de codificação
Fonte: pesquisa direta, 2008

Os dados foram codificados a partir do material textual das entrevistas, utilizando-se o *software* Atlas/ti na versão 5.2, ferramenta que auxilia grandemente o pesquisador na

atribuição de significados ao texto (BANDEIRA-DE-MELLO, 2006). A lista de codificação dos dados pode ser vista no Anexo 2. O Atlas/ti faz parte da família *Computer-Assisted Qualitative Data Analysis Software* – CAQDAS, que disponibiliza *softwares* de apoio para a busca, organização, categorização e registro das interpretações (BANDEIRA-DE-MELLO, 2006). A partir da fala dos empreendedores foi elaborada a tabela 1(3), que mostra a freqüência dos temas que emergiram dos documentos primários (entrevistas).

Tabela 1(3): Frequências das dimensões de análise

10	**Capital Social**	**Freq.**	**%**
101	Confiança	**7**	50,00
102	Cooperação	1	7,14
103	Reciprocidade	4	28,57
104	Solidariedade	2	14,28
	Sub-total	**14**	**4,80**
00	**Ausência de capital social**	32	11,00
11	**Empreendedorismo**		
111	Inovação	12	10,34
112	Disposição para o risco	13	11,21
113	Aprendizagem	13	11,21
114	Rede de relações	21	18,10
115	Visão	25	21,55
116	Spin-off	32	27,59
	Sub-total	**116**	**39,87**
12	**Desenvolvimento local**		
121	Dimensão ambiental	16	12,40
122	Dimensão econômica	79	61,24
123	Dimensão político-institucional	29	22,48
124	Dimensão econômica	5	3,88
	Sub-total	**129**	**44,33**
	Total	**291**	**100**

Fonte: pesquisa direta, 2008

Bandeira-de-Mello (2006) considera que há uma demanda reprimida por informações, experiências e avaliações do uso de *softwares* em pesquisas qualitativas, assim, é importante acrescentar que a vivência com o *software* contribuiu para minimizar a influência de valores e representações pessoais na interpretação dos achados, tendo em vista que nas ciências sociais existe envolvimento forte com o senso comum.

De acordo com Vergara (2006, p. 257), “no âmbito das ciências sociais, a triangulação pode ser definida como uma estratégia de pesquisa baseada na utilização de diversos métodos

para investigar um mesmo fenômeno". Assim sendo, os diferentes instrumentos e técnicas de coleta de dados, como a entrevista semi-estrutrada, a observação sistemática e a análise de documentos, utilizados nessa pesquisa, possibilitaram o emprego de triangulação dos dados. A finalidade da triangulação foi intensificar a expressividade dos dados reunidos por meio das diferentes técnicas, bem como ser uma alternativa para a validação da pesquisa (FLICK, 2004, DENZIN, 1989). A fidedignidade sincrônica, proposta por Kirk e Miller (1986) para legitimação da pesquisa qualitativa, foi garantida por meio do uso simultâneo de vários instrumentos de observação. Além da triangulação, contribuiu para a validação da pesquisa, o processo de auditoria externa (LINCOLN; GUBA, 1985) na compilação dos dados, realizado pelo orientador e por duas colegas do curso de doutorado.

Por fim, durante toda a pesquisa foi observado o que Wright Mills (1969) denomina "artesanato intelectual", ou seja, a pesquisadora executou um trabalho de artesã, coletando e arquivando dados, tomando notas bibliográficas e anotando todos os eventos não rotineiros, que contribuíram para a construção e ampliação do conhecimento em torno do fenômeno em pauta.

3.5 Limitações da pesquisa

De acordo com Minayo (2007, p. 60), "o valor da pesquisa qualitativa não é reconhecido integralmente nem dentro das ciências sociais", porque não existem critérios explícitos que definam o que seja uma "boa prática" (BAUER; GASKELL, 2002). A ausência de critérios objetivos de "boa prática" provoca uma sensação de insegurança, o que levou a pesquisadora a prolongar a coleta e estender o limite do ponto de saturação.

A bibliografia sobre pesquisa qualitativa é relativamente extensa, porém é repetitiva e, poucas informações realmente novas são encontradas. Algumas vezes tem-se a sensação de

um “pesadelo didático”, devido a pouca clareza na literatura para os procedimentos que devem guiar a pesquisa (BAUER, GASKELL; ALLUM, 2002, p. 27).

Há também carência em relação a dados sobre municípios no Brasil. As bases disponíveis de dados municipais são os censos demográficos do IBGE e os PIBs municipais do IPEA, ambos referentes ao período 1991-2000. A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, contém poucas informações econômicas e registra apenas dados das empresas formalizadas, o que a torna de pouca utilidade em um cenário no qual o índice de informalidade atinge 90% dos negócios, como ocorre em Toritama.

Por fim, procurou-se amenizar essas limitações observando os indicadores de qualidade em pesquisa qualitativa, propostos por Bauer e Gaskell (2002), a saber: fidedignidade no ponto de saturação, construção do *corpus*, triangulação de técnicas, transparência nos passos da pesquisa e descrição clara e detalhada do caso.

4 A indústria têxtil e da confecção

O *locus* deste estudo foi o município de Toritama, que vem se sobressaindo no cenário pernambucano como o segundo produtor de peças jeans no Brasil, de acordo com o Diário de Pernambuco (2004) e com Sebrae (2006). Assim sendo, neste tópico é mostrado um breve histórico da indústria têxtil, sua origem e trajetória no Brasil, com ênfase no algodão como matéria-prima do jeans, seguido pela apresentação da indústria da confecção e da moda, os elos finais da cadeia têxtil.

4.1 A indústria têxtil e o algodão: origem e trajetória no Brasil

Entre os IV e III milênios antes de Cristo os povos do Egito, da Mesopotâmia e da Índia utilizavam utensílios de ferro e confeccionavam tecidos. Nesse período, "o tecido era obtido pela trança de fios amarrados em dois pedaços de vara e esticados, atravessando-os com outros fios, formando a trama" (LIMA, 1961, p.11).

Ashton (1974, p. 50) aponta que "em toda parte do mundo, os têxteis foram um dos mais antigos ramos da economia camponesa". Todas as civilizações fizeram uso de vestimentas, quer por motivo moral (pudor em mostrar partes do corpo), geográfico (condições climáticas) ou social (exibição de *status*). Até meados do Século XV, a indústria têxtil se fazia em casa, e o propósito da produção era simplesmente o de satisfazer as necessidades domésticas; os próprios membros da família tosquiavam, fiavam, teciam e costuravam suas roupas (HUBERMAN, 1972).

Na Idade Média, o progresso das cidades possibilitou aos artesãos oportunidade de abandonar a agricultura e viver de um ofício. Naquela época, de acordo com Huberman (1972),

> não era necessário muito capital para abrir um negócio. Uma sala da casa em que morava servia ao artesão como oficina de trabalho. [...] A unidade industrial típica da Idade Média era essa pequena oficina, tendo um mestre como empregador em pequena escala, trabalhando lado a lado com seus ajudantes. E não só esse mestre artesão produzia os artigos que tinha de vender, como também era ele mesmo que realizava a venda. Numa parede da oficina costumava haver uma janela aberta para a rua, onde se penduravam os artigos à venda e se realizava a venda mesma (p. 62-63).

O agrupamento dos trabalhadores que dominavam o mesmo ofício: aprendizes, jornaleiros ou mestres, originou as corporações que, além de proteger socialmente seus membros, detinham o controle direto da indústria.

Entretanto, um surto de transformações relacionadas à inovação tecnológica, à substituição das ferramentas pela máquina, da oficina pela fábrica e do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado, desenvolvidas principalmente em relação à indústria têxtil inglesa, veio mudar radicalmente essa situação. Foi a chamada Revolução Industrial, expressão cunhada por Arnold Toynbee que designa o conjunto de transformações que alteraram a vida da Europa ocidental durante a segunda metade do Século XVIII e por quase todo o Século XIX (COTRIM, 1996, p. 225). Segundo Ashton (1974), inovações de toda a espécie, na agricultura, nos transportes, na indústria, no comércio e nas finanças, despontaram com uma rapidez sem paralelo em qualquer outra época ou região.

Pode-se considerar que as transformações que ocorreram nesse período foram constantemente evoluindo, tendo em vista que “a Revolução Industrial não foi um episódio com um princípio e um fim. Não tem sentido perguntar quando se ‘completou’, pois sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou norma desde então” (HOBSBAWM, 1977, p.38). Porém, data desse período a transformação do capitalismo comercial em

capitalismo industrial e pode-se constatar o que Schumpeter (1961) denomina o “processo evolutivo” do capitalismo:

> O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de transformação econômica e não, apenas, reveste caráter estacionário, pois jamais poderia tê-lo. [...] O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista (SCHUMPETER, 1961, p. 105).

Mais do que uma revolução, pode-se considerar que o que ocorreu na Inglaterra, a partir do Século XVIII, foi um processo inexorável de mudanças sociais, políticas, técnicas e econômicas que redundaram no desenvolvimento de uma nação rica e poderosa, praticamente sem concorrentes, em uma Europa ainda em desenvolvimento e dilacerada por guerras localizadas.

Expandindo seu império além mar, as possessões inglesas tornaram-se mercado tanto importador quanto exportador e a riqueza da Inglaterra superou a de qualquer outra nação do mundo ocidental. As condições propícias, como a mão-de-obra em quantidade e com baixo custo, a agressiva expansão do comércio marítimo, a abundância de capital a uma taxa de juros baixa, possibilitaram avanços tecnológicos - como a invenção de máquinas - e organizacionais, como o desenvolvimento das fábricas.

Como potência industrial dominante, a Inglaterra impôs a alguns países europeus acordos de comércio. Com Portugal, foi assinado, em 1703, o Tratado de Methuen, estipulando que mercadorias de lã entrassem em Lisboa e no Porto livres de taxas e, em troca, favorecendo os vinhos portugueses no mercado inglês (MAXWELL, 1996). O Tratado de Methuen foi o resultado de diversos tratados e convenções firmadas, desde 1642, e que foram sempre mais favoráveis à Inglaterra do que a Portugal e suas colônias:

> O tratado se reduz a garantir a exportação de vinhos portugueses, mediante redução de direitos, e a, em contrapartida, permitir a entrada dos lanifícios ingleses. O aparente singelo ajuste – discutido, na sua conveniência, pelos dois países, obra de trapaçaria, de traição e de astúcia, ou de sabedoria – desestimula a agricultura portuguesa de cereais, comprimida aos vinhos, e

> abre o mercado português às indústrias inglesas, quebrando a nascente manufatura de estufa do reino (FAORO, 2001, p. 265).

Como colônia de Portugal, o Brasil sofreu de maneira significativa a influência do poderio inglês no processo de industrialização, tornando-se prioritariamente um exportador de produtos agrícolas em detrimento da possibilidade de se tornar um fabricante de bens manufaturados.

Após o descobrimento, a primeira riqueza que os colonizadores portugueses exploraram na nova terra foi o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), ou, na língua indígena, *ibirapitanga* e *arabutã.*

> Este que os asy amdaua afastando trazia seu arco e seetas e amdaua tjmto de timtura vermalha pelos peitos e pernas ataa baixo eos vazios com abarriga e estamego era da sua propia cor e a timtura era asy vermelha que aagoa lha na comya nem desfazia ante quando saya daagoa era mais vermelho [2] (CAMINHA, 2003, p. 49).

Identificada na carta de Pero Vaz Caminha, enviada ao rei de Portugal, D. Manuel I, a exploração do pau-brasil está diretamente relacionada à indústria têxtil no que diz respeito ao tingimento de panos, pelo menos até aproximadamente 1826, quando o advento da indústria de anilina afetou negativamente o valor da árvore símbolo do Brasil. De acordo com Bueno (2003, p. 34), "o pau-brasil tingia linhos, sedas e algodões, concedendo-lhes um 'suntuoso tom carmesim ou purpúreo': a cor dos reis e dos nobres. [...] A partir do século XVI, praticamente todos os tecidos produzidos em Flandres e na Inglaterra passaram a ser coloridos pelo pau-de-tinta brasileiro". Antes mesmo da Revolução Industrial, a indústria têxtil inglesa já se tornara grande propulsora da economia européia e estava aberta, ao mercado, para as roupas tingidas pela polpa do pau-brasil, árvore extraída aos milhões no litoral da Bahia e de Pernambuco.

---

[2] Este que os assim andava afastando trazia seu arco e setas, e andava tinto de tintura vermelha pelos peitos, espáduas, quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram de sua própria cor. E a tintura era assim vermelha que a água a não comia nem desfazia, antes, quando saía da água, parecia mais vermelha.

Durante aproximadamente trezentos anos, o Brasil foi para Portugal uma colônia de exploração, tornando-se um mercado exclusivo para a importação de produtos da Europa. Como colônia, forçosamente o Brasil deveria produzir apenas produtos do interesse comercial da metrópole:

> Assim, o Brasil e as demais colônias de exploração importavam da Europa – pelo maior preço possível – todos os produtos que a burguesia desejava vender. E, na outra mão de direção, exportavam para a Europa – pelo menor preço possível – somente os produtos que a burguesia desejava comprar (COTRIM, 1995, p. 27).

Seguiram-se ao pau-brasil, a produção de açúcar e tabaco (século XVII), de ouro, prata e pedras preciosas (século XVIII) e do algodão (terceiro quartel do século XVIII). O algodão nativo já era conhecido nas Américas pelas civilizações e culturas pré-colombianas (incas, maias, astecas, tupi-guarani). É possível que, no seguinte texto, Caminha (2003, p. 55) esteja se referindo a um tecido de algodão: "tam bem andaua hy outa molher moça com huu menjno ou menjna no colo atado com huu pano nõ sey deque aos peitos."[3]

No Brasil, o algodão foi inicialmente cultivado para ser utilizado na fabricação de panos grosseiros, que serviam para confeccionar vestimentas para os escravos e para as classes mais pobres da população. De acordo com Prado Júnior (1998, p. 81), "até o terceiro quartel do séc. XVIII, quando começa a ser exportado regularmente, o algodão nada mais representa que uma insignificante cultura de expressão local e valor mínimo".

O surto algodoeiro no Brasil, mais especificamente no Maranhão, esteve diretamente relacionado à guerra de independência das colônias inglesas na América do Norte. Os Estados Unidos exportavam algodão para alimentar a indústria mundial têxtil, mas, com a Guerra de Secessão (1861 - 1865), o fluxo exportador norte-americano foi interrompido, o que tornou o algodão um produto escasso e desorganizou a fabricação de fios, linhas de coser e tecidos

[3] Também andava aí outra mulher moça, com um menino ou menina ao colo, atado com um pano não sei de quê aos peitos.

britânicos. O comércio mundial do algodão bruto foi sobremaneira prejudicado (MELLO, 1983), o que possibilitou a implantação da cultura algodoeira no Brasil.

Caracterizado durante quatrocentos anos por uma economia agroexportadora baseada em algumas poucas *commodities* agrícolas (açúcar, algodão, café, borracha), o Brasil é um país com processo tardio de industrialização, implementado apenas a partir de 1930, com base em um modelo de substituição de importações (GREMAUD, VASCONCELLOS, TONETO JR, 2006).

O modelo de substituição de importações estabeleceu uma industrialização fechada, ou seja, uma indústria voltada para dentro, que visava ao atendimento apenas do mercado interno, dependente de medidas protecionistas por parte do Estado, principalmente por meio de barreiras para evitar a importação. Essa situação diminuiu a competitividade da indústria brasileira que, protegida pelas benesses públicas, não precisava disputar o mercado com produtos estrangeiros.

Como em todos os setores econômicos, as atividades produtivas da indústria têxtil foram internalizadas; os índices de produtividade eram baixos e não havia qualquer investimento em tecnologia de ponta (GORINI, 2000). Com a abertura do mercado e a redução das barreiras comerciais, a partir da década de 1990, o setor têxtil foi fortemente impactado pela competição externa. O modelo de substituição de importações, associado à instabilidade macroeconômica da década de 1980, fez com que a indústria têxtil apresentasse um alto grau de obsolescência em todos os processos produtivos (GARCIA, 1993).

A abertura do mercado levou a uma grande redução no número de unidades fabris em todos os segmentos da cadeia têxtil. Foram encerradas as atividades de unidades fabris ineficientes, cresceu em 86,88% a quantidade de falências nos setores de vestuário, calçados e artefatos de tecidos e a queda no índice de emprego, no segmento do vestuário, correspondeu a 40,6%, somente no estado de São Paulo, no período de 1993 a 1995 (IEMI). A queda na

quantidade de empregos diretos deveu-se à modernização, tanto nos processos de produção como no maquinário, pelo qual passaram as unidades fabris que sobreviveram.

É interessante observar que o processo de modernização, por mais traumático que possa ter sido em termos de falências, fusões, aquisições e desemprego, não afetou negativamente a produtividade. Em todos os processos produtivos da cadeia têxtil houve aumento significativo de produtividade (IEMI), inclusive na produção de tecido de algodão, matéria-prima para a confecção do *jeans*.

Na cadeia têxtil, apenas o segmento da confecção não acompanhou o processo de modernização, tendo a unidade básica de produção permanecido assentada no binômio homem/máquina.

4.2 Confecção e moda: elos finais da cadeia têxtil

A indústria de confecção não teve o impacto sócio-econômico das outras fases da cadeia têxtil, possivelmente porque, "a fabricação de vestuário, como diferente da tecelagem, era relativamente reduzida e pouco importante, pois a maior parte das famílias fazia os seus próprios fatos ou empregava costureiras que trabalhavam com salários inacreditavelmente baixos" (ASHTON, 1974, p. 53).

A cadeia têxtil produtiva é formada por fiação, tecelagem, malharia, acabamento / beneficiamento, confecção e moda, sendo esta última, recentemente, incorporada ao processo. A partir de meados do século XVIII, todos os segmentos da cadeia têxtil acumularam inovações técnicas tornando-se capital-intensivas; somente a indústria da confecção permaneceu trabalho-intensiva.

A modernização do setor têxtil não foi acompanhada pelo segmento de confecção. De acordo com Keller (2004), inovações técnicas no setor de confecção ocorreram apenas nas

fases anteriores a costura: no *design* com o uso do sistema CAD / CAM (*Computer Aided Design / Computer Aided Manufacturing*), no marketing e no corte do tecido.

Enquanto o maquinário dos processos da cadeia têxtil tornou-se crescentemente sofisticado, estima-se que cerca de 30% dos teares instalados no mundo são do tipo mais moderno, sem lançadeira (VERRET, 1998), a indústria da confecção ainda utiliza processos pouco automatizados e depende basicamente do trabalho humano. O binômio máquina de costura / costureira(o) ainda é a unidade básica de produção na indústria da confecção, seja na empresa, micro, pequena, média ou grande, seja na produção artesanal caseira.

A máquina de costura foi patenteada por Isaac M. Singer, em 1851, e mantem-se, até os dias atuais, com poucas alterações técnicas (manivela, pedal, motor, programável), embora tenha possibilitado a produção em massa de vestuário. Inovações mais significativas foram quanto aos tipos de operação realizada, como costura reta, *zig-zag*, curvas e tarefas específicas, como, por exemplo, pregar botões. Como instrumento de trabalho, a máquina de costura pode ser considerada precursora da emancipação feminina, pois possibilitou à mulher ganhos extras para aumentar a renda e, muitas vezes, até para prover o sustento da família.

A indústria de confecção existe em praticamente todos os países e é a primeira a ser implantada em um país que se direciona para a industrialização (BONACICH *et al*, 1994), embora não requeira empregados com educação formal elevada e nem com qualificação profissional obtida por meio de cursos específicos. Muitas vezes o ofício de costurar é repassado de mãe para filha, sendo a costura uma atividade predominantemente feminina, que pode ser executada no espaço privado da casa.

Por ser um segmento intensivo em mão-de-obra, com poucas inovações técnicas, a indústria da confecção caracterizou-se desde sempre pela utilização de diferentes formas de subcontratação, inclusive do trabalho a domicílio. A subcontratação é um modelo de produção que visa a aumentar a flexibilização e, sua aplicação na indústria, tem levado a uma

proliferação de micros e pequenas empresas informais (YPEIJ, 1998). Além do crescimento da informalidade, principalmente no setor de vestuário, outra característica da subcontratação é, de acordo com Hirata (1998), a reprodução de condições desiguais de trabalho entre homens e mulheres, os primeiros assumindo as atividades quando estas se tornam tecnologicamente mais sofisticadas, como, por exemplo, a atividade do corte.

A subcontratação, no setor de confecção, é também chamada facção, que se refere, na maioria das vezes, às atividades realizadas em firmas especializadas em algumas fases da produção. A facção tanto pode ser industrial, quanto domiciliar.

Goulart e Neto (1998) classificam a indústria da confecção em dois tipos:

- **Vestuário padrão**: engloba a produção de artigos padronizados, não muito sujeitos à oscilação da moda e se caracteriza pelo grande volume de vendas, tendo seu conceito de qualidade fortemente associado à durabilidade.
- **Vestuário de moda**: abrange outros artigos cuja produção é fortemente segmentada em pequenos lotes e obedece a desenho, cores, formas, estrutura e detalhes, ditados pelas tendências da moda.

As primeiras manifestações da moda, de acordo com Braudel (2005), ocorreram na Europa, por volta do ano de 1350, quando diferentes modelos de vestuário começaram a surgir e sofrer modificações com regularidade. Até então, os estilos de vestir-se eram relativamente estáveis e passaram séculos sem quaisquer modificações, como o vestuário de japoneses e chineses e dos camponeses em quase todos os países da Europa (VEBLEN, 1988). No final da Idade Média o vestuário na sociedade européia passou de túnicas sem feitios para peças ajustadas ao corpo, feitas sob medida, e seguindo o estilo de roupas usadas nas cortes e nas classes mais altas (CRANE, 2006). A moda começou a nascer neste período.

Fenômeno estudado pelas Ciências Sociais, situado em uma seara entre a arte e o ofício, o tema da moda só recentemente vem ocupando um lugar central nas reflexões de artistas e intelectuais empenhados em desvendar a dinâmica da modernidade (BUENO, 2006).

Brandini (2007) aponta que o advento da moda como produção pós-artesanal ocorreu no Século XIV e, até meados do Século XX a moda era um elemento substancial da definição de classes e categorias sociais, tanto que, em alguns países, "leis suntuárias[4] especificavam os tipos de material e ornamentos que podiam ser usados por membros de diferentes classes sociais" (CRANE, 2006). Nesse sentido, Veblen (1988) observou que:

> O nosso traje está sempre em evidência e proporciona logo à primeira vista uma indicação da nossa situação pecuniária a todos quantos nos observam. É também verdade que o dispêndio confesso para fins de ostentação está mais visivelmente presente, e é talvez mais universalmente praticado, em assuntos de vestuário do que em qualquer outro setor do consumo (VEBLEN, 1988, p. 77).

O Século XX foi um período de transformações indeléveis para a humanidade. A civilização opôs-se a barbárie, a física quântica à newtoniana, a química moderna incorporou as estruturas dissipativas, o determinismo deu lugar a complexidade, a certeza tornou-se incerteza, a rigidez tornou-se flexível e o duradouro tornou-se efêmero.

O valor da moda como produção de bens materiais situa-se no campo do efêmero (BRANDINI, 2007). Efêmero é palavra que acompanha a moda. "Fazer moda não é somente desclassificar a moda do ano anterior, mas desclassificar os produtos daqueles que faziam moda no ano anterior, portanto, desapossá-los de sua autoridade sobre a moda" (BOURDIEU; DELSAUT 2006, p. 137). Nesse sentido, a moda procura sempre uma nova linguagem para destruir a anterior, serve de ferramenta para gerações atuais contraporem-se as precedentes, patrocina uma ruptura com o tradicional, já não é somente uma maneira de diferenciar classes sociais, mas de identificar "tribos" que procuram, por meio do modo de vestir-se, consolidar um discurso.

---

[4] Leis excepcionais cujo objetivo era restringir os gastos e despesas excessivas dos cidadãos.

O jeans é uma peça que possibilitou esse sentido de contestação, mas que vem mantendo uma curva de crescimento ascendente há aproximadamente 150 anos. Não tendo a característica de efemeridade, o jeans pode representar com clareza o que Bourdieu e Delsaut (2006, p. 148) consideram uma "operação de alquimia social que constitui o aparelho de consagração e de celebração capaz de produzir e manter o produto e a necessidade desse produto".

Palavras sinonimizadas, jeans, denim e índigo têm origens e etimologias diferentes. A palavra jeans nasceu no século XVI, em Gênova, pois os marinheiros usavam um uniforme confeccionado com um tecido azul rústico de algodão, que chamavam de *genes*, abreviação da palavra "genoveses" (GORINI, 1999). É provável que a palavra denim tenha se originado no século XVII, a partir da expressão *serje de Nimes (de Nim),* que designava um tipo de "pano grosso de algodão azul, semelhante ao tecido tradicional dos nossos aventais de cozinha, que servia para o vestuário popular no sul da França" (BRAUDEL, 2005, p. 295). O índigo é um corante vegetal conhecido pelos indianos há mais de cinco mil anos, sendo utilizado para tingir de azul algumas fibras naturais, como a lã e o algodão.

Peça criada no século XIX, por Levi Strauss, a calça jeans faz parte do cotidiano das pequenas, médias e grandes cidades. Artistas de cinema criaram uma imagem de rebeldia vestindo jeans. O movimento *hippie* a utilizou como um discurso de contestação aos valores vigentes. A geração *baby-boom* a elegeu como uniforme. A calça jeans tornou-se um "valor duradouro", pois tem assegurado, de forma duradoura, um mercado econômico e / ou simbólico (BOURDIEU; DELSAUT, 2006).

O Brasil é o quarto produtor mundial de tecido denim e o quarto consumidor de peças em jeans. Após a abertura do mercado houve grande concentração da produção no segmento têxtil, com poucas empresas de grande porte intensivas em capital. Com a confecção ocorreu

o inverso: grande pulverização entre empresas, de diferentes portes, e um deslocamento da produção para o Nordeste (GORINI, 2000).

E foi justamente no Nordeste, no menor município do estado de Pernambuco, que emergiu a “capital do jeans”, responsável por 16% da produção nacional (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2004; SEBRAE, 2006) e localizada em uma região de pedras que lhe deu o nome: Toritama, *locus* desta pesquisa.

5 Análise dos dados

Em uma pesquisa qualitativa, não existe um modo único de apresentar a análise dos dados (LOFLAND, 1974) assim, a opção escolhida foi a forma narrativa, alicerçada em uma "descrição densa" (GEERTZ, 1989), pois o esforço intelectual exigido pela densidade está intimamente entrelaçado com a interpretação.

De acordo com Zaoual (2006, p. 25), "é incontestável que as pesquisas sociais voltam-se cada vez mais para os contextos nos quais agem os atores" então, neste capítulo são descritos os resultados da pesquisa, obtidos em dez encontros, iniciados no mês de janeiro de 2007 e encerrados em janeiro de 2008, com o campo, o município de Toritama, contexto no qual agem os atores. A partir do *locus*, é apresentada a análise do caso que suscitou o problema de pesquisa e os objetivos do estudo, pois "entre a observação empírica e o conhecimento científico não há ruptura" (BARBIER, 1985, p. 70).

5.1 *Locus* da pesquisa: Toritama, a "capital do jeans"

No segundo canto de *Morte e Vida Severina*, Melo Neto (1993, p. 73) se refere à Toritama e é a partir daí que a cidade, *locus* da pesquisa, é contextualizada.

> [...]
> - Onde a caatinga é mais seca,
> Irmão das almas,
> Onde uma terra que não dá
> Nem planta brava.
>
> [...]
> - Ter uns hectares de terra,
> Irmão das almas,
> De pedra e areia lavada
> Que cultivava.

- Mas que roças que ele tinha,
Irmãos das almas
Que podia ele plantar
Na pedra avara?

- Nos magros lábios da areia,
Irmão das almas,
Os intervalos das pedras,
Plantava palha.

[...]
- Ao cemitério de Torres,
Irmão das almas,
Que hoje se diz **Toritama**,
De madrugada.

- E poderei ajudar,
Irmãos das almas?
Vou passar por **Toritama**
É minha estrada.

[...]
- **Toritama** não cai longe,
Irmãos das almas,
Seremos no campo santo
De madrugada.

O agreste pernambucano é uma região inóspita, a caatinga é seca e a terra pouco dá, pois é formada de "pedra e areia lavada". O solo é arenoso, pedregoso e rochoso e na "pedra avara", poucas são as lavouras que sobrevivem.

Além da palha, plantada nos "magros lábios da areia" encontrada nos intervalos das pedras, foi cultivado na região, a partir do Século XVIII, o algodão. A cultura algodoeira contribuiu para melhorar a renda da população e possibilitou o desenvolvimento de núcleos urbanos, pois era cultivado tanto por latifundiários quanto por pequenos produtores (ANDRADE, 1980).

Um desses núcleos urbanos desenvolveu-se a partir de uma fazenda chamada Torres, de propriedade de João Barbosa. Em meados do Século XIX foi construída uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, em terra doada por João Barbosa, na margem

esquerda do rio Capibaribe. No entorno da capela, José Cabral construiu a primeira casa e, em 1868, o nascente lugarejo possuía vinte casas de taipa (SILVA, 1994). É possível que a denominação da fazenda seja devido a uma das grandes pedras próximas, que se assemelha a uma torre, como se pode observar na figura 6(5).

Figura 6 (5): Torre de pedra na entrada de Toritama
Fonte: pesquisa direta, 2007

Em 1925, por solicitação do bacharel João Jorge Pereira Tejo, o pequeno núcleo populacional de Torres foi transformado em distrito do município de Vertentes. Treze anos depois, em 1938, o distrito passou a pertencer ao município de Taquaritinga do Norte.

A divisão territorial judiciária administrativa do estado de Pernambuco foi estabelecida pelo decreto-lei estadual nº 952, de 31 de dezembro de 1943, e alterou a denominação do distrito de Torres para Toritama, palavra que, em língua indígena, significa região de pedra. Após dez anos, em 29 de dezembro de 1953, foi criado o município de Toritama, por meio da lei estadual nº 1818 (SILVA, 1994). Menor município do estado de Pernambuco, ocupando uma área de 31 km² na zona do Agreste e distante de Recife 162 km,

Toritama seria apenas mais uma pequena cidade do Nordeste brasileiro fadada ao fracasso e ao descaso governamental.

Com o fim do ciclo algodoeiro, a topografia altamente irregular, as condições desfavoráveis do solo, o clima semi-árido e a reduzida extensão territorial do município dificultavam a atividade agro-pecuária e, sob influência de Caruaru, cidade limítrofe, os toritamenses desenvolveram o ofício de fabricar calçados de couro, comercializados na grande feira daquela cidade.

A Secretaria de Desenvolvimento de Pernambuco considera Caruaru, maior cidade do Agreste, uma cidade pólo, visto que exerce grande influência econômica sobre 40 municípios, em um raio de 100 quilômetros, incluindo Toritama. Com localização geográfica privilegiada, passagem obrigatória entre o sertão e o litoral, Caruaru tornou-se, inicialmente, um entreposto de parada do gado, agregando diversas propriedades agro-pastoris em seu entorno. Assim, nasceu em Caruaru, para compra, venda e troca de todo e qualquer tipo de mercadoria, aos que passavam pela cidade, uma grande feira livre. A sobrevivência do povo toritamense passou a depender diretamente da feira de Caruaru, para onde os produtores se dirigiam com o intuito de vender os calçados, fabricados artesanalmente com o couro adquirido nos curtumes da região. Assim, a partir de 1930, teve início a produção de calçados em Toritama e a cidade foi pólo calçadista de destaque, no Agreste, até o final da década de 1970.

A partir do início da década de 1980 houve acentuado crescimento do mercado para calçados de plástico e, também, de modelos para a prática de esportes (tênis), o que diminuiu acentuadamente a demanda pelo calçado de couro fabricado artesanalmente em Toritama: “o calçado acabou em Toritama porque quando começou a concorrência a gente era muito desunido” (Entrevistado 2, linhas 15-16).

O precursor da nova atividade, a confecção de jeans, foi o ex-fabricante de calçados Eudes Florentino da Silva, o Eudinho, empreendedor que iniciou o novo negócio em 1979, a

partir de sobras desse tecido adquiridas no vizinho município de Santa Cruz do Capibaribe (Entrevistados 3, 5, 6 e 8). Os fabricantes de Santa Cruz do Capibaribe compravam, em São Paulo, no chamado sistema de "casca e nó", fardos fechados, vendidos no peso, com pedaços de diferentes tipos de tecidos. Especializados em confeccionar peças com tecidos mais leves (helancas, malhas, lycra), esses fabricantes desprezavam os pedaços de jeans. Em uma visita a Santa Cruz, Eudinho encontrou uma saia jeans muito barata, que comprou para a esposa. Como toda a vizinhança gostou da saia, Eudinho identificou uma oportunidade de negócio e pediu para a esposa tentar copiar o modelo. Voltou a Santa Cruz e comprou mais sobras de jeans, que serviram para fazer 20 saias. Levou-as para a Feira de Caruaru e vendeu todas. Com sua visão empreendedora, Eudinho passou da fabricação do calçado de couro à confecção de jeans. Aproveitando-se também de uma competência adquirida, pois antes da lavagem o jeans é um pano grosseiro e o seu corte assemelha-se ao do couro, Eudinho usou as mesmas ferramentas e duplicou sua produção. As primeiras máquinas de costura do tipo *overlock* que chegaram em Toritama foram compradas por ele.

Desde então, esse nicho vem mudando a paisagem sócio-econômica de Toritama. Produzindo aproximadamente dois milhões, ao mês, de peças jeans, não há desemprego no município, a renda *per capita* é quatro vezes mais elevada do que no estado de Pernambuco e a posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que utiliza, como variáveis, a renda, a educação e a longevidade, saltou do 34º do lugar para o 11º lugar no *ranking* dos municípios pernambucanos (FURTADO, 2007). Dentre os 185 municípios pernambucanos, Toritama ocupa a sexta colocação no IDH municipal na variável renda. Na tabela 2 (5), a seguir, é possível observar a evolução nos índices do IDH de Toritama.

Tabela 2 (5)- Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 1991-2000

IDH-Município		IDH-M (Renda)		IDH-M (Longevidade)		IDH-M (Educação)	
1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
0,643	0,670	0,632	0,653	0,709	0,728	0,588	0,628

Fonte: PNUD, 2007

O crescimento da população, fruto da perspectiva de trabalho, pode ser observado na tabela 3(5). Os valores para os anos de 2004, 2005 foram estimados por interpolação e para 2007 e 2008 por extrapolação.

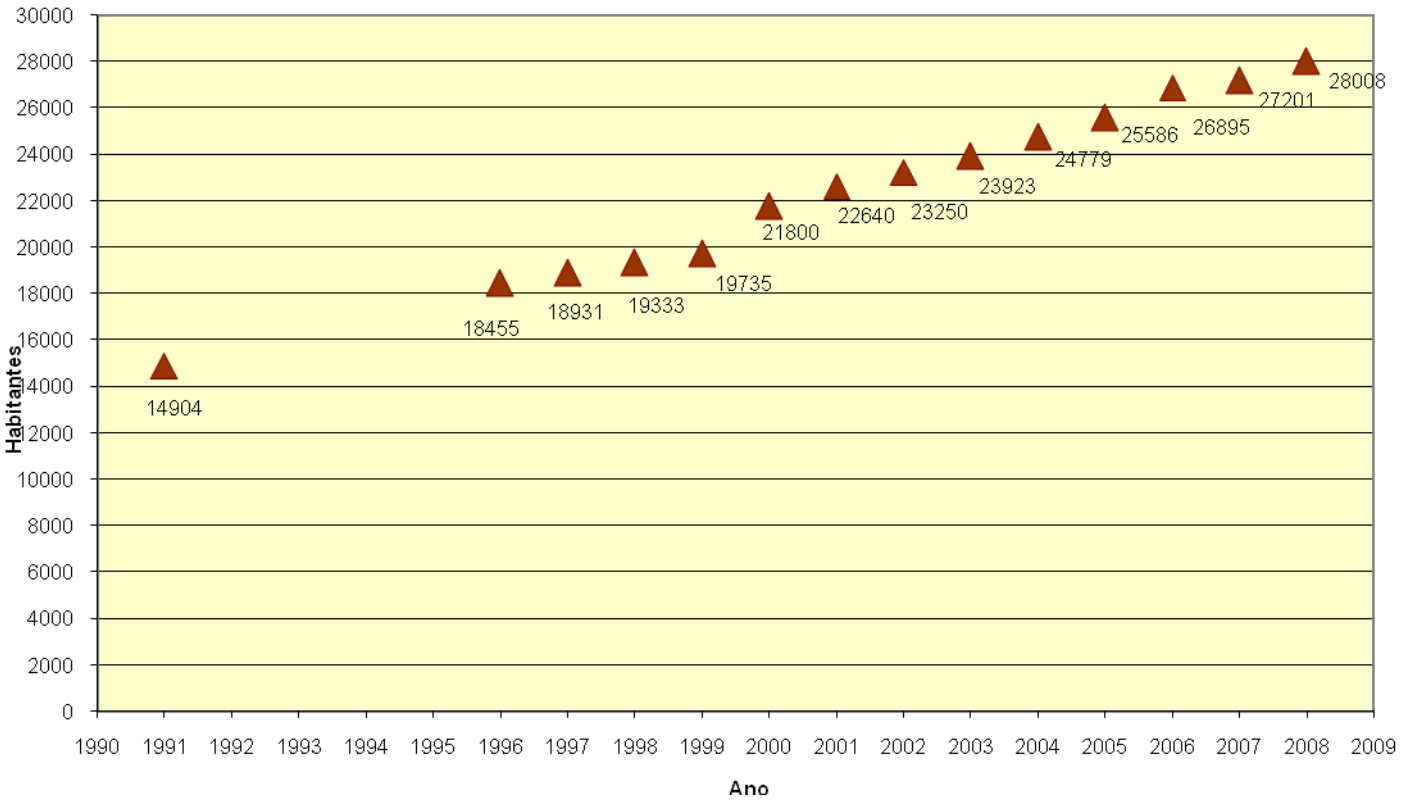
Tabela 3 (5) - Evolução da população de Toritama (1970-2008)

Ano	População
1970	9.382
1980	8.619
1991	14.904
1996 (contagem)	18.455
1997	18.931
1998	19.333
1999	19.735
2000	21.800
2001	22.640
2002	23.250
2003	23.923
2004	24.779
2005	25.586
2006 (estimativa)	26.895
2007	27.201
2008	28.008

Fonte: IBGE, 2007

O gráfico 1(5), a seguir, possibilita uma melhor visualização do crescimento populacional, ininterrupto no município, a partir de 1990.

Gráfico 1(5): Série População de Toritama estimando anos de 2004,2005, 2007 e 2008



Fonte: Adaptado de IBGE, 2007

É importante observar que a população, em Toritama, é predominantemente urbana, 97% dos habitantes residem na cidade. A população rural vem apresentando taxa de crescimento negativa (BALTAR; PINCOVSKY, 2004). De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 1991 a população rural de Toritama era de 1.156 habitantes e, no ano 2000, de 1.673 habitantes. Não se pode, portanto, atribuir o crescimento da população urbana ao êxodo rural no município, o crescimento urbano deve-se à oferta de trabalho que atrai pessoas das localidades próximas. Este fluxo migratório constante, em direção a Toritama, fez com que sua população crescesse, entre 1991 e 2000, 46,2%, enquanto em Pernambuco, no mesmo período, cresceu 11,1%.

Outros aspectos positivos, obtidos pela Fundação Getúlio Vargas – FGV indicam que Toritama possui a melhor coleta de lixo de Pernambuco, atingindo 92,77 dos habitantes e o menor número de pobres, com taxa de desemprego praticamente zero (FRANÇA, 2004).

Dados da Companhia de Recursos Minerais (CPRM, 2005) indicam que 93,53% dos domicílios particulares possuem banheiro e 75% são abastecidos pela rede geral de água. O quadro 8 (5), mostra dados que corroboram as informações anteriores e permitem algumas constatações, comentadas a seguir.

Setores de atividade	**Estabelecimentos**		**Empregados**	
	Nº	**(%)**	**Nº**	**(%)**
Administração pública direta e autárquica	2	0,18	661	19,93
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal e pesca	4	0,37	5	0,15
Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos e profissionais etc.	14	1,29	82	2,47
Comércio atacadista	55	5,06	92	2,77
Comércio varejista	512	47,06	424	12,78
Construção	8	0,74	34	1,03
Ensino	10	0,92	26	0,78
Indústria de borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	2	0,18	6	0,18
Indústria de química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabão, velas e material plástico	2	0,18	...	...
Indústria de calçados	3	0,28	...	...
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	11	1,01	20	0,60
Indústria de produtos minerais não metálicos	1	0,09	32	0,96
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	376	34,56	1288	38,83
Instituições de crédito, seguros e capitalização	3	0,28	18	0,54
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, rádio, televisão etc.	76	6,99	615	18,54
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1	0,09	2	0,06
Transportes e comunicações	8	0,74	12	0,36
Total	1.088	100,00	3.317	100,00

Quadro 8 (5): Número de estabelecimentos e de empregados no setor formal – 2005
Fonte: MTE/RAIS

Os dados confirmam a predominância da população urbana, tendo em vista que menos de um por cento dos habitantes exerce atividades relacionadas ao campo e ao extrativismo.

A importância da confecção de jeans para o município pode ser constatada na quantidade de estabelecimentos de comércio varejista (512) e da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido (376). Pode-se verificar que o número de empregados, no setor formal da economia, é de 3317, sendo que 1712 são empregados nestes estabelecimentos, o que equivale a 51,6% do total.

O agreste pernambucano já se caracterizou por ser uma região de acentuada migração para o Sudeste. Lyra (2003) observou que, a partir da década de 1980, o fluxo migratório inverteu-se e a região passou a receber migrantes de retorno, tendo como fator de atratividade a dinamização da economia, com a oferta de novas oportunidades de trabalho. Assim, não há como explicar que apenas 3317 indivíduos estejam empregados em uma população estimada em 25.586 (ver tabela 3(5), o que leva à inferência de que a maior parte dessa população está exercendo algum tipo de atividade informal.

A palavra 'informal' adjetivando a palavra 'trabalho' foi utilizada pela primeira vez num estudo da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre a economia no Quênia, na década de 1970, como característica do continente africano, em contraste com a sociedade salarial ocidental (BARBOSA, 2006). De acordo com a autora, a informalidade se caracteriza por:

a) Unidades produtivas baseadas no descumprimento de normas e legislação concernente a contratos, impostos, regulações e benefícios sociais;

b) Ocupações sem proteção social, garantias legais e estabilidade, sendo recorrente ainda o fato de serem atividades de baixa produtividade, sem estabilidade, baixos salários, quando não se realizam sem remuneração por ação de familiares e auto-emprego (BARBOSA, 2006, p. 95).

Algumas das características identificadas por Barbosa (2006) para a informalidade podem ser encontradas em Toritama, como as apresentadas no item (a). Outras não, como por exemplo, não há baixa produtividade (16% do jeans consumido no Brasil é feito na cidade) e o salário médio mensal é superior ao mínimo nacional, em torno de R$ 800,00 (estima-se que uma costureira receba, pelo menos, R$ 200,00 por semana).

Em relação à renda *per capita*, pode se observar no quadro 9 (5), abaixo, que Toritama apresenta renda significativamente mais elevada do que municípios similares em Pernambuco.

É importante salientar que o salário mínimo vigente na época era R$136,00 e que esses números referem-se a dados obtidos de empresas formalizadas. Nos negócios informais, o trabalhador recebe, em média, 25% a mais do que nas empresas formais.

Rank	**Municípios**	**População (2000)**	**Renda *Per Capita* (R$) (2000)**
1	**Toritama**	**21.800**	**195,27**
2	Trindade	21.930	178,13
3	Cupira	22.383	101,59
4	Altinho	22.131	83,88
5	Condado	21.797	80,01
6	Amaraji	21.309	79,13
7	Orobó	22.475	78,11
8	Macaparana	22.494	78,04
9	Quipapá	22.145	72,43

Quadro 9 (5): Renda p*er capita* dos municípios similares a Toritama, em Pernambuco
Fonte: IBGE, adaptado do Censo, 2000

A renda não somente é mais elevada, como também é melhor distribuída, como se pode observar na tabela 4(5), a seguir. O índice de Gini[5] mostra que a distribuição de renda em Toritama é mais equilibrada que no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco No período entre 1991-2000, a distribuição de renda melhorou acentuadamente.

Tabela 4(5): Índice de Gini de distribuição da renda

País, Região Geográfica, Unidade da Federação, Município	Ano	
	1991	2000
Brasil	0,636	0,609
Nordeste	0,647	0,617
Pernambuco	0,659	0,618
Toritama	0,521	0,457

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2008

Com o intuito de estimular a regularização dos negócios, o governo de Pernambuco sancionou a Lei nº 12.431, em 29 de setembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 25.963 e atualizada em 10 de junho de 2007. O objetivo da lei é estimular o comércio atacadista de tecidos e artigos de armarinhos e a indústria de confecção, por meio de uma sistemática especial de tributação para esses segmentos. Até a conclusão desta pesquisa, conhecedores da realidade local estimavam que 90% dos negócios, em Toritama, permaneciam na informalidade.

[5] O índice de Gini mede o grau de distribuição de renda entre os indivíduos em uma economia, em um intervalo que varia de zero a um. O índice zero indica perfeita distribuição e o índice um, perfeita desigualdade.

Apesar dos índices favoráveis e de estar mudando suas estrelas e construindo seu destino, Toritama ainda apresenta uma série de problemas, frutos da urbanização descontrolada, a exemplo do surgimento de casebres, em áreas ambientalmente frágeis, e do crescimento econômico estar levando à implantação desordenada de firmas no espaço urbano. A maioria das residências está diretamente envolvida no processo produtivo do jeans, seja com um fabrico na garagem, seja conciliando o trabalho doméstico, com uma atividade vinculada à confecção: "qualquer dona de casa, fazendo suas atividades normais, cozinhando, lavando, passando e cuidando dos filhos, chega a cortar a linha de 200 peças por dia, ganhando de 10 a 12 centavos por peça" (Entrevistado 5, linhas 11-13).

O acesso a Toritama, partindo de Recife, dá-se pela BR 232 que, por ser considerada eixo de interiorização do desenvolvimento, foi duplicada em 2002 com recursos do governo estadual. Esta rodovia atravessa Caruaru e, então, tem início a BR 104, a "rodovia do jeans", que é a única via de acesso a Toritama. Na estrada já é possível observar nitidamente a modificação da paisagem geográfica, da exuberância da zona da mata, com seus canaviais, para a aridez do agreste.

5.2 Capital social e empreendedorismo: tecendo o arranjo produtivo local

A análise continua com *Morte e Vida Severina*, embora Melo Neto (1993, p. 81) não esteja se referindo diretamente à Toritama, trabalho nunca falta, nesta cidade, a quem sabe trabalhar.

- Muito bom dia, senhora,
Que nessa janela está;
Sabe dizer se é possível
Algum trabalho encontrar?

- Trabalho aqui nunca falta
A quem sabe trabalhar;
O que fazia o compadre
Na sua terra de lá?

Os dados da pesquisa apontam que em cada casa da cidade tem pelo menos uma pessoa trabalhando em atividade relacionada, de maneira direta ou indireta, com a confecção do jeans, além do significativo fluxo migratório dos municípios vizinhos. Com uma população estimada, em 2007, de 27.201 habitantes, Toritama tem uma ocupação direta de 25.000 empregos, atraindo empregados de outras localidades para suas micros e pequenas empresas (Entrevistado 3, linhas 21-22).

Na maioria das vezes, micro e pequenas empresas, ao contrário das grandes, não realizam internamente todas as atividades do processo produtivo e utilizam a subcontratação ou facção como forma de flexibilização e descentralização produtiva.

O processo produtivo para confeccionar uma calça jeans, com base na observação, envolve sete fases: criação, modelagem, pilotagem, corte, montagem, lavagem e acabamento. Empresas maiores executam todas as fases, inclusive as três primeiras atividades; contratam estilistas para a criação de modelos; modelistas, para elaborar os moldes e piloteiras, para confeccionar a peça-piloto. Na maioria das firmas, formais ou informais, a modelagem é feita pelas mulheres da família, porque “a mulher é mais jeitosinha, tem mais bom gosto” (Entrevistado 5, linha 7).

As fases de corte, montagem, lavagem e acabamento tanto podem ser totalmente executadas em uma única empresa (somente nas empresas maiores), como constituem o trabalho típico realizado pelo grande número de facções.

Hirata (1998) observou que na indústria do vestuário, quando as atividades se tornam mais sofisticadas como, por exemplo, a atividade do corte, reproduzem-se as condições desiguais de trabalho entre homens e mulheres. A pesquisa constatou essa situação e, a maioria das facções que apenas "cortam" o tecido, utiliza maciçamente a mão de obra masculina, conforme figura 7(5). Trabalham no corte tanto o proprietário quanto os funcionários.

Figura 7(5): Cortador em atividade com tesoura elétrica
Fonte: pesquisa direta, 2007

A fase da montagem é a costura propriamente dita, âmago da indústria do vestuário, e abrange costura reta, *interlock* (fecha a peça), *overlock* (reforça a costura), máquina de rebater (persponto), máquina mosqueadeira (caseia) e máquina de travetes (reforço em bolso, zíper e final de costura). Algumas facções possuem todos os tipos de máquina e realizam a atividade completa de montagem. Outras fazem apenas uma ou duas atividades. Na figura 8(5), a seguir, observa-se um pequeno negócio informal que executa apenas duas atividades do processo de montagem: travetar e pregar elástico.

Pode-se observar também que a faixa está colocada em um estabelecimento residencial. É bastante comum encontrar-se faixas nas residências da cidade anunciando o tipo

de serviço que prestam no ciclo produtivo do jeans, caracterizando uma interpenetração entre a atividade produtiva e a vida cotidiana, similar ao que Becattini (1999) observou nos distritos industriais italianos. O trabalho a domicílio fica evidenciado com essa fala: “a mãe dessa moça trabalha em casa e ela mesma diz que nunca fica parada, que sempre tá entrando algum dinheiro, que dá prá comprar umas coisinhas pros meninos” (Entrevistada 9, linhas 11-12). A facção a domicílio é o elo final da cadeia de subcontratação.

Figura 8(5): Facção informal em Toritama
Fonte: pesquisa direta, 2007

Uma característica local é que o empreendedor, proprietário do negócio, além de exercer a atividade de gerência, atua na área de comercialização e de produção, tendo domínio de pelo menos uma das fases do processo produtivo (corte, montagem, acabamento), o que possibilita um clima de confiança na relação empregador-empregado. Em todos os negócios pesquisados, a gerência é exercida pelo proprietário ou por um membro da sua família; o empreendedor toritamense é polivalente e multifuncional: gerencia, produz, compra, vende.

De acordo com Calás e Smircich (1998, p. 275), “[...] a segregação sexual nos empregos e organizações persiste como um fenômeno mundial, assim como a desigualdade remuneratória entre os sexos”. Reforçando esta afirmação, Perreault (2001, p. 239) indica que

“a segregação sexual dos empregos não só é elevada como se faz acompanhar de condições de trabalho que variam segundo o fato de o emprego ser ocupado por homens ou mulheres”. A mulher “esteve presente na empresa desde o início da industrialização; seu trabalho menos qualificado, mal pago e raramente colocado no nível onde se exercia o poder, aí ficando sempre em posição secundária” (BELLE, 2001, p. 196). Pode-se constatar, com base nestes autores que, no mundo do trabalho, nunca houve igualdade de gênero.

Antunes (2002, p. 105) aponta que “as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres”. Assim, tradicionalmente, costurar sempre foi uma atividade feminina, ofício pouco valorizado e, geralmente, realizado no espaço doméstico. As relações de gênero sofreram uma mutabilidade e, o ofício de costurar, passou a ser exercido também por homens, como na figura 9(5). Pode-se dizer que a oferta de trabalho na área de costura, antes vista como atividade exclusivamente feminina, quebrou um paradigma cultural e “corte e costura deixaram de ser vistos como coisa de bichas (homossexuais)” (Entrevistado 9, linhas 15-16).

> Meu primo de Surubim, quando eu chamava prá trabalhar em Toritama, dizia: cara, eu sou é macho! Vou lá costurar?! Isso é coisa de bicha! Hoje estão todos trabalhando aqui, uns no corte, outros na costura. Ninguém fala mais que é coisa de bicha. Todo mundo agora tá alegre, ganhando dinheiro, em vez de ficar se achando muito macho e sem fazer nada em Surubim” (Entrevistado 6, linhas 53-57).

Figura 9(5): Homens costurando em Toritama
Fonte: pesquisa direta, 2007

O relato acima, quando o entrevistado se refere aos primos, retrata o funcionamento da maioria dos negócios. Em geral, toda a família trabalha no negócio, seja em uma única empresa, seja cada membro em sua própria facção, criada, na maioria das vezes, por *spin-off*. Os laços e redes são formados apenas no nível familiar, praticamente uma única família possui vários negócios, por exemplo, o pai possui um negócio, a mãe, outro, o(s) filhos(as) têm seu próprio negócio, bem como noras e genros. O mais comum é que, em um núcleo familiar, composto por cinco firmas, uma delas seja formal e as demais informais. As atividades informais estão imbricadas, interconectadas com as atividades formais, existindo uma "simbiose" do mundo formal com o informal, como já apontado no estudo de Oliveira (1972). A figura 10(5) mostra como funcionam os laços dos negócios nestes núcleos de produção de base familiar.

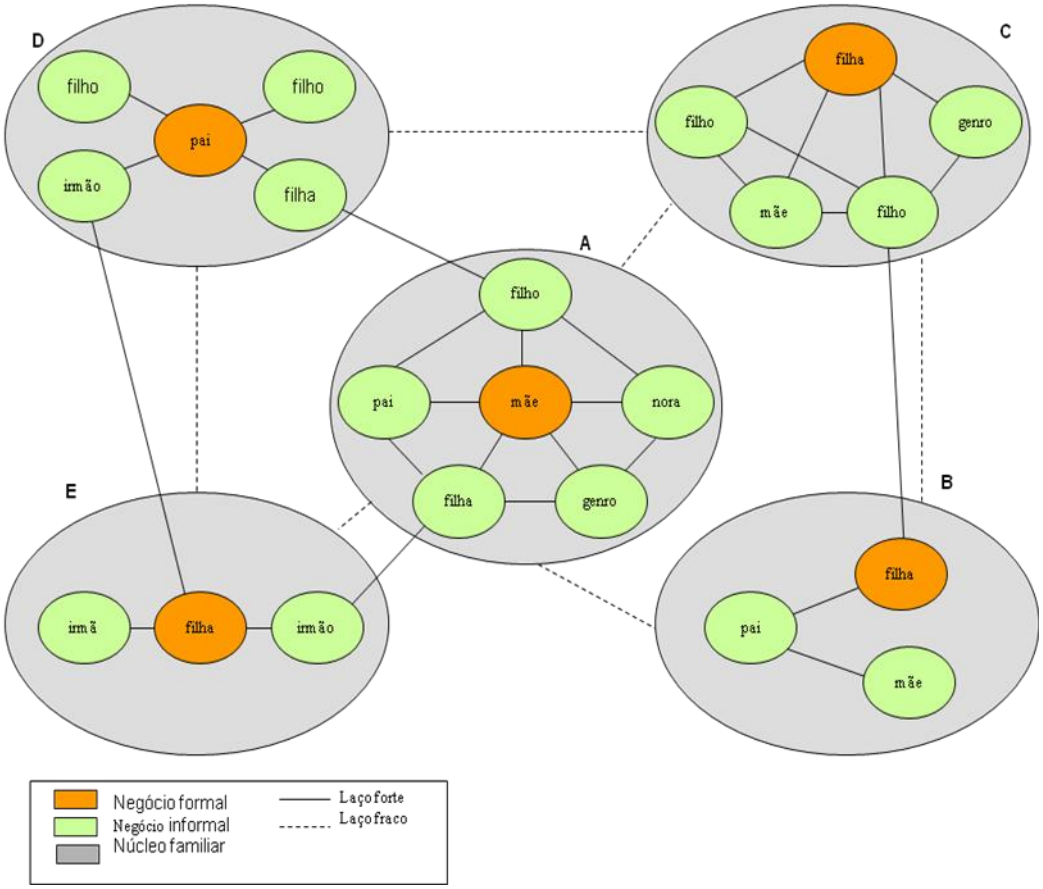


Figura 10(5): Núcleos de produção de base familiar
Fonte: pesquisa direta, 2008

A arquitetura dos negócios, conforme se observa na figura 10(5), acima, concentra-se em pequenas redes familiares, estando a atividade econômica presente nas estruturas familiares. A confiança lubrifica as relações econômicas, "pois ninguém acha que um parente vai lhe dar um golpe" (Entrevistado 5, linha 46) e predomina o contrato moral, como se pode observar quando um empreendedor financia a compra de máquinas sem nenhum contrato formal: "a minha namorada costurava no meu negócio, mas queria ter a facção dela. Financiei seis máquinas prá ela, em dez prestações de R$ 1.148,00 cada" (Entrevistado 5, linhas 38-40). A intensidade do vínculo emocional do namoro assemelha-se a do vínculo familiar.

As redes familiares estão no nível primário de relações e são responsáveis pela visão inicial ou emergente (FILION, 1991, 2004), que é a visão das idéias para produtos ou serviços futuros. Os "ativos sociais" (STARR; MACMILLAN, 1991) utilizados pelos empreendedores

são construídos com base nas relações familiares, caracterizadas por amizade, confiança, favores. De acordo com o autor, as redes de relações podem ser o principal elemento de suporte para a evolução de uma visão que propicia um ambiente de negócios, como o que se observa na figura 10(5).

A aprendizagem ocorre principalmente nestas redes familiares, nas quais se acumulam "competências práticas (*Know-how)"* (LUNDVALL, 1992). Valorizam-se as competências adquiridas, pois, se um empreendedor decide abrir um novo negócio, associa-se a um irmão com experiência anterior: "quem vai tomar conta da lavanderia é o meu irmão, que tem experiência no ramo de lavanderia" (Entrevistado 6, linhas 17-18) ou "estou abrindo uma (lavanderia), de sociedade com meu irmão, que já trabalhou numa lavanderia grande e vai tomar conta do negócio" (Entrevistado 9, linhas 22-23).

Nas redes familiares não se identifica diferenciação hierárquica entre as firmas, apenas diferenciação de função (facção de corte, facção de costura, lavanderia, por exemplo). Criam-se laços fortes entre firmas de membros da família que estão em diferentes núcleos, por exemplo, no núcleo A, um filho casou com uma moça que pertence ao núcleo D. Pelo vínculo do casamento, constrói-se um laço forte, caracterizado pela combinação de tempo, intensidade emocional, confiança mútua e serviços recíprocos (GRANOVETTER, 1992). Entre os núcleos A e D, como pode ser visto, formam-se laços fracos, desenvolvidos após a formação dos referidos laços fortes.

Analisando a arquitetura de negócios local, pode-se apontar que o capital social está ocorrendo apenas nos núcleos familiares, onde se encontra a confiança, que reduz comportamentos oportunistas e cria o ambiente propício para a abertura de novos negócios, principalmente de fabricos informais. A informalidade parece ser voluntária, por opção do empreendedor, mantendo-se reforçada por laços familiares.

Cacciamali (2000) aponta sete características principais do setor informal, todas encontradas em Toritama:

1)Propriedade familiar do empreendimento;

2)Origem e aporte próprio de recursos;

3)Pequena escala de produção;

4)Facilidade de ingresso;

5)Uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada;

6)Qualificações profissionais fora do ensino formal;

7)Participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado.

É comum a informalidade ser considerada como mais uma artimanha do capitalismo para prejudicar o trabalhador. Barbosa (2007) observou que, em pequenas unidades produtivas, a informalidade se caracteriza por longas jornadas de trabalho, baixas condições de segurança e rendimentos pequenos. Corroborando os resultados da autora, Lira (2006) considera que a informalidade está sendo mascarada como alternativa ao desemprego, como uma miragem que cria expectativas junto aos trabalhadores e que, cada vez mais, os coloca em situação de risco social.

No cenário da pesquisa está ocorrendo justamente o contrário: observa-se uma participação expressiva de todos os membros da família nos negócios (homens, mulheres, jovens, adultos e idosos), em diferentes postos de trabalho e com tipos de remuneração distintos (salário, participação no lucro, remuneração por produtividade). A oferta de trabalho, inclusive, "está contribuindo para a evasão escolar, pois os jovens matriculados no ensino médio estão abandonando a escola para trabalhar na indústria da confecção" (Entrevistado 10, linhas 20-22).

As longas jornadas de trabalho acontecem sazonalmente e são aceitas de bom grado pelo empregado, que as percebe como fonte de maiores rendimentos. Na situação de oferta de

trabalho sobrepondo-se à procura, o empregado que optar por não estender sua jornada, encontra-se em situação privilegiada, tendo em vista que pode escolher outro fabrico para desempenhar suas atividades. As baixas condições de segurança existem, mas, curiosamente, não se registram acidentes de trabalho na Delegacia Regional do Trabalho - DRT.

O fato de toda a família estar envolvida no processo produtivo aumenta a renda familiar e diminui os riscos sociais, o que contradiz os resultados dos estudos de Barbosa (2007) e Lira (2006). No nível familiar, pode-se observar manifestações, mesmo que incipientes, de capital social, pois as relações familiares baseiam-se na confiança, conforme já demonstrado pelos estudos de Coleman (1994), que definiu o capital social com base nas relações familiares e Bourdieu (2000), em seu estudo sobre a "vivienda unifamiliar".

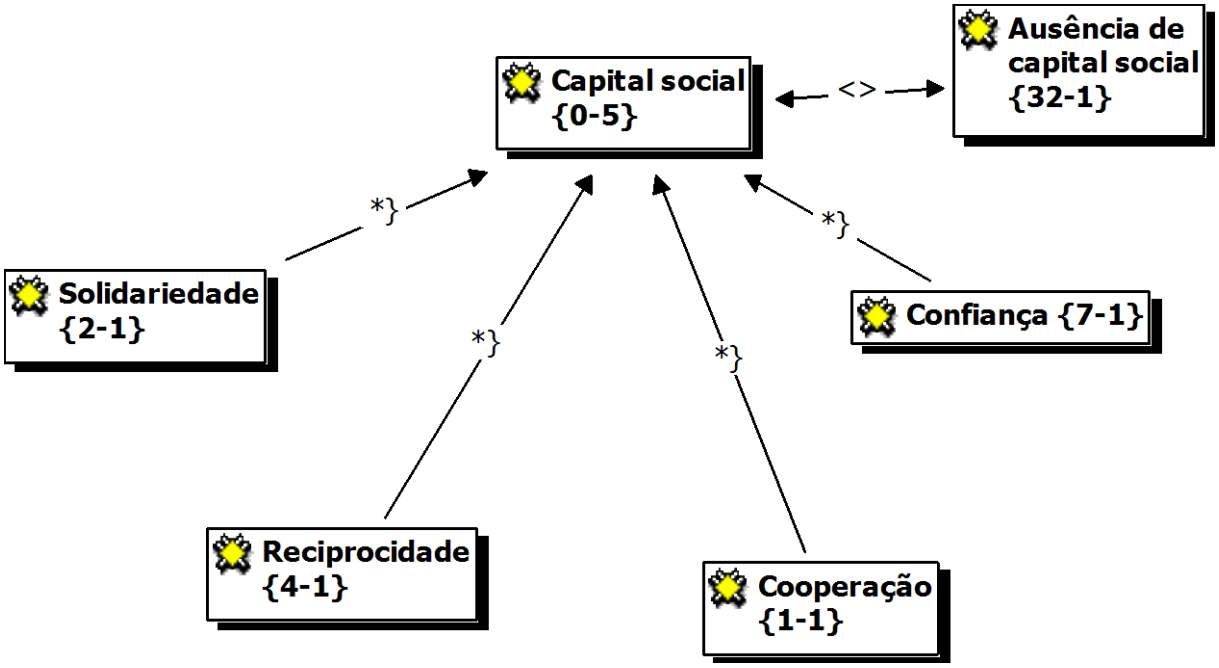
5.2.1. Capital social e suas manifestações

O capital social foi, inicialmente, definido por Coleman (1994, p. 300) como "o conjunto de recursos que são inerentes às relações familiares [...]" e, com a atividade econômica imersa na teia familiar, muito mais do que na teia social, o capital social está permeado nos laços informais das redes familiares. Estes núcleos formam círculos virtuosos, pois se caracterizam por altos níveis de confiança (PUTNAM, 1993). Em relação ao modelo de Uphoff (2000), observa-se, na categoria estrutural, a formação de redes e relacionamentos de base familiar, com ligações horizontais e, na categoria cognitiva, a existência das relações de confiança.

Tabela 5(5) – Frequências do capital social

10	Capital Social	Freq.	%
101	Confiança	**7**	50,00
102	Cooperação	1	7,14
103	Reciprocidade	4	28,57
104	Solidariedade	2	14,28
	Sub-total	**14**	**100**
00	**Ausência de capital social**	32	

Fonte: pesquisa direta, 2008



*} é propriedade de
< > contradiz

Figura 11(5): Capital social e suas propriedades
Fonte: pesquisa direta, 2008

Na tabela 5(5) e na figura 11(5), pode-se observar as freqüências dos fatores dinâmicos cognitivos do capital social, bem como a inesperada ausência de capital social, caracterizado pelo individualismo, não cooperação, falta de reciprocidade e ausência de participação associativa. A ausência de capital social foi mais elevada que a de presença de propriedades do mesmo.

Um recurso importante na comunidade de negócios local é que, por ser um núcleo de produção de base familiar, se fundamenta na confiança, dimensão do capital social que emerge com mais vigor e, a capacidade de agir 'com base na confiança' introduz um dinamismo essencial à economia, pois elimina a inércia paralisante que pode existir quando as empresas têm medo de correr riscos, conforme já constatado por Sengenberger e Pike (1999), em seus estudos sobre os distritos industriais italianos. A demarcação entre as esferas do negócio e da família é pouco nítida e os custos de transação são reduzidos pela ausência de comportamentos oportunistas, pois 'ninguém acha que um parente vai lhe dar um golpe'

(Entrevistado 5, linha 46). O fato de agir de acordo com princípios de confiança não implica que cada um deixe de atuar em função de seus próprios interesses comerciais, o que vem ao encontro do estudo de Sabel (1992) sobre distritos industriais e recuperação de economias locais. Observa-se que o contrato moral prevalece sobre o contrato formal, sendo a transgressão punida com a exclusão da rede dos negócios.

A confiança é o alicerce sobre o qual se constrói o capital social. A confiança é restrita aos empreendedores que pertencem ao mesmo núcleo familiar, o sentido de coletividade apresenta-se com força apenas nos laços familiares. Quando se observa a relação com pares que não pertencem à família, a confiança é grandemente reduzida: "os empreendedores daqui precisam acordar, não esperar pela política, têm que ter confiança um no outro, prá conseguir fazer uma divulgação melhor, até prá poder exportar" (Entrevistado 1, linhas 79-81) ou ainda, "tem neguinho aqui que quer elitizar Toritama, cobrar ingresso dos empreendedores prá entrar no festival da moda" (Entrevistado 6, linhas 41-42) e, por fim, "tem o pessoal da ACIT que é um grupo fechado, e depois que eles fizeram a ACIT provavelmente eles influenciaram o governo a mandar fiscalização prá cá" (Entrevistado 2, linhas 114-116).

A "teoria dos vazios estruturais" (BURT, 1992), baseada na teoria dos laços fracos de Granovetter (1992), sugere que em grupos coesos a informação tende a ser relativamente redundante, enquanto que em relações casuais ou de laços fracos, existe uma probabilidade maior de circularem informações diferentes. Nesse sentido, a existência de vazios estruturais possibilita maiores benefícios de capital social, pois é nestes que circulam informações novas. Por meio dos laços fracos, que se formam entre os diferentes núcleos familiares, na maioria das vezes pelo casamento, informações novas (modelos diferentes, tipo de acessórios, fornecedores, mercados) são incorporadas aos negócios.

Uma nova e inesperada categoria, que emergiu fortemente na dimensão do capital social, foi a ausência de propriedades do mesmo, manifestada pelo individualismo, pela ausência de cooperação interfirmas e entre empreendedores e pela falta de participação associativa.

A associação participativa é incipiente, como se pode observar pelo próprio quadro de associados da ACIT: são aproximadamente 90 associados, sendo que destes, 60% são lavanderias e os 40% restantes englobam confecções e estabelecimentos comerciais de aviamentos. Poderia estar ocorrendo um tipo de associativismo informal, mas isto não foi observado.

Criada em 2004 por uma necessidade pontual, a ACIT entende, conforme o editorial do presidente no jornal interno, Nieliton Martins (2007, p. 2), que "a cultura do associativismo ainda é recente em nossa cidade", mas tem procurado mostrar que "ações isoladas não produzem nenhum resultado, somente a união fará toda a diferença, com a participação não só de empresários, bem como, de outras representatividades". Para o presidente da associação, mesmo com o esforço "de dar uma cara contemporânea à Associação, incentivando a participação dos associados em eventos e feiras nacionais e internacionais e trazendo palestrantes de alto nível, os empreendedores locais ainda não desenvolveram uma consciência da importância de trabalhar em conjunto" (Entrevistado 3, linhas 89-92).

Para alguns empreendedores, "a ACIT é um grupo fechado, que o José (nome fictício para um empresário local do segmento de lavanderia) fez com uns amigos de maior poder aquisitivo, industrializados, formados, com conhecimentos!" (Entrevistado 2, linhas 109-111). É comum a opinião de que é mais vantajoso reinvestir dinheiro no próprio negócio do que pagar mensalidade a alguma associação. "Em Toritama, o empresário pensa sempre no lucro imediato, faz parte da cultura local não investir, para o lucro vir em dois ou três meses. O

lucro tem que ser imediato, nem que seja de dez, vinte centavos" (Entrevistado 4, linhas 1-3). Foi unânime entre os entrevistados o total desinteresse em participar de qualquer tipo de associação.

Estão ocorrendo agrupamentos em que o capital social não se manifesta, pois prevalecem manifestações de individualismo, falta de cooperação e ausência participativa, que se está denominando ausência de capital social. Nessa situação, se houver o desenvolvimento de relações de confiança, cooperação, reciprocidade e solidariedade, pode surgir o capital social, que se manifesta, conforme já destacado por Putnam (1993) e Forero (2002), por meio de relações cívicas.

Na relação empregador-empregado, o capital social emergiu com relativa força. Na maioria das vezes, o proprietário e membros da sua família trabalham junto com o empregado na produção, a distância hierárquica é reduzida, as relações são horizontalizadas e totalmente desburocratizadas. Observa-se um clima de harmonia e de confiança e, provavelmente por apresentar o mesmo nível social, educacional e cultural, o empregado sente-se à vontade para dar opinião, muitas vezes participando da entrevista, junto com o proprietário do negócio, sem nenhum constrangimento.

Lima; Lemos e Patriota Neto (2007, p. 9) afirmam que, "em Toritama, as pessoas trabalham em regime de semi-escravidão e vendem sua força de trabalho por míseros trocados". O que se observa é exatamente o oposto: a grande demanda por mão-de-obra dá ao trabalhador a rara oportunidade de escolher onde trabalhar, vendendo sua força de trabalho para quem bem entender.

Na figura 12(5), observam-se duas situações que demonstram o tipo de ambiente de trabalho. Existe autonomia por parte dos empregados, no tocante aos intervalos na jornada de trabalho. Os dois rapazes sentados na calçada, momentos atrás, estavam nas máquinas de costura, conforme figura 9 (5) e, com a chegada do vendedor de merenda em sua bicicleta,

sem pedir permissão a ninguém, decidiram fazer uma pausa no trabalho para lanchar. As duas moças, também sentadas na calçada, estão trabalhando, cortando bolsos que serão costurados nas calças jeans. A moça do meio é a proprietária do pequeno negócio, onde todos trabalham, o que demonstra que não existe distância entre empregador-empregado.

Figura 12(5): Visão parcial do "ambiente" de trabalho
Fonte: pesquisa direta, 2007

Na figura acima, a porta de aço fechada é a do Sindicato dos Empregados. "Esse sindicato não serve prá nada, por isso vive fechado" (Entrevistado 5, linha 43), "aqui o sindicato só tem uma serventia: ficar do lado do patrão, nas empresas maiores, prá diminuir as contas em caso de demissão" (Entrevistado 6, linhas 31-32), "só é sindicato dos empregados no nome" (Entrevistado, 2, linhas 74-75), "ninguém sabe de onde saiu esse sindicato e nem prá que serve" (Entrevistado 9, linha 57). Estas declarações comprovam a ausência de representação sindical. É pelo menos estranho, pois, considerando a afirmação de que o trabalho em Toritama é semi-escravo, o sindicato seria uma opção não só legal, mas viável, para que o empregado insatisfeito se filiasse, para reivindicar seus direitos.

O que está ocorrendo, em termos de relações de trabalho, é inteiramente atípico. Estima-se que existam mais de 20000 trabalhadores na informalidade, ou seja, sem registro na

Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, sem direitos trabalhistas e sem obrigações sociais, como férias, décimo terceiro salário, auxílio maternidade e seguro desemprego. Não existem também os chamados benefícios, concedidos como liberalidade por muitas empresas formais, como assistência médica, assistência odontológica, vale refeição e uniformes. Esperar-se-ia, com a falta de tudo isso, pelo menos algum nível de insatisfação, mas não é o que se observa, conforme relatos a seguir.

Um cortador, que ganha em média R$ 500,00 por semana, foi convidado para trabalhar em uma grande confecção no estado de Santa Catarina, com CTPS assinada e todos os direitos trabalhistas: "trabalhei só seis meses, pedi as contas e voltei direto prá cá. Me arrependi muito de ter ido, porque aqui é que a gente ganha dinheiro. Quando chega no fim do ano, a produção aumenta muito, e a gente ganha até R$ 1.500,00 por semana (Entrevistado 6, linhas 21-23). A satisfação do empregado parece estar intimamente relacionada à remuneração e a chance de mobilidade sócio-vertical, pois existe possibilidade real de constituir sua própria facção.

De acordo com Morin (2002), para ter sentido para quem o executa, o trabalho deve apresentar algumas características: boas condições; oportunidade de aprender; trabalho interessante, variado, com autonomia; trabalho que traz prazer e sentimento de realização por meio das tarefas que, ao serem executadas, permitem às pessoas exercer os seus talentos.

Boas condições de trabalho podem ser entendidas em termos objetivos (ambiente físico) e em termos subjetivos (clima motivacional). As condições do ambiente físico, nos fabricos, são as piores possíveis: espaços improvisados, iluminação e ventilação deficientes, falta de preocupação com segurança no trabalho, retalhos de tecido espalhados pelo chão, moldes pendurados na parede (ver figuras 7(5) e 9(5). As condições de trabalho, em termos subjetivos, atendem as características necessárias, apontadas por Morin (2002), para o trabalho ter sentido: clima de amizade, oportunidade de aprender, oportunidade de variar as

tarefas, autonomia. Na figura 13(5), as duas moças decidiram continuar a tarefa de separar bolsos na calçada, porque “estava fazendo muito calor no galpão” (Entrevistada 9, linha 52).

Pode-se dizer que está ocorrendo uma aplicação dos princípios tayloristas em uma experiência característica da nova e atual especialização flexível (PIORE; SABEL, 1984). No início do século XX, Taylor aconselhava:

> Para que haja alguma esperança de obter a iniciativa de seus trabalhadores, o administrador deve fornecer-lhes incentivo especial, além do que é dado comumente no ofício. Esse incentivo deve ser concedido de diferentes modos, como, por exemplo, promessa de rápida promoção ou melhoria; salários mais elevados, sob a forma de remuneração por peça produzida, ou por prêmio, ou por gratificação de qualquer espécie a trabalho perfeito e rápido; menores horas de trabalho; melhores condições de ambiente e serviço do que são dadas habitualmente etc., e, sobretudo, este incentivo especial deve ser acompanhado por consideração pessoal e amistoso tratamento que somente pode derivar de interesse verdadeiro, posto a serviço do bem-estar dos subordinados (TAYLOR, 1990, p. 39).

Desconhecendo totalmente a administração científica, o empregador remunera bem por peça produzida, cada um ganha de acordo com o que produz (equidade), oferece um clima de trabalho amistoso e demonstra verdadeiro interesse pelo empregado, que muitas e muitas vezes, constitui seu próprio negócio com a ajuda do empregador, por *spin-off*: “A minha namorada costurava no meu negócio, mas queria ter a facção dela. Financiei seis máquinas prá ela, em dez prestações de R$ 1.148,00 cada. Ela já pagou a metade e nunca atrasou uma prestação! E ela só tem 18 anos!” (Entrevistado 5, linhas 38-41).

A indústria da confecção se caracteriza por ser um segmento trabalho-intensivo e com poucas inovações técnicas. A fase da montagem concentra praticamente 80% do trabalho e, por utilizar basicamente a máquina de costura, artefato que sofreu poucas modificações desde o seu lançamento, apresenta um “gargalo tecnológico” na produção. A estratégia para eliminar este gargalo e aumentar a produção, não é aumentar o tamanho da empresa como propõe o modelo fordista, é criar facções: quanto mais negócios atuando na montagem, mais rapidamente o produto chega ao mercado. A criação de facções em núcleos de pequenas

empresas é um aspecto do empreendedorismo e está em concordância com o estudo de Piore e Sabel (1984) sobre o desenvolvimento da especialização flexível.

5.2.2 O tecido empreendedor

A criação de empresas é um aspecto do empreendedorismo e os empreendedores são indivíduos que aprendem a comportar-se empreendedoramente (DRUCKER, 1986), criando novos empreendimentos (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2003).

No cenário econômico de Toritama, formado por centenas de micros e pequenas empresas ligadas a um mesmo produto, o desejo e a expectativa de abrir um negócio próprio são naturais e culturalmente aceitáveis. Sengenberger e Pike (1999) apontam que a criação de uma empresa em uma comunidade de negócios específicos tem maior chance de êxito, com o que concorda Filion (1999b):

> [...] quanto mais empreendedores uma sociedade tiver e quanto maior for o valor dado, nessa sociedade, aos modelos empresariais existentes, maior será o número de jovens que optarão por imitar esses modelos, escolhendo o empreendedorismo como uma opção de carreira (FILION, 1999b, p. 9).

Nesse contexto, as dimensões do empreendedorismo emergiram com mais força que as do capital social, de acordo com tabela 6(5) e figura 13(5), a seguir. Os proprietários de negócios são unânimes em afirmar: “nós aqui somos empreendedores mesmo! Tudo o que foi construído aqui, foi pela iniciativa privada, foi pelos toritamenses, sem ajuda de ninguém!” (Entrevistado 5, linhas 37-38).

Tabela 6(5) – Frequências do empreendedorismo

11	**Empreendedorismo**	Freq.	%
111	Inovação	12	10,34
112	Disposição para o risco	13	11,21
113	Aprendizagem	13	11,21
114	Rede de relações	21	18,10
115	Visão	25	21,55
116	Spin-off	32	27,59
	Sub-total	**116**	**100**

Fonte: pesquisa direta, 2008

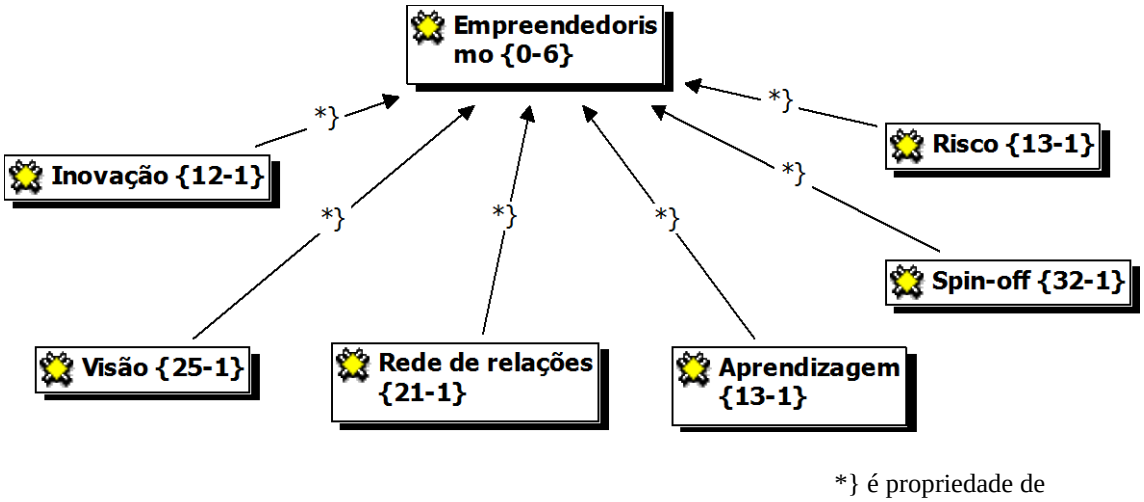


Figura 13(5): Empreendedorismo e suas propriedades
Fonte: pesquisa direta, 2008

Assim, desenvolveu-se uma cultura empreendedora, uma ideologia de auto-emprego, na qual os trabalhadores "socializam-se" em um ambiente de pequenas empresas, semelhante ao que Sengenberger e Pike (1999) observaram nos distritos industriais italianos. Criando *spin-off*, o empregador encoraja o empregado a constituir seu próprio negócio, no intuito de agilizar a produção e aumentar a oferta para o consumidor final, o que dinamiza a economia local.

De acordo com Johannisson (1998), a criação de *spin-off (extrapreneurship)* é uma categoria que ilustra o empreendedorismo como fenômeno coletivo. No *locus* da pesquisa, o *spin-off* caracteriza especificamente como crescimento de subcontratação, constituindo tão somente um tipo de inovação organizacional, como apontado por Salermo (1986) em seu estudo sobre empresas industriais flexíveis.

Schumpeter (1988) considera que o papel do empresário inovador é quebrar paradigmas na economia de mercado. O fenômeno que está ocorrendo em alguns pólos de desenvolvimento no estado de Pernambuco, vem quebrando o paradigma dos "velhos sertões", caracterizados pela atrofia econômica, dependência de transferências públicas, êxodo rural e baixo nível de desenvolvimento, conforme apontado por Albuquerque (2003). O surgimento dos "novos sertões", dos quais Toritama participa com sua miríade de pequenos

negócios, conforme vem sendo mostrado pelo estudo de Ornélas (2003), quebra o paradigma da ineficiência nordestina, bem como o preconceito de que o Nordeste atrasa o país por sua dependência em relação ao Sudeste.

Como um fenômeno local, o empreendedorismo está desenvolvendo uma lógica própria, na contramão da história, pois, como já mostrado por Braudel (2005) e Huberman (1972), as feiras e a informalidade são anteriores ao próprio capitalismo como sistema econômico. A casa se transforma em oficina e não a oficina em fábrica, o formal se informaliza – "a empresa se regulariza, mas não assina carteira de trabalho" (Entrevistado 6, linhas 29) e observa-se o que vem sendo apontado nos estudos de Oliveira (1972) sobre a economia brasileira e empreendedorismo: uma "simbiose" entre o arcaico e o moderno. A carroça ilustrando o arcaico, os manequins representando o moderno, conforme figura 14(5):

Figura 14(5): Carroça carregada com manequins
Fonte: pesquisa direta, 2007

Estes manequins estão sendo levados para o fabrico, onde ficarão guardados até a próxima semana, quando serão novamente expostos, com novos modelos de peças, na feira de rua. A maior parte da produção é comercializada nos mais de 2000 boxes, que se espalham pela margem direita da BR 104 e no entorno do parque das feiras. Na feira, o próprio

empreendedor ou algum familiar vende o produto. Não existe intermediário entre o fabricante e o consumidor, o que mantem os baixos preços do produto. Os empreendedores locais não são administradores, são vendedores (Entrevistado 9, linha 45), comercializam seu produto nas feiras, inclusive nas localidades vizinhas, como Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. Na figura 15(5), à esquerda, pode-se ver o Parque das Feiras e, à direita, alguns boxes da feira da rua, que é montada semanalmente, as terças-feiras.

Figura 15(5): Parque das Feiras e feira livre em Toritama
Fonte: pesquisa direta, 2007

O Parque das Feiras, localizado no km 32 da BR 104, é "o primeiro centro de compras da região" (Entrevistado 3, linha 99). É "um empreendimento com 11.000 m^2 e mais de 600 lojas, construído há seis anos por três empreendedores, com o aval do prefeito Waldomiro" (Entrevistado 1, linhas 1-3). Com o aumento da demanda, veio a necessidade de "ter um provador, para fazer com que as pessoas acostumadas a comprar em lojas, experimentassem uma roupa... para o cliente que comprava no atacado, começar a comprar no varejo" (Entrevistado 8, linhas 34-36). As lojas do Parque abrem diariamente, exceto aos domingos, muitas "a partir das seis da manhã, para atender as caravanas. Na terça, abrem mais cedo ainda, por causa da feira de rua, ao lado" (Entrevistado 3, linhas 23-24), onde é possível comprar uma calça jeans por até R$ 5,00, o que a torna altamente competitiva para as pessoas

mais carentes, que compram para uso próprio e para revenda em suas localidades, embora a qualidade deixe muito a desejar. Na figura 16(5), pode-se ver o típico comprador da feira de rua.

Figura 16(5): Típico comprador da feira de rua
Fonte: pesquisa direta, 2007

Devido à proximidade geográfica, tem sempre alguém levando calças, jaquetas, *shorts*, saias, bermudas de jeans para vender na feira de Santa Cruz do Capibaribe e, não se pode deixar de mencionar, na maior feira livre do mundo, que acontece em Caruaru. "O meu irmão foi pra feira de Santa Cruz e o dinheiro que ele apurou foi pouco, R$ 700,00 em peças que custam entre R$ 15,00 e R$ 18,00" (Entrevistado 2, linhas 23-25) ou "eu, meu esposo e meu irmão fomos prás três feiras, essa semana, e apuramos R$ 29.000,00" (Entrevistado 9, linhas 34-35).

As propriedades do empreendedorismo que emergiram com mais força foram "*spin-off*" e visão. O estudo de Costa (2001) sobre o papel das PMEs no desenvolvimento local, demonstra que o sistema de micro e pequenas empresas atende aos requisitos do modelo de especialização flexível, embora a criação de *spin-off* ainda não tenha sido identificada como

uma característica deste modelo. A estratégia não é o crescimento da empresa, mas a proliferação de empresas, especializadas em produzir com rapidez a custos menores. Craig e Grant (1997) apontam quatro estágios no ciclo de vida das organizações: criação, crescimento, maturidade e declínio. O processo de *spin-off* mantém as empresas em um estágio intermediário entre a fase de criação e crescimento. A opção é manter o porte de micro ou pequena empresa, o não-crescimento podendo ser considerado um estilo de gestão pós-fordista. Na figura 17(5), pode-se observar o ciclo de desenvolvimento das empresas com ênfase na disseminação por *spin-off*, não no crescimento da empresa.

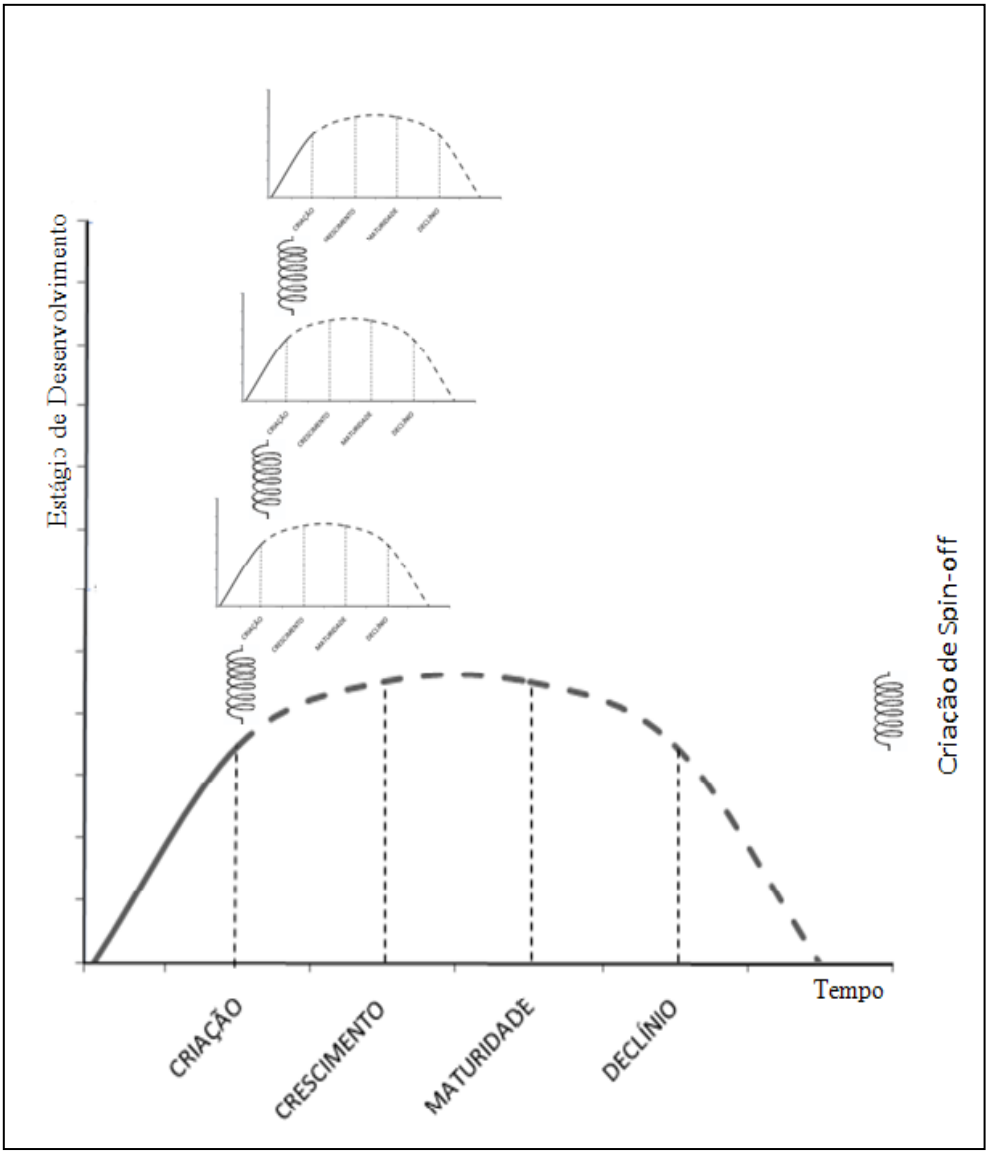


Figura 17 (5): Ciclo de desenvolvimento e *spin-off*
Fonte: Adaptado de Craig; Grant (1997)

Filion, Luc e Fortin (2003) indicam algumas condições que alavancam o processo de *spin-off*, como a importância de políticas facilitadoras à criação de PMEs, legitimação por instituições públicas e privadas, existência de órgãos locais de apoio, associação de empresas "spinofadoras", incubadoras e satelitização. Em contraposição ao estudo dos autores, não se pode identificar estes aspectos ou condições contextuais de alavancagem, uma vez que o *spin-off* ocorre em um estágio em que a empresa "spinoffadora" é de pequeno porte, não existem políticas públicas, órgãos de apoio, incubadoras ou empresas-mães, que "spinofam" ou criam empresas satélites ou empresas filhotes. Na situação analisada, o *spin-off* ocorre como uma opção do empreendedor pela informalidade voluntária, pois o crescimento possivelmente atrairá a atenção dos órgãos públicos de regulamentação, o que pode ser considerado um tipo de visão.

A visão é um processo racional e, ao mesmo tempo intuitivo, adquirida pela análise do ambiente, que torna o empreendedor capaz de perceber oportunidades, de "enxergar mais longe". Shane e Venkataraman (2000) entendem a visão como um processo subjetivo que leva ao reconhecimento de oportunidades, como, por exemplo, a obtenção de certificações de qualidade e ambientais, que alguns empresários estão buscando com o objetivo de alcançar o mercado externo. Outros já estão visualizando que o crescimento dos negócios vai exigir, muito em breve, a formação de um novo profissional:

> Não existe gestão profissional, não existe qualificação local para esse tipo de mão-de-obra, os empreendedores não tiveram experiência no nível gerencial e não temos esse profissional no mercado local. O aumento da concorrência exige uma outra postura, mais profissional, e as empresas, principalmente as mais bem estruturadas, elas já estão partindo para outra sistematização (Entrevistado 7, linhas 27-31).

O estudo de Filion (1991) indica que o empreendedor passa planejadamente por uma seqüência de empregos com o objetivo de acumular experiência e conhecimento, em um processo dinâmico de aprendizagem. O ofício da confecção é uma perícia amplamente disseminada e que já pode ser considerado um patrimônio local, tanto que, "quando chega

preso de Toritama no presídio, ele já vai imediatamente encaminhado para trabalhar no corte, costura ou lavanderia, pois todo mundo lá sabe fazer pelo menos uma dessas atividades" (Entrevistado 4, linhas 68-70).

Com uma competência adquirida na fabricação de calçados, os primeiros empreendedores precisaram rever conceitos e desmontar antigas vocações econômicas, para criar novas oportunidades, conforme já indicado por Hamel e Prahalad (1995) em relação à aprendizagem de novas competências. Eles possuíam o que Lundvall (2001) e Nonaka e Takeuchi (1994) identificaram, respectivamente, como saber prático-contextual e conhecimento tácito, que são depositados nas tradições produtivas da realidade local, e precisaram transformá-lo em novo conhecimento.

A aprendizagem destes empreendedores envolveu a (re)utilização de conteúdo já aprendido (*explotation*), utilizaram o conhecimento adquirido na fabricação de calçados para aprender a confeccionar jeans, aprendendo, como mostra o estudo de Filion (1991), com a experiência passada. Os mais experientes vem repassando o conhecimento para os mais jovens, que ao aprender continuam o repasse para outros, em uma "corrente de aprendizagem". Como Marshall (1985) identificou em seu estudo sobre os distritos industriais, "os segredos da profissão deixam de ser segredos, e por assim dizer, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número deles" (p. 234).

Há quase 14 anos, Silva (1994) observou que os fabricos serviam de escola para os iniciantes, pois não existia na cidade nenhum órgão referente à aprendizagem das profissões necessárias a produção do jeans. A mesma situação é mantida nos dias atuais: "vou lhe dar um exemplo da minha fábrica: todo mundo que trabalha aqui, aprendeu aqui, olhando. Não fizeram curso em lugar algum. A minha irmã aprendeu aqui. Essa que saiu daqui agora, aprendeu aqui. Tem ali mais duas que aprenderam aqui" (Entrevistado 2, linhas 65-67). Não existem, em Toritama, instituições de ensino superior e nem de formação e capacitação da

mão-de-obra: “aqui todo mundo aprende a costurar muito cedo, uns com os outros. Eu mesmo ensino a quem quiser aprender, a quem vier me pedir” (Entrevistada 9, linhas 28-29).

Muitas vezes, a aprendizagem de empreendedores acontece mais por meio de “ver” do que do “ler”, mais através da intuição do que da escolarização formal: “não precisa ser formado para saber se uma costura está mal feita ou bem feita” (Entrevistado 5, linhas 109-110), mas a necessidade de capacitar a mão-de-obra é uma urgência: para a indústria e o comércio local, a grande necessidade hoje é uma mão-de-obra qualificada.

A maioria dos entrevistados concluiu o ensino médio e nenhum começou o ensino superior. Existe instituição de ensino superior somente em Caruaru, onde há um *campus* da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, e algumas faculdades particulares. Constata-se, então, que há nítida predominância da aprendizagem informal, em detrimento do ensino formal. Na figura 18(5) observa-se um cartão de visita de um empreendedor local com a palavra “logistas”, que foi entregue sem qualquer observação ou referência ao erro ortográfico.

Figura 18(5): Cartão de visita de um empreendedor local
Fonte: pesquisa direta, 2007

A capacidade para correr riscos é inerente ao perfil empreendedor, como constatado nos estudos de McClelland (1961), Penrose (1962), Scaborough e Zimmerer (2000), Hitt, Ireland e Hoskisson (2003). São comuns relatos como:

> Eu comecei no jeans quando tinha 13 anos; junto com minha mãe e minha irmã (15 anos). A gente não tinha condição financeira e compramos, para pagar depois, um fardo de tecido. Conseguimos fazer 50 peças e vendemos tudo na feira de Caruaru. Pagamos o fardo e, daí, começamos o negócio: temos hoje três facções e acabei de montar uma pequena lavanderia. Para montar a lavanderia, vendi minha moto (Entrevistado 6, linhas 13-17).

Praticamente todos os pequenos negócios nascem após a venda de um bem: "meu pai vendeu um fusquinha prá comprar três máquinas de costura e começou o negócio em casa, foi um dos primeiros" (Entrevistado 3, linhas 143-145); "eu tinha uma casinha, vendi e comprei as primeiras máquinas. Hoje fabrico mais de mil peças por semana e tenho dez funcionários" (Entrevistado 9, linhas 18-20).

Entra-se no negócio muito cedo, conforme o relato do entrevistado 5: "quando eu tinha 16 anos, minha mãe me mandou prá o Piauí, prá vender as peças que ela fabricava. Passei dois anos lá, só perdendo dinheiro. Voltei prá cá fui trabalhar na costura. Hoje não saio daqui por nada. Tenho 26 anos e só não estou melhor de vida porque dou pensão prá cinco filhos" (linhas 17-20) e, empreendedores com menos de 30 anos de idade, referem-se às mudanças ocorridas:

> A facilidade para fabricar hoje, é bem mais fácil. E antigamente para que uma pessoa fosse fabricar, ele tinha que ter um recurso aproximadamente de R$ 20.000,00 para comprar maquinário, mais ou menos, tá entendendo? Um certo dinheiro para comprar o tecido. Hoje você chega com R$ 10.000,00 e você tem condições de fazer duas mil peças em uma semana (Entrevistado 2, linhas 54-58).

O risco, de acordo com Schumpeter (1988), é assumido pelo capitalista, que vem a ser o indivíduo que concede o crédito. O risco é totalmente assumido pelo empreendedor toritamense, que mobiliza recursos escassos, vendendo seus bens (casa, terreno, carro, moto), financiando com o fornecedor as máquinas necessárias ou pedindo dinheiro para alguém da família.

Nenhum dos empreendedores entrevistados solicitou empréstimos bancários para investir no negócio; todos utilizaram recursos próprios ou da família. Observa-se uma total

rejeição ao endividamento e a independência de subsídios públicos, por parte dos empreendedores, o que não atrai instituições financeiras para a cidade: existem apenas duas agências bancárias (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).

A inovação, pela própria indústria predominante, é insignificante. Na confecção do jeans, inovação é a redução de custos, a criação de novos modelos, a aplicação de um detalhe novo no produto, como um zíper colorido, a colocação de *strass* ou de tachinhas, botões de variados tamanhos e cores, bordados ou qualquer detalhe que dê um diferencial à peça. Na realidade, as empresas maiores, que podem contratar estilistas, são as que inovam: "quando em São Paulo pensa em fazer, Toritama já fez!" (Entrevistado 1, linha 14). Nos pequenos negócios, sobressai outra prática: "nós ficamos esperando as grandes lançarem as novidades e aí a gente copia, muda uma coisinha aqui, outra ali, mas não deixa de copiar" (Entrevistada 9, linhas 25-27).

O tipo de teia empresarial que está se constituindo é um formato organizacional que pode ser considerado uma inovação na organização do trabalho, principalmente na relação empregador-empregado. Apesar de não possuir os direitos trabalhistas, devido à informalidade, foi observado que o empregado trabalha satisfeito. A satisfação do empregado, bem como o sentido do trabalho, são metas que organizações de todos os portes e segmentos vêm procurando atingir, infelizmente sem muito êxito.

Inovação, de acordo de Schumpeter (1988), também pode ser entendida como uma nova aplicação para um recurso existente; fazer, de forma diferente, coisas que já são feitas. A figura 19(5) mostra este tipo de inovação, pois uma faca serrilhada que era utilizada para cortar o couro, é usada no corte do jeans, com ganhos de produtividade: "um cortador com prática pode cortar com essa técnica umas mil peças por dia" (Entrevistado 3, linhas 13-14).

Figura 19(5): Faca serrilhada usada para o corte do couro e do jeans
Fonte: pesquisa direta, 2007

O dinamismo econômico continua atraindo mão-de-obra de localidades próximas e a necessidade de locomoção, fez com que funileiros de uma cidade relativamente próxima, Brejo da Madre de Deus, adaptassem artesanalmente o modelo Bandeirante, da Toyota. As "toyotas alongadas", figura 20(5), constituem uma inovação de apoio e predominam como o principal meio de transporte da região. Veículo com modificação autorizada pelo Detran – PE, faz os percursos com baixas tarifas, transportando passageiros e cargas por todo e qualquer tipo de estrada do agreste.

Figura 20(5): Toyotas alongadas
Fonte: pesquisa direta, 2007

As redes de relações se formam apenas no núcleo familiar, conforme já mostrado na figura 10(5), e se caracterizam como redes de laços fortes, tendo em vista que o núcleo de produção encontra-se na família, onde predominam a confiança mútua e a intensidade

emocional, de acordo com os estudos sobre ação econômica e estrutura social de Granovetter (1992). Neste nível, encontram-se também as manifestações do capital social.

O quadro 10(5) traz uma síntese das características do empreendedorismo com base na visão de Johannisson (1998), Hitt; Hireland e Hoskinsson (2003) e Filion (1991):

AUTORES	CARACTERÍSTICAS DE EMPREENDEDORISMO PRESENTES EM TORITAMA	SIM	ÀS VEZES	NÃO
JOHANNISSON (1998)	Firmas e empreendedores originados de redes de relações: *networking* pessoal é enfatizado no ato de empreender			
	Empresas familiares: continuidade do negócio administrado por e para famílias			
	Parcerias: empreendimento, na maioria das vezes, surge do diálogo entre membros das redes de relações			
	Cooperativas: empreendimento apresenta uma estrutura formal, com propriedade e controle conjuntos, com valores e necessidades compartilhados			
	Franquias: possibilita ganhos ao franqueado e ao franqueador, pode ser considerada um 'atalho' para entrar no mercado, para o franqueador e também na carreira do franqueado			
	Organizações virtuais: distribuição espacial de firmas colaboradoras e de funcionários			
	Extrapreneurship: empregador encoraja o empregado a fazer um acordo de negócios, criando um *spin-off*			
	Empreendedorismo de *shopfloor*: ocorre quando indivíduos, grupos ou equipes auto-organizadas ultrapassam as fronteiras da empresa e lidam diretamente com *stakeholders* (clientes e fornecedores)			
	Empreendedores na criação de novos estilos de vida: ocorre ligado à criação de novos modos e estilos de vida			
HITT; IRELAND; HOSKISSON (2003)	Criação de empresas			
	Inovação			
	Comportamento de risco			
	Aprendizagem			
	Redes de relacionamento			
	Geração de riqueza			
	Agregar valor para a sociedade (minimização de riscos sociais)			
FILION (1991)	Inovação			
	Aprendizagem			
	Visão			
	Rede de relações			

Quadro 10(5): Características de empreendedorismo observadas em Toritama
Fonte: pesquisa direta, 2008

A construção de redes desempenha um papel importante na ação empreendedora, mas, como estão restritas ao núcleo familiar, esta característica está marcada no quadro como "às vezes". Do mesmo modo, a inovação se restringe as empresas maiores, que contratam estilistas para inovar o produto.

As características que se sobressaem, com vigor, são indicadas por Johannisson (1998): grande número de empresas familiares, administradas por e para famílias e criação de *spin-off*, encorajado pelo empregador e por Hitt, Ireland e Hoskisson (2003): criação de empresas, reforçando o *spin-off* e agregação de valor para a sociedade, com a minimização dos riscos sociais, reforçada pelo núcleo familiar dos negócios.

Em um estudo sobre a história econômica da produção em série, Piore e Sabel (1984) identificam três sistemas que, a partir do século XIX, foram precursores da especialização flexível: municipalismo, capitalismo do bem-estar ou paternalismo e familiarismo. A grande concentração de micros e pequenos negócios remete ao familiarismo, sistema que se vale de laços familiares para criar uma aliança empresarial. Tal sistema foi concebido por Alfred Motte, na década de 1850:

> O sistema Motte consistía em equiparar cada membro que houvesse atingido a idade, com um técnico com experiencia anterior em uma das empresas da familia; fornecer-lhe um capital inicial (a maior parte do qual pertencia à familia) e obrigar-lhe a estabelecer uma firma especializada em uma fase necessária de produção (PIORE; SABEL, 1984, p. 54).

Não foi observado o fator de obrigatoriedade, mas o apoio à criação de um negócio, especializado em uma fase da produção, sim: “na nossa família, temos cinco fabricos, mas a gente não tinha lavanderia. Agora, prá baixar os custos, estou abrindo uma, de sociedade com meu irmão, que já trabalhou numa lavanderia grande e vai tomar conta do negócio” (Entrevistada 9, linhas 20-23).

Costa (2001) e Piore e Sabel (1984) consideram que a concentração de micros e pequenas empresas, dinamizadas por uma cultura empreendedora, podem ser uma forma de especialização flexível, quando formam arranjos produtivos locais.

5.2.3 Costurando a formação do arranjo produtivo local – APL

Gereffi (2007) denomina cidade-aglomerado (*cluster city)* à concentração territorial de pequenos negócios, com elevada produção de um único e específico produto e base de experiência compartilhada, Porém, mais complexos e completos que as cidades-aglomerados, são os arranjos produtivos locais – APLs.

O arranjo produtivo local que pode estar se formando em Toritama, nasceu a partir de feiras semanais. Da 'feira da sulanca', realizada em Santa Cruz do Capibaribe e da 'feira de Caruaru', a maior feira livre do mundo, onde são comercializados diversos e diferentes tipos de mercadorias vindos de municípios próximos. A palavra sulanca é uma corruptela das palavras "sul" e "helanca", pois na feira, em Santa Cruz do Capibaribe, eram vendidas peças confeccionadas com retalhos ou refugos de helanca, provenientes da indústria têxtil localizada no Sul e Sudeste do país.

As características comuns e simultâneas dos APLs são sintetizadas por Lemos (1996), Amorim (1998), Sengenberger e Pike (1999), Porter (1999) e Lastres, Cassiolato e Maciel (2003) e, basicamente, estão alicerçadas sobre três pilares: territorialidade, concentração de micros e pequenas empresas, instituições de apoio. O fenômeno que está ocorrendo atende, claramente, à territorialidade e à grande concentração de micros e pequenos negócios em torno de um único produto. Entretanto, não se observa a presença de instituições de apoio.

> [...] tudo que foi construído aqui foi pela iniciativa privada, sem ajuda nenhuma. Daí a dificuldade para se estabelecer esse elo necessário para o desenvolvimento de um APL. Porque sem o elo do investimento em pesquisa e em infra-estrutura, onde é necessário a mão do Estado, aí você não tem o desenvolvimento completo do arranjo. Você fica com o arranjo, de certa forma, perneta (Entrevistado 3, linhas 31-35).

A base da organização social e econômica, no município, é a concentração espacial de micros e pequenas empresas, formando redes por meio de laços familiares e atuando no mesmo setor industrial (confecção de jeans). Esta ‘convivência’ não descarta a presença da concorrência, existindo competição horizontal, pois são firmas que produzem o mesmo bem ou desempenham atividade similar e que têm como meta ganhos pecuniários. O inter-relacionamento é intenso e contínuo, exigência da grande quantidade de facções, e combina aspectos mais de competição, que de cooperação, esta última eventualmente restrita aos negócios do mesmo núcleo familiar.

Outro aspecto que deve ser considerado é a intensa divisão de trabalho entre firmas (facções), especializadas em diferentes fases do processo de confecção, o que remete à divisão do trabalho, analisada por Smith (2003) na fábrica de alfinetes: uma firma cortando e uma firma costurando, trabalhando juntas, produzem mais peças do que se cada firma fizesse a peça inteira (cortasse e costurasse). A concentração de facções deve-se tão somente a que a divisão do trabalho é uma forma de aumentar consideravelmente à produtividade e, decorrendo daí, a intensa e contínua criação de *spin-off*.

O quadro 11(5), a seguir, apresenta uma síntese das características de arranjo produtivo local (APL) observadas no *locus* da pesquisa, com base nas tipologias de Lemos (1997), Amorim (1998), Porter (1999) e Sengenberger e Pike (1999):

AUTORES	CARACTERÍSTICAS DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) OBSERVADAS EM TORITAMA	SIM	NÃO
LEMOS (1997)	Proximidade ou concentração geográfica		
	Grupos de pequenas empresas		
	Associações, instituições de suporte, serviços, ensino e pesquisa, fomento, financeiras, etc.		
	Intensa divisão de trabalho entre firmas		
	Flexibilidade de produção e de organização		
	Especialização		
	Mâo-de-obra qualificada		
	Fluxo intenso de informações		
	Identidade cultural entre os agentes		
	Relações de confiança entre os agentes (fora dos núcleos familiares)		
	Complementaridade e sinergias		
	Estreita colaboração entre as firmas e demais agentes		
AMORIM (1998)	Aglomeração de empresas, na maioria de pequeno e médio porte		
	Atividade principal é compartilhada por um expressivo número de firmas, sendo que cada uma delas, ou, o que é mais comum, um conjunto delas, se dedica a tarefas específicas do negócio		
	As firmas relacionam-se de maneira intensa e contínua e, esse processo de freqüentes interações, combina, de forma simultânea, aspectos de competição e de cooperação		
	Os proprietários de firmas desfrutam e procuram estimular relações de confiança entre seus pares		
	Ao redor das firmas integrantes existe, freqüentemente, uma rede de instituições públicas e privadas que tem papel como parte estimuladora e catalisadora do processo de entrosamento e atuação contínua das firmas		
PORTER (1999)	Concentração geográfica de empresas inter-relacionadas		
	Fornecedores especializados		
	Prestadores de serviços		
	Empresas de setores correlatos		
	Instituições específicas (universidades, órgãos de normatização, associações comerciais)		
SENGENBERGER; PIKE (1999)	Organização social e econômica baseada em pequenas empresas		
	Formação de redes de empresas (grupos familiares)		
	Mesmo setor industrial		
	Delimitação geográfica		
	Dinamismo empresarial		

Quadro 11(5): Características de arranjo produtivo local (APL) observadas em Toritama
Fonte: pesquisa direta, 2007

Tipologias que caracterizam um arranjo produtivo local, propostas por diferentes autores, estão constantes no quadro 11(5) e, fica evidente, que algumas delas estão fortemente presentes, como a concentração de pequenos negócios, que compartilham a atividade principal, no mesmo território. Corò (1999), a partir de seu estudo sobre os distritos industriais italianos, indica que o território não pode ser reduzido à simples pano de fundo da ação, pois funciona como sistema de coordenação das atividades econômicas e como fonte de

identidade social. De acordo com a perspectiva de Santos (2005), o lugar, espaço ou território oferece a possibilidade de "construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos" (p. 163), ou seja, um pequeno município no agreste pernambucano, pode (re)escrever o seu destino.

A formação de parcerias e de relações que estimulam à cooperação, confiança, reciprocidade e bem-estar coletivo, características dos círculos virtuosos, identificados por Putnam (1993) nos arranjos italianos da Emília Romagna e da Lombardia, ainda não estão presentes, pois são insignificantes as interações cooperativas entre os atores locais.

Humphrey e Schmitz (1996) consideram que o crescimento da consciência que leve a um relacionamento cooperativo inter-firmas forma a base para o desenvolvimento de um meio institucional mais consolidado. A cultura empresarial local retrata uma incipiente consciência da necessidade de desenvolver relações cooperativas, o que é reforçado, inclusive, pela ausência de associação participativa, visto que, dentre aproximadamente 2600 empresas, menos de 100 participam da ACIT. A construção de laços de confiança pode reduzir custos de transação e trazer ganhos reais de escala.

É provável que as instituições de suporte, financeiras, de educação superior, de formação e capacitação de mão-de-obra, bem como uma indústria têxtil fabricante de tecido, não venham a se instalar na cidade, dificultando a formação do APL.

> O que diferencia, por exemplo, de um APL desenvolvido, na minha leitura particular, é que, por exemplo, os elos chamados instituições de fomento, principalmente financeiro, e as instituições de ensino e pesquisa ainda são extremamente frágeis. Inclusive isso é uma demanda nossa (Entrevistado 3, linhas 134-137).

Considerando os "momentos marshallianos", pode-se afirmar que Toritama encontra-se no estágio de "aglomeração", exatamente pela ausência destas instituições. O município está situado entre duas cidades maiores, conforme figura 21(5): Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, respectivamente com 289.086 e 73.680 habitantes, de acordo com contagem do

IBGE (2007), que atraem os órgãos de fomento. Juntos, os três municípios formam o pólo de confecções do agreste e ultrapassam a condição de APL, formando o que Marshall (1985) considera um Sistema Local de Produção.

Figura 21(5): Mapa de Pernambuco com o pólo de confecções
Fonte: FADE/UFPE/SEBRAE, 2003

A indústria toritamense consegue dominar parte significativa do mercado de vestuário padrão, produzindo 16% do jeans usado no Brasil: "é muito fácil fazer esse cálculo, nós compramos 16% do tecido denim fabricado no Brasil e, portanto, nós produzimos 16% do jeans" (Entrevistado 3, linhas 125-127). Com a maior parte dos negócios na informalidade, as micros e pequenas empresas não investem em modernização tecnológica e nem no desenvolvimento de produto e *design*, vendem o produto basicamente no comércio local e regional e acreditam que para explorar novos mercados precisam principalmente de orientação e divulgação: "aqui não se investe em divulgação. O governo do estado não investe nada, a prefeitura local nada. Se aqui é um pólo, entre Caruaru, Toritama, Santa Cruz, deveriam os três governos se organizar prá divulgar" (Entrevistado 2, linhas 31-34).

Os empreendedores locais se orgulham de Toritama, mas acreditam que a situação poderia estar melhor se houvesse o interesse do Estado em formatar políticas públicas que propiciassem o meio institucional para o desenvolvimento local.

5.2.3.1 Desenvolvimento local em Toritama

Oliveira (2006) considera que, para a construção do projeto social, embora não sejam condições suficientes, o crescimento econômico e a distribuição de renda, são condições necessárias e requisitos para a superação da pobreza e da melhoria no padrão de vida das pessoas.

> O *crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. [...] quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 2004, p. 484 – itálicos do autor).

Uma grande concentração de pequenas e médias empresas, que dividem o mercado de forma relativamente homogênea é, de acordo com Kalecki (1980), um sistema que conduz a uma distribuição de renda mais uniforme. O autor aponta que, quando parcela significativa de trabalhadores pode se auto-empregar, e empregar outra parcela da população, pois o padrão produtivo é pouco intensivo em capital e muito intensivo em trabalho, automaticamente registra-se melhoria da distribuição de renda.

Na tabela 7(5) e na figura 22(5), a seguir, observa-se o vigor da dimensão econômica, o que indica que o fator renda sobrepõe-se aos demais. O aumento da renda da população foi enfatizado por todos os entrevistados, que demonstram orgulho pelo desempenho econômico do município. É importante salientar que a dimensão político-institucional foi a segunda dimensão mais mencionada, porém as falas apontam sempre para a ausência de políticas públicas locais.

Tabela 7(5) – Frequências do desenvolvimento local

12	Desenvolvimento local	Freq.	%
121	Dimensão ambiental	16	12,40
122	Dimensão econômica	79	61,24
123	Dimensão político-institucional	29	22,48
124	Dimensão sócio-cultural	5	3,88
	Sub-total	**129**	**100**

Fonte: pesquisa direta, 2008

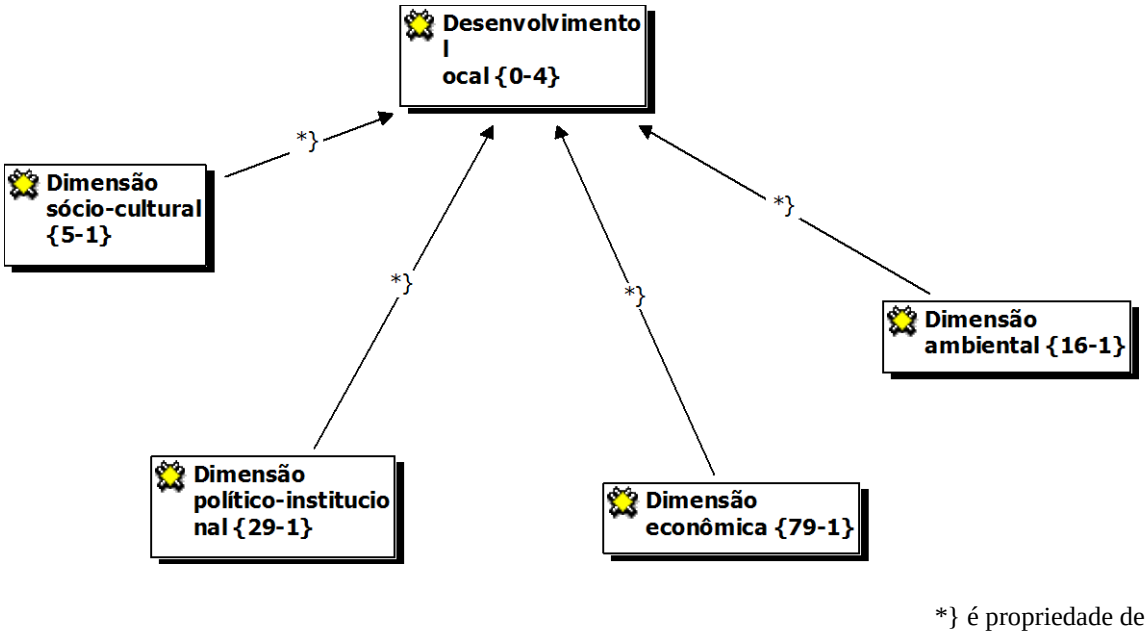


Figura 22(5): Desenvolvimento local e suas dimensões
Fonte: pesquisa direta, 2008

Todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que a renda vem aumentando: "a renda aqui melhorou muito, é perto de sete salários" (Entrevistado 1, linhas 89-90) ou "a mentalidade de Toritama é comércio, comércio, comércio e lucro, a renda *per capita* é muito boa, em torno de sete salários mínimos. O estilo de vida do empreendedor bem sucedido está começando a inflacionar o mercado" (Entrevistado 4, linhas 56-57).

Uma preocupação evidente é que a oferta de trabalho atrai muita gente sem qualificação e, com o mercado imobiliário inflacionado, estão surgindo focos de favelas na periferia: "não existe uma infra-estrutura adequada na periferia do município, principalmente porque, de 1990 a 2000 o crescimento populacional foi imenso" (Entrevistado 3, linhas 51-52). Porém, esses focos de favelas tendem a desaparecer, porque:

> existem pessoas que chegam sem qualificação e passam dificuldades, mas os focos de favela vão logo diminuindo, porque as pessoas vão aprendendo um ofício e tendo um rendimento, pela localidade em que ela tá morando, ela já sente, ela sente que deve mudar também. Ela já começa a desmanchar aquela casinha ali e fazer uma casinha melhor, pela própria educação, pelo melhor rendimento, porque vê os outros melhorando (Entrevistado 1, linhas 111-116).

Apesar da elevação muito acentuada na renda *per capita*, houve, ao mesmo tempo, concentração da renda: "seria exagero dizer que toda a população envolvida na produção é homogênea na participação da renda produzida pela confecção" (Entrevistado 7, linhas 37-38). O sistema capitalista sempre se caracterizou por uma lógica excludente, onde os donos do capital mantêm uma situação de privilégio e, a maioria da população vive em situação de exclusão social. Em Toritama, mesmo se observando concentração de renda, essa lógica vem sofrendo uma transformação, pois predomina uma situação de inclusão para praticamente a totalidade da população. Empreendedores que realizam grandes investimentos, via de regra, usufruem maiores ganhos; empreendedores que investem menos, auferem menor lucro.

Não se registra o tipo de capitalismo selvagem, no qual as forças do mercado, em sua busca incessante pelo lucro, marginalizam um enorme contingente de mão-de-obra. Está ocorrendo uma situação mostrada por Smith (2003), desde o século XVIII: nos mercados livres, onde os indivíduos procuram seu bem-estar, a economia se movimenta com eficiência. Os indivíduos, trabalhando em seu próprio interesse, estão trabalhando para o maior bem social. O trabalho representa a verdadeira fonte de riqueza de uma nação e, o aumento da produtividade está diretamente relacionado à divisão do trabalho, seja a nível individual, seja a nível organizacional, como ocorre nas facções.

A melhoria nas condições de vida da população pode ser evidenciada a partir de um estudo, sobre Toritama, realizado em 1994:

> Em relação à comunicação, a cidade não possui D.D.D., tornando-se difícil a comunicação por via telefônica. Para a comunicação com outras áreas, os fabricantes utilizam os serviços prestados pelo posto telefônico da TELPE. Mesmo as residências que possuem linha telefônica, para conseguir ligações para outras localidades, têm que pedir ligação ao 101 (SILVA, 1994, p. 30).

Além da área de comunicação, a geração de emprego e renda dinamiza outros setores que promovem o desenvolvimento local: “quinze anos atrás, acredita que nós tínhamos duas padarias e uma farmácia? Hoje nós temos mais de 30 padarias e mais de 30 farmácias. Quanto a posto de gasolina, têm vários aqui, o que antes tinha uma bombinha na BR” (Entrevistado 6, linhas 67-70), ou “os mais pobres daqui, que moram nas casas da Cohab, a menor televisão que tem é de 29 polegadas” (Entrevistado 4, linhas 60-61), ou ainda, “qualquer carroceiro desse que vende água tem, pelo menos, uma casa e um carro” (Entrevistado 6, linhas 61-62). “Há 20 atrás, todas essas ruas eram de terra, nada pavimentado, tudo areia, hoje tá tudo calçadinho” (Entrevistada 9, linhas 38-40). O toritamense se orgulha de que, “mesmo tendo crise no país, aqui não se passa fome” (Entrevistado 1, linha 110) ou “aqui só existe fome se a pessoa tiver preguiça de descascar uma banana” (Entrevistado 5, linhas 68-69).

Apesar da inegável melhoria no padrão de vida da população, os empreendedores toritamenses se consideram abandonados pelo poder público:

> Precisamos ser assistidos pelo governo. Ter uma política voltada para esse pólo turístico aqui - Caruaru, Toritama e Santa Cruz. Porque se a gente todos juntos estivesse nessa região aqui... vai ser, como se diz, o orgulho de Pernambuco. Porque é o que mais cresce nesse agreste de Pernambuco aqui (Entrevistado 9, linhas 6-9).
>
> Todas essas cidades circunvizinhas, ela copiaram Toritama. Então veja: Toritama, além de dar emprego para essas cidades circunvizinhas, ela gerou, por exemplo, um esteio... Acho que o governo do estado, o governo municipal, o governo federal, deveriam dar atenção a esse município (Entrevistado 5, linhas 113-116).
>
> O que é que tem??? Aí vem os impostos altos, a fiscalização, o ministério do trabalho, empenho da secretaria da fazenda, CPRH, de tudo vem prá Toritama. Cobrar! Mas o que oferecem? O que estão oferecendo a 20 anos atrás prá essas empresas? A gente vê: quando se oferece empréstimo mais barato, se exige tanta coisa... (Entrevistado 1, linhas 48-51).

Pode-se considerar que as políticas públicas ainda são incipientes e que, as externalidades positivas na qualidade de vida da população dependem mais da iniciativa privada que da ação pública: “as políticas públicas são inexistentes, então por isso o empresário aqui se acha tão auto-suficiente” (Entrevistado 3, linhas 29-30).

A administração pública brasileira tem se caracterizado pela incapacidade de implantar ações que atendam as demandas sociais. A falta de políticas públicas eficientes e inovadoras tem sido uma das principais causas da ausência do desenvolvimento, em nível local ou regional, conforme o estudo de Albuquerque (1995). Corroborando o autor, Ornélas (2003), reforça que as ações governamentais dão ênfase a "indústria da seca". Porém, a arquitetura dos "novos sertões" pode colocar um ponto final no modelo simplista do Nordeste atrasado e sem condições de enfrentamento dos seus problemas.

Políticas públicas, como imposição de decisões governamentais que afetam a vida de um conjunto de cidadãos, são práticas de um estado centralizado e burocrático, que vem sendo substituído por um novo modelo, denominado Novo Gerencialismo Público. Neste modelo, como aponta Fonseca (2002), uma significativa parcela de atividades tradicionalmente consideradas como obrigações do estado, é transferida para a sociedade.

O empresário local começa a entender que o estado é apenas um dos agentes implementadores de políticas públicas, tendo um papel bem delimitado:

> Acho que o governo, não só o Eduardo[6], mas os outros que já passaram, os que vão vir, o próprio prefeito, os empresários também, porque você não deve culpar o governo, porque se você não leva o problema, ele nunca vai ser resolvido. E tem que resolver o problema sem estar atrás de toma lá, me dê cá. Nós que somos comerciantes, somos empresários, temos que olhar também a parte nossa, sem estar atrás de emprego de prefeitura, porque prefeitura tem que fazer administração... Porque quando você vai atrás de alguma coisa em troca, dificulta o andamento da administração. Tem que só deixar administrar o município, com segurança, com saúde, com educação e trazendo outros empreendedores e até, por exemplo, dando condições para aqueles empreendedores, com incentivos para aqueles que vem comercializar no nosso município (Entrevistado 1, linhas 92 a 101).

A presença do poder público faz-se imprescindível nos setores que exigem "investimentos que demandem muitos recursos, que estão além da capacidade de investimento do empresário. O empresário não tem fôlego suficiente para investir em setores onde o retorno é muito demorado e o investimento muito alto, como educação" (Entrevistado

---

[6] Eduardo Campos, governador do estado de Pernambuco, empossado em 02 de janeiro de 2007.

3, linhas 78-80). As políticas públicas devem, então, priorizar o investimento em educação, no intuito de construir um estoque de capital humano, como mostra o estudo de Kim (1998), seja a nível operacional, seja a nível gerencial.

Outra área que requer atenção é o meio ambiente, pois uma das fases do processo produtivo do jeans, a lavagem, exige muita água e muito combustível, no caso, a queima de lenha. Localizada no agreste, as margens do rio Capibaribe, que na maior parte do ano é um leito seco, a água é um recurso precioso. Em 2001, o promotor da cidade, Sérgio Gadelha Souto, instaurou um inquérito civil para apurar denúncias sobre o lançamento, no rio, dos refluentes das mais de 50 lavanderias, e sobre a poluição atmosférica resultante da queima de lenha nas caldeiras.

Após inúmeras negociações, no segundo semestre de 2005, todas as lavanderias tinham cumprido as exigências do Ministério Público Estadual e o rio Capibaribe estava com suas águas limpas e peixes e garças haviam retornado.

> Foi rompida uma barreira cultural, mas, se deixar de fiscalizar, volta tudo ao que era. Foram quatro anos e meio para fazer, mas para desfazer é bem mais rápido. O próximo problema, já que o da água está praticamente resolvido, é a lenha. A lenha é muito barata, porque o IBAMA não consegue fiscalizar (Entrevistado 4, linhas 49-51).

Palavras proféticas, pois no final de novembro de 2007, foi promovida uma audiência pública, pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias (Caop) de Meio Ambiente do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), para discutir a poluição, por resíduos tóxicos despejados por lavanderias, do rio Capibaribe.

É comum observar na “rodovia do jeans”, o trânsito de caminhões carregados com lenha, combustível que alimenta as caldeiras das lavanderias. Um proprietário de confecção, que recentemente abriu uma lavanderia com um irmão, acredita que “a lenha usada nas lavanderias não agride o ecossistema – chama-se jurema, tem raízes tão profundas, que brota

de novo, sozinha, não precisa nem de plantar, ela é toda autorizada" (Entrevistado 5, linhas 82-84).

Como o município é muito pequeno, não se encontram espaços públicos destinados ao lazer, como parques ou praças arborizadas. Todo o espaço físico é aproveitado para a implantação de negócios.

A conservação dos recursos naturais, associada ao dinamismo econômico, à melhoria na qualidade de vida da população, à mobilização das potencialidades locais e ao aumento das oportunidades sociais são, de acordo com Buarque (2006), pré-requisitos para o desenvolvimento local. No quadro 12(5), são apresentadas as dimensões cujos resultados podem conduzir ao desenvolvimento local.

Dimensões	
Econômicas	Grande concentração de micros e pequenos negócios; núcleo de produção de base familiar, com formação de redes de empresas; situação de pleno emprego; independência de recursos públicos e de instituições financeiras.
Sócio-cultural	Inclusão social por meio do pleno emprego e da criação de *spin-off*, reduzida distância hierárquica entre patrão e empregado; orgulho do dinamismo econômico do município.
Político-institucional	Ausência de políticas públicas. Atuação do Ministério Público Estadual no controle de danos ao meio ambiente.
Ambiental	Princípio da sustentabilidade ambiental respeitado pela maioria das lavanderias formais, todas com sistema de tratamento, mas ainda não consolidado nos pequenos negócios informais.

Quadro 12(5): Dimensões do desenvolvimento local presentes em Toritama
Fonte: pesquisa direta, 2008

É importante salientar que o desenvolvimento local é um processo em que o social se integra ao econômico. A distribuição de renda e o crescimento econômico acabam por adquirir uma dinâmica comum, pois os atores tomam decisões para aumentar a produtividade e competitividade das empresas e assim, melhoram a qualidade de vida da população, por meio do aumento da renda.

6 Conclusão

Neste capítulo são apresentadas as conclusões do estudo, embasadas na relação do material empírico com os objetivos e as questões norteadoras, utilizando a fundamentação teórica para dar sustentação aos dados obtidos.

Este estudo procurou analisar manifestações do capital social e do empreendedorismo, bem como suas interações, na formação de um arranjo produtivo, formulando a tese de que o capital social e o empreendedorismo são condições necessárias e imprescindíveis para a formação de um arranjo produtivo local.

O arcabouço teórico foi construído sobre a tese, que gerou os objetivos e as questões norteadoras, bem como os procedimentos metodológicos pertinentes à elucidação do problema de pesquisa. Capital social, empreendedorismo, arranjos produtivos locais e desenvolvimento local são temas permeados pela interdisciplinaridade, além de conceitos recentes, cujas primeiras pesquisas remontam a meados do século passado. Neste sentido, a fundamentação teórica baseou-se, inclusive, em estudos de outros campos disciplinares, como Economia e Sociologia, mas procurando observar a advertência de Guerreiro Ramos (1989) quanto ao risco da "colocação inapropriada de conceitos relacionados à teoria da organização, que acabará mutilada, se continuar se permitindo à prática de tomar emprestadas de outras disciplinas, incompetentemente, teorias, modelos e conceitos estranhos as suas tarefas específicas" (p. 69).

A abordagem metodológica escolhida foi pesquisa qualitativa, considerada mais adequada ao escopo do estudo e aos elementos de análise. A construção do *corpus* garantiu a confiabilidade e a relevância, pois foram criteriosamente observados os princípios da exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, propostos por Minayo

(2007). Para a análise categorial do material transcrito, foi utilizado o *software* Atlas/ti, na versão 5.2. Os resultados foram validados pela fidedignidade sincrônica, proposta por Kirk e Miller (1986) para legitimação da pesquisa qualitativa, obtida por meio do uso simultâneo de diferentes técnicas de coleta. Bogdan e Biklen (1994) consideram as fotografias importantes dados descritivos, o que motivou e legitimou seu uso na análise do caso.

A abertura de firmas é uma característica do fenômeno empreendedor, que neste estudo esperava-se ser uma prática relacional, tecida pelo capital social. Desde que se restrinja ao núcleo familiar, pode-se considerar o empreendedorismo como atividade relacional, co-operativa e com possibilidades de formar alianças estratégicas. Afastando-se deste núcleo, o empreendedorismo toritamense, caracteriza-se como uma atividade atomizada, com o capital social desenvolvendo-se, de acordo com o estudo de Burt (1992), nos "vazios estruturais", bem mais que nos grupos coesos, de laços fortes.

O empresário, no contexto analisado, é um ator individualista, um empreendedor-artesão, conforme a tipologia proposta por Kets de Vries (1995), que procura a auto-suficiência a partir de uma pulverização de micro e pequenos negócios atuando no mesmo segmento industrial e criados por *spin-off*. É importante salientar que esta não é uma estratégia deliberada, apesar de ser similar ao que Hitt; Ireland e Hoskinsson (2003) denominam de nível de diversificação elevado, uma vez que mais de 70% das receitas vêm dos pequenos negócios difundidos pelo território, que compartilham vínculos de produção e de distribuição.

Todos os esforços são concentrados na área em que as firmas são mais competitivas, a indústria de vestuário padrão, especificamente a confecção de jeans. A criação de *spin-off* é muito elevada e é bastante evidenciado que a estratégia não é o crescimento da empresa, mas o crescimento da quantidade de empresas, levando a constatação de que o tamanho da empresa é um estilo de gestão nos moldes pós-fordistas.

O formato existente caracteriza-se por intensa desverticalização do processo produtivo e, tem como predomínio, a subcontratação nas diferentes fases da montagem do jeans (facções). A subcontratação é central nos novos modelos produtivos, e sua intensificação tem levado a um crescimento explosivo de micro e pequenas empresas, em busca de maior flexibilidade, e a uma crescente informalização nas relações de emprego, como já mostrado pelo estudo de Ypeij (1998). O (re)surgimento das micros e pequenas empresas desafia a crença de que estas teriam chances estruturalmente modestas, que enfraqueceriam mais ainda com o tempo, haja vista resultados de pesquisas sobre mortalidade das empresas realizadas pelo Sebrae (2007). Quando organizadas em aglomerados, delimitados geograficamente, as pequenas empresas ultrapassam as grandes, em aspectos como oferta de trabalho, produtividade e margens de lucros, tendendo a formar arranjos produtivos locais, tipo de organização que pode ser considerada uma nova combinação produtiva e condição necessária para o processo de desenvolvimento econômico, como já identificado por Schumpeter (1988).

Os pressupostos básicos do 'princípio de mercado', propostos por Souza Santos (1995), como autonomia, iniciativa privada, concorrência, competitividade, lucro e liberdade, apresentam-se com vigor, embora, o formato atípico que foi observado seja um paradoxo da globalização: um pequeno território espacial, desprovido de recursos naturais, oferece plena ocupação para seus habitantes, bem como para pessoas provenientes de localidades próximas, em centenas de micros e pequenos negócios. Signo representativo da época atual, a globalização neo-liberal vem tendo sua hegemonia ameaçada por estas novas horizontalidades que, a partir do territorial, mostram novos caminhos e novas alternativas, "capazes de restaurar o homem na sua dignidade", conforme apontou Santos (2005, p. 144). Este fenômeno reforça o papel do arranjo produtivo local como uma forma de globalização contra-hegemônica, baseada na especialização flexível: o capital cresce "desunido", sem a presença de uma, ou mais, grande empresa nucleando os micros e pequenos negócios.

Desde Adam Smith, a verdadeira riqueza das nações está no trabalho e na livre iniciativa de empreendedores, sendo que a maior riqueza que o trabalho pode oferecer é a inclusão. E, nas relações de trabalho, contrariamente a determinadas posições ideológicas, a inclusão não requer como condição necessária o emprego formal. De modo algum se pretende fazer apologia à informalidade, este estudo nunca se pretendeu prescritivo, mas tão somente a analisar descritivamente uma situação em que, atipicamente, a informalidade gera trabalho, renda e inclusão.

Cocco, Galvão e Silva (1999), apontam que a informalidade no Brasil é um fenômeno extremamente heterogêneo, por vezes, ligado ao atraso, outras ao moderno, em determinadas ocasiões, perverso e degradante, em outras, inovador. Moderno e inovador, o fenômeno que está acontecendo no *locus* é típico da especialização flexível, modelo que, de acordo com Piore e Sabel (1984), privilegia a formação de núcleos de pequenas empresas, inseridas em um ambiente de competição e cooperação e com trabalhadores polivalentes.

Tema delicado em um país com elevados índices de desemprego, responsáveis por tantos problemas sociais e econômicos, a informalidade parece estar se (re)configurando como opção viável de combate à concentração da pobreza e inclusão sócio-vertical. O trabalho informal é uma situação transitória, passagem para o auto-emprego, ou seja, existe oportunidade concreta do trabalhador constituir seu próprio negócio, por meio de *spin-off*.

Município situado na região Nordeste, no agreste pernambucano, que economicamente jamais se equiparou ao esplendor canavieiro da rica zona da mata, Toritama produz 16% do jeans comercializado no Brasil. De acordo com Buarque (2006), em municípios pobres, somente se pode falar em desenvolvimento local, quando houver atividades econômicas viáveis e competitivas, que propiciem aumento de renda e da riqueza local, e nesse sentido, pode-se afirmar que sim, está havendo desenvolvimento local. É importante reforçar que este vincula-se ao capital empreendedor local e não a recursos financeiros, sofisticação

tecnológica, intervenção estatal ou capital social. Desenvolvimento local, não por políticas de atração de grandes unidades fabris, por meio de abdicação fiscal e tributária, como alguns estados e municípios nordestinos estão promovendo, mas pelo empreendedorismo autóctone, voltado para a criação de micros e pequenos negócios.

Pode-se dizer que o fenômeno que ocorre em Toritama não se classifica como um arranjo produtivo local – APL, pois é notória a ausência de instituições de apoio, como faculdades, instituições financeiras, órgãos de formação e capacitação de mão-de-obra, aspectos comuns à tipologia dos estudiosos deste fenômeno. Observa-se que está ocorrendo com mais força a fase denominada por Marshall (1985) de "aglomeração", um estágio evolutivo que antecede o desenvolvimento de um APL. Pode-se também considerar que é muito provável que este processo evolutivo não ocorra, pois o município está localizado eqüidistante, entre Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, cidades significativamente maiores e que, por apresentarem as condições necessárias, já estão constituindo um Sistema Local de Produção, situação que sucede ao Arranjo Produtivo Local.

O fenômeno empreendedor é vigoroso, mas prevalece a lógica competitiva em detrimento da cooperação e do coletivo, não tendo se observado manifestações significativas de capital social. O município carece de políticas públicas direcionadas que apontem para a importância do trabalho coletivo, a formação de alianças e parcerias estratégicas para além dos núcleos familiares, de maneira a favorecer a criação de um meio institucional sólido, para o desenvolvimento de relações cooperativas.

Por fim, o capital social e o empreendedorismo manifestam-se como um modelo *patchwork*, tecido feito com a união de retalhos de tamanhos, texturas e cores diferentes, mas que formam um todo harmônico, no qual os pequenos pedaços de pano (núcleos familiares) ainda não são costurados pelo capital social.

Quantos aos questionamentos iniciais, a constatação do individualismo permite afirmar que a presença do capital social não é uma condição imprescindível para a formação e manutenção do APL, pois a ausência de capital social sobrepõe-se à sua presença, contradizendo o que foi observado por Sengenberger e Pike (1999) nos distritos italianos, onde a ênfase é na organização social. Mesmo sem a presença do capital social, a força do capital empreendedor dinamiza a economia e possibilita, além da manutenção do aglomerado, o desenvolvimento local.

Em Pernambuco, berço do primeiro ciclo econômico da colonização brasileira, poderia ter se cristalizado a característica das nações ibéricas apontada por Holanda (1995), de que o ócio importa mais do que o negócio. Em Toritama vem ocorrendo justamente o contrário: o negócio importa mais do que o ócio.

6.1 Sugestões

A realidade é mutável, flexível e indeterminada, permeada por uma crescente complexidade, por detrás de fenômenos que parecem simples. Nenhuma análise pode ser definitiva, pois, o real contém uma infinidade de "essências", que é preciso clarificar e os esquemas de inteligibilidade possíveis estão em constante transformação (BRUYNE *et al*., 1977), portanto, são oferecidas não recomendações, mas tão somente sugestões, tanto para possível aplicação dos empreendedores locais, como para futuras investigações relacionadas ao assunto.

A participação associativa entre os empreendedores toritamenses ainda é insignificante, o que dificulta a negociação com órgãos públicos, com fornecedores de grande porte (como a indústria têxtil) e com instituições de fomento. Nesse sentido, é importante a criação de uma associação independente de empreendedores, capaz de ser porta-voz de

políticas que promovam interesses setoriais específicos e facilitem o acesso a fornecedores, eventos, legislação, moda e novas tecnologias.

A carência de mão-de-obra qualificada e a escolaridade insuficiente da grande maioria dos empreendedores podem comprometer a gestão das micro e pequenas empresas, o que torna necessária a atração de uma instituição de ensino superior privada, com reconhecida qualidade no mercado e que ofereça cursos, prioritariamente, de administração de empresas, marketing, *design* de moda e estilismo. É importante formar parcerias com o poder público no intuito de criar um *mix* de investimentos em educação e apoio a micros e pequenos negócios.

O alto índice de informalidade pode ser reduzido por meio de negociações com o poder público, no sentido de isenções tributárias, redução nas tarifas de energia e água, bem como a doação de áreas para sediar firmas e promover a regularização das empresas.

Os municípios do agreste pernambucano que compõem o pólo de confeções vem sendo alvo de pesquisas acadêmicas, mas ainda oferecem um campo fértil para estudos em diferentes áreas disciplinares. O equilíbrio ambiental do agreste é frágil e o corte indiscriminado da lenha, sem qualquer manejo, bem como o uso de fontes alternativas de energia, deve ser objeto de análise mais profunda.

No efervescente cenário econômico de Toritama, seria interessante um estudo profundo sobre a correlação entre informalidade e satisfação no trabalho, bem como sobre relações de gênero, considerando que os homens estão exercendo atividades tradicionalmente consideradas femininas.

O Parque das Feiras é um caso interessante para ser estudado com profundidade, pois foi o primeiro grande centro de compras da região e já tem acumulado experiência, tanto de erros quanto de acertos.

Por fim, espera-se ter contribuído para o crescimento do estado da arte na Ciência Administrativa, pela verificação de teorias existentes e pela discussão de um tema como o

empreendedorismo, que vem sendo, na atualidade, estudado como um formato coletivo e relacional, conforme os estudos de Johannisson (1998), Verstraete (2001), Paiva Jr (2004), Chabaud e Ngijol (2005) e que emergiu da pesquisa como um fenômeno atomizado, o empreendedor como um ator principal e a rede social apenas como coadjuvante.

Característica do empreendedorismo, a criação de empresas por *spin-off*, em um espaço delimitado, sinaliza para um modelo organizacional pós-fordista, como a especialização flexível, que carece de evidências empíricas, tanto para corroborar a teoria como para acrescentar dados novos a mesma.

É importante alertar sobre os cuidados que se deve ter ao importar conceitos aplicáveis a outras realidades, como o capital social, pois os mesmos inúmeras vezes não se aplicam à cultura e à realidade local, tornando-se apenas discursos sem qualquer aplicação prática.

Assim sendo, os resultados deste estudo, é importante reforçar, não podem ser generalizados para quaisquer outros contextos, pois aglomerados e arranjos produtivos locais apresentam nuances e matizes próprios, em territórios diferentes, bem como o desenvolvimento local, que é um processo orgânico, um fenômeno humano e, portanto, não padronizado.

Referências

AKGÜN, A.E.; LYNN, G.S.; BYRNE, J.C. Organizational learning: a socio-cognitive framework. **Human Relations,** v. 56, n.7, p. 839-868, jul 2003.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs). **Pequena Empresa** – Cooperação e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____. Capital social e empreendedorismo local. **Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

ALBUQUERQUE, R. C. de. Bases de uma nova estratégia de desenvolvimento para o Nordeste. In: VELLOSO, J.P. dos R.; ALBUQUERQUE, R.C. de (coordenadores). **A promoção do desenvolvimento:** os 50 anos do BNDES e do Banco do Nordeste**.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

_____. **Governabilidade e Reformas.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

ALMEIDA JUNIOR, M. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Incentivos para firmas em APLs controlarem a poluição: o caso Toritama (PE),** maio de 2005.

ALMEIDA, H. S. Um Estudo do Vínculo Tecnológico entre Pesquisa e Desenvolvimento, Fabricação e Consumo. IN: MARCOVITCH, J. *et al.* **Política e Gestão em Ciência e Tecnologia: Estudos Multidisciplinares**. São Paulo: Pioneira/NPGCT, 1986.

ALVESON, M.; SKÖLDBERG, K. **Reflexive Methodology:** new vistas for qualitative research. London: Sage, 2000.

AMORIM, M. A. **Clusters como estratégia de desenvolvimento industrial no Ceará**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.

ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho –** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

AQUINO, W. R. de. **Desenvolvimento de Aglomerados de Microindústrias em Cidades de Interior Pernambuco, Nordeste do Brasil.** Recife, UFPE, Dissertação de Mestrado, 1990.

ARAÚJO, M. C. D'. **Capital Social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ARBIX, G.; MENDONÇA, M. Inovação e competitividade: uma agenda para o futuro. In: CASTRO, A.C.; LICHA, A.; PINTO JR, H.Q.; SABOIA, J. (Orgs.). **Brasil em desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ARENDT, H. **A Condição Humana.** 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos.** 3ª Ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

AROCENA, J. **El Desarrollo Local:** Uno Desafio Contemporáneo. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1995.

AROW, K.J. Observations on social capital. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. (eds.). **Social Capital:** a multifaced perspective**.** Washington, DC: The World Bank, 2000.

ASHTON, T.S. **A Revolução Industrial.** 3ª Ed. Coleção Saber 92. Publicações Europa-América, 1974.

AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. (New York: Penguin Books, 1990.

BABA, M. L. **Dangerous Liaisons**: Trust, distrust, and information technology in América work organizations Human Organization. Washington Fall, 1999.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico:** contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAGNASCO, A. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G.; URANI; A., GALVÃO, A. P. (Orgs). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos** – o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BALTAR, M.; PINCOVSKY, S. A "Rota da Moda" na Dinâmica Demográfica de Pernambuco. **Anais** do Seminário Quanto Somos e Quem Somos no Nordeste. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, Recife, 2004.

BANDEIRA-DE-MELLO, R. *Softwares* em pesquisa qualitativa. In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A.B. da (Orgs). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais –** Paradigmas, Estratégias e Métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação na instituição educativa.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BARBOSA, R.N.de C. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, M.O.da S.; YAZBEK, M.C. (Orgs). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.

_____. Trabalho e economia solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. In: FRANCISCO, E.M.V.; ALMEIDA, C.C.L.de (Orgs). **Trabalho, território, cultura:** novos prismas para o debate das políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2002.

BARON S.; FIELD, J.; SCHULLER, T. **Social capital:** critical perspectives. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BAUER, M.W.; AARTS, B. A Construção do *Corpus*: um Princípio para a Coleta de Dados Qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som –** Um manual prático. 5ª Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2002.

_____. GASKELL, G.; ALLUM, N.C. Qualidade, Quantidade e Interesses do Conhecimento – Evitando Confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som –** Um manual prático. 5ª Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2002.

BAUMOL, W.J. **Entrepreneurship, Management and the Structure of Payoffs.** Boston: MIT Press, 1993.

BECATTINI, G. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, G.; URANI; A., GALVÃO, A. P. (Orgs.). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos** – o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BELL, M.; PAVITT, K. **Accumulating Technological Capability in Developing Countries.** Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics. Washington: The World Bank, 1993.

BELLE, F. Quais as diferenças na diferença? In: CHANLAT, J-F. (Coord.) **O Indivíduo na Organização –** Dimensões Esquecidas. Volume II. São Paulo: Atlas, 2001.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade –** Tratado de Sociologia do Conhecimento. 24ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BNDES/PNUD. **Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local.** Recife, 2000.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1994.

BONACICH, E. *et al*. **The global production:** the apparel industry in the pacific rim. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

BORBA, J.; SILVA, L. L. da. Sociedade Civil ou Capital Social¿ Um Balanço Teórico. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. **Capital Social –** Teoria e Prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BOTHWELL, S.; GINDROZ, R.; LANG, R. Restoring community through traditional neighborhood design: a case study of Diggs Town Public Housing. **Housing Policy Debate,** 9, 1, 1998.

BOURDIEU, P.; DELSAUT, Y. O costureiro e sua grife – contribuição para uma teoria da

magia. In: BOURDIEU, Pierre. **A Produção da Crença –** Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2006.

_____. **Las estructuras sociales de la economía.** Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.

_____. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDINI, V. Vestindo a rua: moda, comunicação & metrópole. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos,** vol. IX, n. 1 – p. 23-33, jan\abr 2007.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo:** séculos XV-XVIII (volume 2), 3ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.: SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais –** Os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUENO, E. **Brasil: uma História** – a incrível saga de um país. 2 ed. São Paulo: Ática, 2003.

BUENO, M. L. Prefácio à Edição Brasileira. In: CRANE, D. **A Moda e seu Papel Social** – Classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

BURITY, J. Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br> , acesso em junho 2006.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organization analysis.** London: Routledge, 1979.

BURT, R.S. **Structural holes**: the social structure of competition. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade.** Campinas, Unicamp I.E., n. 14, p. 152-174, 2000.

CAILLÉ, A. Dádiva e associação. In: MARTINS, P.H. (Org.). **A dádiva entre os modernos:** discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002.

CALÁS, M.B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas e estudos organizacionais. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais –** Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais. Volume 1. São Paulo: Atlas, 1998.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M.M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs). **Pequena Empresa –** Cooperação e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASSON, M. **The Entrepreneur:** An Economic Theory. Totowa, N.J.: Barnes & Noble Books, 1982.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica.** 6ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHABAUD, D.; NGIJOL, J. La contribution de la théorie des réseaux sociaux à la reconnaissance des opportunités de marché. **Revue Internationale PME**, vol. 18, n. 1, p. 29-46, 2005.

CHILD, J. Confiança e alianças estratégicas internacionais: o caso das joint ventures sino estrangeiras. In: RODRIGUES, S. B. (Org.) **Competitividade, Alianças Estratégicas e Gerência Internacional**. São Paulo: Atlas, 1999.

COCCO, G.; GALVÂO, A.P.; SILVA, M.C.P da. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: COCCO, G.; URANI; A.; GALVÃO, A. P. (Orgs). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos** – o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COHEN, S. S. **Social capital and capital gains in Silicon Valley**. California Management Review, Berkeley, 1999.

COLEMAN, J. **Foundations of Social Theory.** Cambridge: Harvard University Press, 1994.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração –** Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONFÚCIO. **Os Analectos.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração.** 7ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORÓ, G. Distritos e Sistemas de Pequenas Empresas. In: COCCO, G.; URANI; A.; GALVÃO, A. P. (Orgs). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos** – o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COSTA, M. T. As pequenas e médias empresas no desenvolvimento local: conceito e experiências. In: GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S. (Orgs). **Competitividade e Desenvolvimento –** Atores e Instituições Locais. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

COTRIM, G. **História e Consciência do Mundo.** São Paulo: Editora Saraiva, 1996.

_____. **História e Consciência do Brasil.** São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

COUTINHO, M.C. Espaço e Economia no Sistema de Cantillon. **Nova Economia,** Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 97-116, janeiro-abril de 2005.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Toritama. Recife: CPRM, 2005.

CRAIG, J.C.; GRANT, R.M. **Strategic Management.** Londres: Kogan, 1997.

CRANE, D. **A Moda e seu Papel Social** – Classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

CROSSAN, M.M.; LANE, H. W.; WHITE, R.E. An organizational learning framework: from intuition to instituition. **The Academy Management Review,** v. 24, n.3.p. 522-537, 1999.

DAS, T.K.; TENG, B. S. **Between trust and control**: Developing confidence in partner cooperation in alliances. Baruch College, City University of New York. New York, HR, com, 2000.

DEES, G.J. **The meaning of social entrepreneurship.** Disponível em <http:www.fuqua.duke.edu>. Texto original criado em 31 out 1998. Reformado e revisado em 30 mai 2001. Acesso em 18 dez 2007.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. e colaboradores. **O planejamento da pesquisa qualitativa –** Teorias e abordagens. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DENZIN, N. K. **The Research Act.** 3rd edn. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1989.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. In: http://www.pernambuco.com/diário/2004/01/22 acesso em outubro, 2006.

DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. **Economia e Território.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

DURKHEIM, E. **Lições de Sociologia.** São Paulo: Martins Fontes, 2002. - (Coleção Tópicos).

_____. Da Divisão Social do Trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Coleção Tópicos).

DRUCKER, P. F. **Sociedade Pós-capitalista.** São Paulo: Pioneira, 1994.

_____. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship):** prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 1986.

DUVAL, G. Salud y Ambiente en el proceso de desarrolo. **Ciência & Saúde Coletiva,** v. 3, n. 2, p. 7-32, 1998.

EDELMAN, L. F. The darker side of social capital. 3rd European Conference on Organisational Knowledge, Learning and Capabilities, Athens Laboratory of Business Administration, Athens, Greece, 2002.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FADE-UFPE/SEBRAE. **Pesquisa de Caracterização Econômica do Pólo de Confecções do Agreste.** Fev. 2003.

FAORO, R. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, A.C.; LIMA, J.P.R. Cluster de Serviços: contribuições conceituais com base em evidências do pólo médico do Recife. **Nova Economia** (UFMG), v. 16, p.11-48, 2006.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FILION, L.J. Entendendo os intraempreendedores como visionistas. **Revista de Negócios**, Blumenau, v.9, n.2, Abr/Jun, 2004.

_____; LUC, D.; FORTIN, P-A. **L'Essaimage D'Entreprises –** Vers de nouvelles pratiques entrepreneuriales. Montreal: Les Éditions Transcontinental Inc., 2003.

_____. Empreendedorismo e Gerenciamento: processos distintos, porém complementares. **RAE Light,** São Paulo, v. 7, n. 3, p. 2-7, jul./set. 2000.

_____. Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.39, n. 4, p. 6-20, Out/Dez 1999a.

_____. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 34, n. 2, p. 05-28, abril/junho 1999b.

_____. Visão e Relações: elementos para um metamodelo empreendedor. **RAE Revisitada.** São Paulo, v. 33, n. 6, p. 50-61, nov./dez. 1993.

_____. O planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: identifique um visão e avalie o seu sistema de relações. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 31, p. 63-71, Jul/Set 1991.

FLICK, U. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa.** 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOLADORI, G. **Por una sustentabilidad alternativa.** Casa Bertold Brecht UITA, 2005.

FONSECA, R. **Inovação Tecnológica e o Papel do Governo.** Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2002.

FORERO, G. V. Hacia una Teoría del Capital Social. **Revista de Economia Institucional**, vol. 4, n. 6, primer semestre/2002.

FRANÇA, I. Jeans e espírito empreendedor mudam destino de cidade do agreste nordestino. Disponível em www.anba.com.br, acesso em novembro 2006.

FREEMAN, C. The National System of Innovation on historical perspective. **Cambridge Journal of Economics.** Cambridge: Academic Press Limited, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREUD, S. **A general introduction to psychoanalysis.** New York: Washington Square Press, 1943.

FUKUYAMA, F. **Trust. The social virtues and the creation of prosperity.** Free Press Paperbacks. New York, 1995.

FURTADO, C.. Alianças para o progresso – As características e as vantagens dos Arranjos Produtivos Locais (APL) que se multiplicam pelo país e promovem distribuição de riqueza. Disponível em www.desafios.org.br, acesso em agosto de 2007.

_____. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política,** v. 24, n. 4, p. 483-486, 2004.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

GARCIA, O. L. Estudo da Competitividade da Indústria Têxtil Brasileira, IE-UNICAMP, IEI-UFRJ-FDC-FUNCEX, Campinas 1993.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som –** Um manual prático. 5ª Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2002.

_____.; BAUER, M.W. Para uma Prestação de Contas Públicas: além da Amostra, da Fidedignidade e da Validade. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som –** Um manual prático. 5ª Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GERBNER, G. Os meios de comunicação de massa e a Teoria da Comunicação Humana. In: DANCE, F. E.X. (Org.). **Teoria da Comunicação Humana**. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

GEREFFI, G. Promessas e desafios do desenvolvimento. **Tempo Social,** revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 223-248, junho 2007.

_____. Competitividade e redes na cadeia produtiva do vestuário na América do Norte. **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho,** ano 4, n. 6, p. 101-127, 1998.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

GLASER, B.G.; STRAUSS, A.L. **The Discovery of Grounded Theory:** Strategies for Qualitative Research. New York: Aldine, 1967.

GORINI, A. P. F. Panorama do Setor Têxtil na Brasil de no Mundo: reestruturação e perspectivas. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000.

_____. O Segmento de Índigo. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 313-334, set. 1999.

GOULART, A.; NETO, Roseli J. **A indústria do vestuário:** economia, estética e tecnologia. Florianópolis: Livraria Editora Obra Jurídica, 1998.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. In: GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. **The Sociology of Economic Life.** San Francisco: Westview Press, 1992.

GREMAUD, A.P.; VASCONCELLOS, M.A.S.de; TONETO JR, R. **Economia Brasileira Contemporânea.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações –** uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas em Sociologia.** 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HAMEL, G.; PRAHALAD, C.K. **Competindo pelo Futuro.** São Paulo: Campus, 1995.

HARVEY, D. C**ondição Pós-Moderna –** uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HIGGINS, S. S. O capital social como condição de iniciativas produtivas. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. **Capital Social –** Teoria e Prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

HIRATA, H. Reestruturação Produtiva e Relações de Gênero. **Revista Latino Americana de Estudos do Trabalho,** ano 4, n. 7, 1998.

HIRSCHMAN, A.O. Teorizando sobre o desenvolvimento econômico de uma perspectiva histórica. In: **Estudos Cebrap** 18, p.7-44, out-nov-dez 1986.

_____. Against parsimony: three essay ways of complicating some categories of economic discourse. **American Economic Review,** mai. 1984.

HITT, M.A.; IRELAND, R.D.; HOSKISSON, R.E. **Administração Estratégica.** São Paulo: Thomson, 2003.

HOBBES, T. **Leviatã.** São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

HOBSBAWN, E. **A Era das Revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, S.B.de. **Raízes do Brasil.** 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem.** 8ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

HUGON, P. **História das Doutrinas Econômicas.** São Paulo: Atlas, 1979.

HUME, D. **A Treatise of Human Nature.** Oxford: Clarendon Press, 1978.

HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. The triple C approach to local industrial policy. **World Development,** Oxford, vol. 24, n. 12, p. 1859-1877, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico.** Disponível em www.ibge.gov.br, acesso em fevereiro de 2007.

IEMI. **Instituto de Estudos e Marketing Industrial.** Disponível em www.iemi.com.br acesso em agosto 2007.

JOHANNISSON, B. Entrepreneurship as a Collective Phenomenon. In: **RENT XII**, Lyon, França, nov. 1998.

KALECKI, M. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas.** São Paulo: Hucitec, 1980.

KAO, J.J. **Entrepreneurship, Creativity & Organization:** Texts, Cases, and Readings. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1989.

KAWACHI, I.; KENNEDY, B.; LOCHNER, K. Long live community. Social capital as public health. **The American Prospect,** nov.- dez. 1997.

KELLER, P.F. Competição Global & Cooperação Local: uma Análise das Relações Interfirmas no Cluster Têxtil de Americana – SP. **Enfoques –** revista eletrônica dos alunos do PPGSA/UFRJ, v. 3, n. 1, março 2004.

KETS DE VRIES, M.F.R. **Organizational Paradoxes: Clinical Approaches to Management.** 2 ed. Londres: Routledge, 1995.

KIM, L. Technology policies and strategies for developing countries: lessons from the Korean experience. **Technology Analysis & Strategic Management**, v. 10, n. 3, 1998.

KIRK, J.; MILLER, J. **Reliability and Validity in Qualitative Research.** Berverly Hills: Sage, 1986.

KLIKSBERG, B. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Repensando el Estado para el desarrollo social: más allá de convencionalismos. Caracas, **Revista del CLAD Reforma y Democracia,** jan. 1997.

KNACK, S.; KEEFER, P. Does social capital have an economic payoff? A cross country investigation. **Quarterly Journal of Economics,** v. 112, n.4, nov. 1996.

KOTTER, J. **Afinal, o que fazem os líderes: a nova face do poder e da estratégia**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KRAMER, R. M. The Virtues of Prudent Trust. In: WESTWOOD, R.; CLEGG, S. **Debating organization,** point-counterpoint in organization studies. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2003.

LA PORTA, R.; LÓPEZ DE SILANES, R.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. Trust in large organizations. **American Economic Association Papers and Proceeding,** mai 1997.

LANG, R.; HORNBURG, S. What is social capital and why is it important to public policy? **Housing Policy Debate,** 9, 1, 1998.

LASTRES, H. M.M.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. (Orgs). **Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ - Contraponto, 2005.

_____.; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M. L. **Pequena Empresa –** Cooperação e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

LEFF, E. **Saber Ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2001.

LEMOS, C. **Redes para a Inovação – Estudo de Caso da Rede Regional no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – COPPE – UFRJ, março 1996.

LÉVESQUE, B. Contribuição da Nova Sociologia Econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas – RAE,** São Paulo, v. 47, n. 2, p. 49-60, abr/jun 2007.

LIMA. H. F. **Formação Industrial do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

LIMA, A.M.R. de; LEMOS, I.R. de A.; PATRIOTA NETO, J.G. Operação Toritama: uma Ação pela Dignidade Fiscal. Recife, 2004. Disponível em www.fenafisco.org.br/.../trabalhos, acesso em dezembro 2007.

LINCOLN, Y.S.; GUBA, E.G. **Naturalistic Inquiry.** Berverly Hills: Sage, 1985.

LINS, M.C.F.; LIMA, E.T. Pólo de Lavanderias de Jeans no Agreste Pernambucano. In: DUARTE, R.B. de A. (Org.). **Histórias de Sucesso**: indústria; têxtil e confecções; madeira e móvel. Brasília: SEBRAE, 2006.

LIRA, I.C.D. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, M. O. da S.; YAZBEK, M.C. (Orgs). **Políticas Públicas de**

Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.

LOFLAND, J. Syles of reporting qualitative field research. **The American Sociologist,** 9, p. 101-111, 1974.

LUCENA, E. A. **Aprendizagem profissional de gerentes-proprietários do setor de varejo de vestuário de Florianópolis**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LUHMANN, N. **Confianza.** Barcelona: Anthropos Editorial, 2005.

LUNDVALL, B.A. *et al.* **National systems of production innovation and competence building.** Depart of Business Studies, Aslborg University DRUID Conference, AAlborg, p. 12-15, june 2001.

_____. **National systems of innovation:** towards and theory of innovation and interactive learning. London: Printer Publishers, 1992.

LYRA, M.R.S. de B. **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco**. Tese (Doutorado em Demografia). DS/IFCH/UNICAMP, Campinas, 2003.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe.** 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores.

_____. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio.** 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia.** 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINELLI, A. Entrepreneurship and management. In: SMELSER, N.; AWEDBERG, R. (Eds.). **The Handbookof Economic Sociology.** Princeton: Princeton University Press, 1994.

MARTINS, N. Editorial – A força do Associativismo. **Jornal ACIT,** edição 8, novembro de 2007.

MARX, K. **O Capital** (Crítica da Economia Política, Livro 1, Volume 1) – O Processo de Produção do Capital. São Paulo: DIFEL, 1982.

MATOS, K. S.L. de; VIEIRA, S. L. **Pesquisa Educacional –** O prazer de conhecer. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, UECE, 2001.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva.** Lisboa: Edições 70 Lda., 2001.

MAXWELL, K. **Marquês de Pombal** – Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

McCLELLAND, D. C. **The Achievement Society.** Princeton, N.J.: D.Van Nostrand Co., 1991.

McGILL, M.E.; SLOCUM, J.W.Jr. Unlearning the organization. **Organizational Dynamics,** , 22, p. 67-79, 1993.

McNAUGHTON, R.B. Industrial districts and social capital. In: GREEN, M.B.; McNAUGHTON, R.B. (eds.). **Industrial Networks and Proximity.** Aldeshort-UK: Ashgate, 2000.

MELLO, S. C. B. de, *et al.* Orientação Empreendedora e Competências de Marketing no Desempenho Organizacional: um Estudo em Empresas de Base Tecnológica. **O & S – Organizações & Sociedade.** Salvador, v. 13, n. 36, p. 185-202, janeiro/março 2006.

MELLO, M. R. C. **A Industrialização do Algodão em São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1983.

MELO NETO, J. C. de. **Morte e Vida Severina** e outros poemas em voz alta**.** 33ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

METCALFE, S. O empreendedor e o estilo da economia moderna. In: CASTRO, A.C.; LICHA, A.; PINTO JR, H.Q.; SABOIA, J. (Orgs.). **Brasil em desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: Lições a partir da Experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organização & Sociedade/**Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, v. 11, Edição Especial, Salvador, 2004.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento –** Pesquisa Qualitativa em Saúde. 10ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

_____.Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F; NETO, O. C.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo**:** oposição ou complementaridade. **Caderno da Saúde.** Rio de Janeiro, v. 9, jul/set 1993.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MONASTÉRIO, L. M. A Retórica do Capital Social: Uma Análise da Obra de Robert Putnam. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. **Capital Social –** Teoria e Prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

MORGAN, G. **Imagens da Organização.** São Paulo: Atlas, 1996.

_____.; SMIRCICH, L. The case for qualitative research. **Academy of Management Review**. v. 5, n. 4, p. 491-500, 1980.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Ciência com Consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MORIN, Estelle M. Os sentidos do trabalho. **Revista de Administração (RAE Executivo).** São Paulo, n. 1, p. 70-75, ago⁄set⁄out. 2002.

MOURA, M. S. **Cidades Empreendedoras, Cidades Democráticas e Redes Públicas**: Tendências à Renovação na Gestão Local. 1997. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

NARAYAN, D.; PRITCHETT, L. Cents and sociability: household income and social capital in rural Tanzania. **Economic Development and Cultural Change,** 47, 4, jul 1999.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do Conhecimento na Empresa.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OLIVEIRA, M. A. de. **Desafio ético da globalização.** São Paulo: Paulinas, 2001.

OLIVEIRA, F. de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos Cebrap 2.** São Paulo: CEBRAP, p. 3-82, 1972.

OLIVEIRA, G.B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: OLIVEIRA, G.B. de; SOUZA-LIMA, J.E.de. (Orgs.) **O Desenvolvimento Sustentável em Foco –** Uma contribuição multidisciplinar. Curitiba: São Paulo: Annablume, 2006.

ORNÉLAS, W. O Banco do Nordeste, o Nordeste e o BNDES. In: VELLOSO, J.P. dos R.; ALBUQUERQUE, R.C. de (Coordenadores). **A promoção do desenvolvimento:** os 50 anos do BNDES e do Banco do Nordeste**.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PAGÉS, M. *et al*. **O poder das organizações.** São Paulo: Atlas, 1987.

PAIVA JR, F.G. de **O empreendedorismo na ação de empreender:** uma análise sob o enfoque da fenomenologia sociológica de Alfred Schütz. Tese de doutorado em Administração. Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

PAIVA, C.A. O que são sistemas locais de produção (e porque eles são tão importantes na estratégia de desenvolvimento do governo democrático e popular no Rio Grande do Sul). **Anais do 1º Encontro de Economia Gaúcha,** 2002.

PATTON, M. **Qualitative research and evaluation methods**. 3. ed. Thousand Oaks:Sage, 2002.

PENROSE, E. T. **Teoria del Crecimiento de la Empresa.** Madri: Aguilar, 1962.

PERREAULT, M. A diferenciação sexual no trabalho: condições de trabalho diferentes ou uma questão de sexo? In: CHANLAT, J-F. (Coord.) **O Indivíduo na Organização –** Dimensões Esquecidas. Volume II. São Paulo: Atlas, 2001.

PEYREFITTE, A. **A Sociedade da Confiança.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PIORE, M.; SABEL, C. **La segunda ruptura industrial.** Madri: Alianza Editorial, 1984.

PLATÃO. **A República.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em www.pnud.org.br, acesso em agosto 2007.

POLANYI, K. **A Grande Transformação –** As origens da nossa época. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTER, M. E. **Competição** – Estratégias competitivas essenciais. 13ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

POSSAS, M.L. Concorrência schumpeteriana. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org.). **Economia Industrial**: Fundamentos Teóricos e Práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

PUTNAM, R. **Social Capital**: measurement and consequences. International Symposium on The Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-Being. Quebec: Human Resources Development Canada and OECD, p. 19-21, March 2001.

_____. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect,** vol. 4, issue 13, March, 1993.

REIGADAS, C. Capital Social y Democracia: el caso argentino. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, v.10, n.12, p. 65-83, 2004.

RELATÓRIO Brundtland. Comissión Mundial del Medio Ambiente y el Desarrollo. Nuestro Futuro Comum. Nações Unidas, 1987.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores.

RICHARDSON, R.J. e colaboradores. **Pesquisa Social –** Métodos e Técnicas. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSENSTIEHL, P. Rede. In: **Enciclopédia EINAUDI,** v. 13, Lógica / Combinatória. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1988.

ROUSSEAU, J-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____ **O Contrato Social.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROWE, W. G. Liderança estratégica e criação de valor. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 42, n. 1, p. 7-19, 2002.

RUBIO, M. Perverse Social Capital – Some Evidence from Colombia. **Journal of Economic Issues,** 31, 3, 1997.

RUSSELL, B. **História da Filosofia Ocidental**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SABEL, C.F. Studied Trust: Building new form of co-operation in volatile economy. In: PIKE, P.; SENGENBERGER, W. (Orgs.). **Industrial District and Local Economic Regeneration.** Genebra: International Institute for Labour Studies, 1992.

SACHS, I. Experiências Internacionais de um Cientista Inquieto. Entrevista com Ignacy Sachs. **Estudos Avançados,** v.18, n. 52, São Paulo, dec. 2004.

_____. Ecodesarrollo: desarrollo sin destrucción. In: LEFF, E. **Saber Ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SALERMO, M.S. Trabalho e organização na empresa industrial integrada e flexível. In: BRUNO, L.; SACCARDO, C. **Organização, trabalho e tecnologia.** São Paulo: Atlas, 1986.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia do Século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005.

_____.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCARBOROUGH, H.M.; ZIMMERER, T.W. **Effective Small Business Management and Entrepreneurial Approach.** 6 ed. Upper Saddle River, N.J.: Prentice Hall, 2000.

SCHMITZ, H.; CARVALHO, R. **Automação, competitividade e trabalho:** a experiência internacional. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHÖLLHAMMER, H.M.; KURILOFF, J. **Entrepreneurship and Small Business Management.** New York: John Wiley & Sons, 1979.

SCHUMACHER, E.F. **O negócio é ser pequeno.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Ensayos**. Barcelona: Oikos-tan, 1968.

_____. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em www.sebrae.com.br, acesso em mar. 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENGE, P. **A quinta disciplina.** São Paulo: Editora Best Seller, 1990.

SENGENBERGER, W.; PIKE, F. Distritos industriais e recuperação econômica local: questões de pesquisa e de política. In: COCCO, G.; URANI; A., GALVÃO, A. P. (Orgs). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos** – o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SENGENBERGER, W. Economic and social perspectives of small enterprises. **Labour and Society,** Vol. 13, n. 3, July 1988.

SENNET, R. **A corrosão do caráter:** as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999;

SHANE, S.;VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. **Academy of Management Review**, v.25,n.1, jan. p. 217-226, 2000.

SIERRA, F. Función y sentido de la entrevista cualitativa en investigación social. In: CÁCERES, L.J.G. (Coord.). **Técnicas de investigación en sociedad, cultura y comunicación.** México: Prentice Hall, 1998.

SIEVERS, B. "Fool'd with Hope, Men favour the Deceit," or Can we Trust in Trust? In: WESTWOOD, R.; CLEGG, S. **Debating organization,** point-counterpoint in organization studies. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2003.

SILVA, A.P. G. Do couro ao jeans: evolução da economia informal do fabrico de roupas jeans em Toritama-PE. Campina Grande, Paraíba, UFPB, Campus II. Monografia apresentada ao curso de especialização em História do Brasil República, 1994

SMITH, A. **A Riqueza das Nações,** volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOLOW, R.M. Notes on social capital and economic performance. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. (eds.). **Social Capital:** a multifaced perspective**.** Washington, DC: The World Bank, 2000.

SOUZA, M.J.L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C.daC.; CORREA, R.L. (Orgs). **Geografia:** conceitos e temas. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SOUZA SANTOS, B. de. **Democratizar a democracia –** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SPINK, P.K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade,** 15 (2), p. 18-42, jul/dez. 2003.

STAKE, R. E. Case Studies. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **Handbook of Qualitative Research.** London: Sage, 2000.

STARR, J.; MACMILLAN, I. Entrepreneurship, resource cooptation, and social contracting. In: ETZIONI, A.; LAWRENCE, P. (Eds.). **Socio-Economics:** Toward a New Synthesis. New York: M.E. Sharp, 1991.

STEVENSON, L.; HABERMAN, D. I. **Dez teorias da natureza humana.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica.** 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TEACHMAN, J. D.; PAASCH, K.; CARVER, K. Social Capital and the generation of human capital. **Social Forces,** v. 75, n. 4, jun. 1997.

TEIXEIRA, F.L.C.; GUERRA, O. Redes de aprendizado em sistemas complexos de produção: o caso da Maxpetro. **Revista de Administração de Empresas,** FGV, São Paulo, v. 42, n.4, out-dez 2001.

TENDLER, J.; AMORIM, M.A. Small firms and their helpers: lessons on demand. **World Development**, v. 24, n.3, p. 407-426, 1996.

TORNATZKI, L.G.; FLEISCHER, M. **The Process of Technological Innovation.** Lexington: Lexington Books, 1990.

UPHOFF, N. Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. **Social capital:** a multifaceted perspective. Washington, DC: The World Bank, p. 215-249, 2000.

VALLES, M.S. **Técnicas cualitativas de investigación social:** reflexión metodológica y práctica profesional. Madri: Síntesis, 1997.

VÁSQUEZ BARQUERO, A. Desenvolvimento Local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. **Ensaios FEE,** Porto Alegre, v. 16, p. 221-241, 1995.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa –** Um Estudo Econômico das Instituições. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

VERBEU, I.; WENNEKERS, S.; THURIK, R. **An ecletic theory of entrepreneurship:** policies, institutions and culture. Amsterdam: Tinbeergen Institute, 2001.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____.; PECI, A. Escolhas metodológicas em estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade.** Salvador: EUAFBA, v. 10, n. 27, p. 13-26, maio-ago. 2003.

VERRET, R. **The textile industry at the turn of the century:** a global vision. Werner International, 1998.

VERSTRAETE, T. Entrepreneuriat: modélisation du phénomène. **Revue de l'Entrepreneuriat**, v. 1, n.1, 2001.

WRIGHT MILLS, C. **A Imaginação Sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

YPEIJ, A. Transferring risks, microproduction, and subcontracting in the footwear and garment industries of Lima, Peru. **Latin American Perspectives,** v. 25, n. 2, march 1998.

ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais –** Uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo